

A Defesa Nacional

N.º 642

MAR/ABR 1972

Neste número :

- 
- Sesquicentenário da Independência do Brasil
 - O Simbolismo Histórico na Trasladação dos Restos Mortais de D. Pedro I
 - As Grandes Unidades Básicas
 - Aspectos de Chefia Militar
 - O Boato nas Operações Psicológicas
 - A Vida sob Regime Marxista-Leninista
 - Plano Nacional de Desenvolvimento — Informações Gerais
 - Como Manter-se em forma em qualquer idade — Teste de Cooper
 - Viaturas Militares Nacionais

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
57.º

Rio de Janeiro, GB — Mar/Abr 1972

Número
642

SUMARIO

	Págs.
SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL — Cronologia dos principais acontecimentos relacionados com a vida de D. Pedro I, de 1807 a 1831	3
O SIMBOLISMO HISTÓRICO NA TRASLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DE D. PEDRO I — Gen Antonio Jorge Corrêa	15
AS GRANDES UNIDADES BÁSICAS — Gen Obino Lacerda Alvares	21
CAXIAS — ETERNA LEMBRANÇA — Cap Pedro Martins Martino	31
GUERRA HOLANDESA — GUERRILHA E ANTIGUERRILHA — Cap Ailton Meirelles Briggs	33
ASPECTOS DE CHEFIA MILITAR — Ten Cel Ricardo Fernandes	39
O BOATO NAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS — Maj Inf Filadeifo Reis Damasceno	45
A VIDA SOB REGIME MARXISTA-LENINISTA — Ten Cel Nilson Ferreira de Mello	53
O SERVIÇO DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO — Tradução do Gen Stöessel G. Alves	65
COMO A TERRA ESTÁ FICANDO APERTADA	70
O BRASIL NA ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU — Min Rel Ext Mario Gibson Barboza	71

INFORMAÇÕES

A VOLTA DO REGIME ESPARTANO AO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO	78
PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) — INFORMAÇÕES GERAIS — 1972/74	79
COMO MANTER-SE EM FORMA EM QUALQUER IDADE — TESTE DE COOPER	93
VIATURAS MILITARES NACIONAIS	115
PROVAS DO EXAME DE ESCOLARIDADE AO CAS/72	125
INTEGRAÇÃO UNIÃO ESTADOS — Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso	139

DE REVISTAS E JORNAIS

A CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA (JB)	145
O PAPEL DA ESCOLA (JB)	151
A VENDA DE ARMAS ("Visão")	158
A ESTRATÉGIA E O PODER DA URSS (JB)	159
OS CAMINHOS ATÉ A BOA VIZINHANÇA (JB)	165
FAO PREVÊ UM MUNDO SEM ÁGUA EM 30 ANOS	172
PALESTINÊS: UM POVO CONDENADO À MORTE — Boletim de Informações (EME)	173

SESQUICENTENARIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS RELACIONADOS COM A VIDA DE D. PEDRO I DE 1807 A 1831

- 27 Nov 1807 — Partida da família real para o Brasil (D. Pedro I tinha 9 anos).
- 28 Nov 1807 — Proclamação de D. João VI.
- 22 Jan 1808 — Chegada à Bahia.
- 28 Jan 1808 — Carta Régia da abertura dos portos.
- 26 Fev 1808 — Partida da Bahia para o Rio de Janeiro.
- 7 Mar 1808 — Chegada ao Rio de Janeiro.
- 20 Mar 1816 — Morte de D. Maria I, rainha do Reino Unido.
- 17 Out 1820 — Chega ao Rio a notícia da Revolução Portuguesa de 1820.
- 1820 — Primeiras manifestações, como reflexo da revolução de 1820, em Portugal.
- 1 Jan 1821 — O Pará adere a Portugal e às Cortes, sendo o primeiro território brasileiro a acusar o reflexo da revolução. Deposto o governador e o capitão-geral substituído por uma junta provisória, juntando-se a Constituição que a corte portuguesa viesse a votar.
- 17 Fev 1821 — Mesmos acontecimentos na Bahia, adotando-se ainda a Constituição espanhola de 1812, e apelando-se a el-rei para unir-se à vontade de seu povo.
- 18 Fev 1821 — Determinado o regresso de D. Pedro a Portugal para consolidar a Constituição portuguesa e convocar os procuradores eleitos das cidades e vilas principais, formando junta de cortes para adaptar a Constituição portuguesa ao reino do Brasil e mais reformas essenciais ou juntas.
(publ a 24) O decreto tornou-se inócuo.
- 26 Fev 1821 — Motim no Rio para conservar o príncipe D. Pedro no Brasil; os amotinados queriam o juramento da Constituição portuguesa em elaboração e não acei-

- tavam as modificações previstas por D. João VI. Motim vitorioso com decreto adotando a Constituição portuguesa, porém com data de 24 Fev.
- 27 Fev 1821 — Decidida a partida de D. João VI para Lisboa.
- 7 Mar 1821 — Decreto a respeito e nomeando o príncipe real encarregado do governo provisório do reino do Brasil.
- 10 Mar 1821 — As Cortes publicam as bases da Constituição portuguesa.
- 18 Abr 1821 — Decreto reconhecendo as juntas revolucionárias do Pará e da Bahia e considerando legítimos todos os governos estabelecidos ou que se estabeleceram nos Estados portugueses de Ultramar e Ilhas adjacentes.
- 21 Abr 1821 — Novo decreto adotando a Constituição espanhola até a sanção da Constituição portuguesa (tornado sem efeito a 22 Abr).
- 22 Abr 1821 — Novo decreto constituindo D. Pedro regente e lugar-tenente encarregado da administração e governo-geral do reino do Brasil com instruções como o regente pautaria sua conduta.
- 22 Abr 1821 — Decreto de D. João VI, encarregando D. Pedro do governo-geral e inteira administração de todo o reino do Brasil.
- 25 Abr 1821 — Embarque de D. João VI para Portugal, início do governo de D. Pedro como regente, com juramento prestado.
- 26 Abr 1821 — Partida de D. João VI para Portugal.
- 26 Abr 1821 — Popularidade decrescente.
- 27 Abr 1821 — Proclamação apresentando seu programa de reformas.
- 29 Abr 1821
11 Mai 1821
21 Mai 1821 } — Decretos econômicos de cunho liberal.
- 13 Mai 1821 — Espetáculo comemorativo do aniversário de D. João VI — Grito de "Viva-El-Rei Nosso Senhor", por D. Pedro I, desafiando os "Constitucionais".
- 21 Mai 1821 — Chega ao Rio embarcação com notícias do ato de 10 Mar que estabelecia as bases da Constituição portuguesa.
- 23 Mai 1821 — Decreto sobre garantia de liberdade individual.
- 5 Jun 1821 — Movimento de tropa impondo o juramento das Bases. D. Pedro acede exigindo convocação de eleitores que



D. PEDRO I

votam pelo juramento. Decreto de criação de uma junta provisória que subordina os Ministros e Secretários de Estado (art. 31 das Bases Constitucionais Portuguesas) e responsável perante as cortes portuguesas.

- 6 Jun 1821 — Decreto passando o governo das Armas para uma comissão militar.
- 8 Jun 1821 — Ordenado o juramento das Bases por todas as províncias.
- 17 Jun 1821 — Ameaça de sublevação por desconfiança entre corpos do Brasil e de Portugal resolvido por D. Pedro.
- 24 Jun 1821 — Reconhecimento das lojas maçônicas como escola de disciplina e civismo e laço de união dos partidos brasileiros contra a recolonização portuguesa.
- 3 Jul 1821 — Chegada de D. João VI a Lisboa. Juramento à constituição.
— D. João VI já em Portugal propôs a substituição das tropas lusitanas que se achavam no Brasil por outras do Reino (de Portugal) mais experimentadas e de mais confiança que os soldados da terra. Decidida favoravelmente.
- 13 Jul 1821 — Proclamação das cortes aos habitantes do Brasil proclamando fraternidade e liberdade.
- 13 Jul 1821)
a) — D. Pedro procura agradar à tropa de Divisão Auxiliadora.
- 24 Ago 1821)
- 17 Jul 1821 — D. Pedro escreve a D. João VI dando conta da situação no Brasil por efeito do Dec. de 18 Abr 1821, das Cortes Portuguesas: as cortes governamentais "proliferavam nas províncias" tais como Bahia, Pará, Maranhão, Pernambuco, S. Paulo; o Governo-Geral de D. Pedro tendia a ficar apenas com o Rio de Janeiro. O Pará deixaria de ser capitania do Brasil para ser província de Portugal.
- 1 Set 1821 — Decreto sobre organização do governo de Pernambuco desenvolvido e extensivo a todas as províncias do Brasil.
- 15 Set 1821 — Aparecimento do "Revérbero Constitucional Fluminense".
- Set 1821 — Primeira sondagem junto a D. Pedro pelos brasileiros quanto à independência e aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil.

- 18 Set 1821 -- Primeiras manifestações populares a favor de D. Pedro bem como a favor da independência.
- 29 Set 1821 -- Ordens das cortes portuguesas determinando a viagem de D. Pedro à Espanha, França e Inglaterra e regresso a Portugal. As discussões das cortes a respeito do Brasil, entre as facções centralistas e autonomistas e as constantes medidas restritivas à autonomia governativa de D. Pedro criavam antagonismos no Brasil que aumentavam as idéias da independência, e procuravam medidas dos representantes brasileiros conducentes ao "Self-Government". Destacavam-se nessas lutas as províncias de S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.
- 29 Set 1821 -- Decretos e ordens das Cortes, extinguindo o Governo-Geral do Reino do Brasil e substituindo por Juntas Provisórias desligadas umas das outras.
- 4 Out 1821 -- Guarnição portuguesa policiando o Rio. Prisões de brasileiros.
- 5 Out 1821 -- Proclamação de D. Pedro jurando lealdade a Portugal.
- Dez 1821 -- A deputação de S. Paulo representa ao príncipe D. Pedro contra os decretos de organização das províncias e a sua viagem ao estrangeiro, aconselhando a constituir uma deputação brasileira que aconselhe e faça tomar as medidas urgentes e necessárias ao bem do Brasil.
- 24 Dez 1821 -- Representação do governo provisório de S. Paulo contra o regresso de D. Pedro.
- 9 Jan 1822 -- Dia do Fico.
- 9 Jan 1822 -- Discurso do Presidente da Câmara do Rio de Janeiro em resposta ao "Fico".
- 11 Jan 1822 -- Sublevação da Divisão Auxiliadora; contra-ação da tropa brasileira (tropas de terra, milícia e povo).
- 12 Jan 1822 -- Restrições aos tribunais criados por D. João VI no Brasil.
- 16 Fev 1822 -- Decreto de D. Pedro que convocava um conselho de procuradores gerais das províncias do Brasil que os representem inteiramente. O preâmbulo era o seguinte: Ir de antemão dispondo e arraigando o sistema constitucional que ele merece (o bom povo do Brasil) e eu jurei dar-lhe, formando desde já um centro de meios e de fins com que melhor se

sustente e defenda a integridade e liberdade deste fertilíssimo e grandioso país, e se promova a sua futura felicidade”.

- 13 Jan 1822 — Tropa portuguesa acampa na Praia Grande (Niterói).
- 16 Jan 1822 — Proclamação de D. Pedro declarando-se unido a Portugal. Organização de novo Ministério.
- 21 Jan 1822 — Nenhuma lei de Portugal seria adotada no Brasil sem exame e aprovação do príncipe regente.
- 30 Jan 1822 — Ordem ao Governo Provisório das Províncias que promovessem a União com sujeição à Regência de S. A. Real.
- 10 Fev 1822 — Embarca para Portugal a Divisão Auxiliadora.
- 16 Fev 1822 — Criação do Conselho de Procuradores das Províncias para aconselhar o Regente. Teve também papel constituinte.
- 17 Fev 1822 — Proibido o desembarque de tropas que de Portugal se dirigissem ao Brasil.
- 9 Mar 1822 — Chega ao Rio uma esquadra portuguesa destinada a transportar o príncipe de regresso a Lisboa.
- 23 Mar 1822 — Regressa a esquadra.
- 25 Mar 1822 — Viagem de D. Pedro a Minas Gerais para vencer a insubmissão da Junta Governativa e impor sua autoridade de regente.
- 9 Abr 1822 — Chegada a Vila Rica.
- 21 Abr 1822 — Saída de Vila Rica.
- 27 Abr 1822 — Chegada ao Rio.
- 13 Mai 1822 — Recebe o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil pela municipalidade de Niterói.
— Aceita só o de Defensor Perpétuo.
— Províncias de Pernambuco, Bahia e Maranhão ainda desgarradas.
- 1 Jun 1822 — Decreto de D. Pedro convocando o conselho de procuradores gerais, para conhecer o pensar dos procuradores “relativo à nossa situação política” para a salvação da nossa pátria ameaçada por facções”.
- 2 Jun 1822 — Reunião do Conselho; decisão de pedir a convocação de uma Assembléia-Geral de representantes das províncias do Brasil.

- 2 Jun 1822 — Ingressa no Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz fundada por José Bonifácio, sob o nome de Rômulo.
- 3 Jun 1822 — Decreto convocatório da Assembléa Constituinte e Legislativa, também chamada de Assembléa Luso-Brasiliense.
- 3 Jun 1822 — Decreto de convocação para manutenção da integridade da monarquia portuguesa, e justo decoro do Brasil, a convocação de uma assembléa luso-brasiliense.
- 15 Jun 1822 — Determina o embarque do Gen Madeira da Bahia, para Portugal.
- 22 Jun 1822 — Toma posse no "Apostolado" como Arconte-rei. Nessa Sociedade havia uma "palestra" com o nome de Independência ou morte.
- 25 Jun 1822 — Cassação da Junta Provisória de São Paulo.
- 3 Jul 1822 — Criação do Ministério da Justiça.
- 13 Jul 1822 — D. Pedro ingressa na Maçonaria com o nome de Guatemozin — Eleito Grão-Mestre.
- 20 Jul 1822 — Outorga da nacionalidade brasileira aos residentes na Capitania. Ordem de embarque para Portugal da Divisão de Voluntários Reais ali sediada.
- 1 Ago 1822 — Decreto considerando inimiga qualquer tropa portuguesa desembarcada no Brasil bem como navios que a transportassem. Proclama a Independência Política do Brasil mas o desejo de União Política com Portugal.
- 6 Ago 1822 — Manifesto dos homens sábios e imparciais de todo mundo; e dos governos das nações amigas.
- 7 Ago 1822 — Discussão do projeto adicional à Constituição sem a delegação do Poder Executivo do Brasil.
- 12 Ago 1822 — Nomeação do encarregado de negócios em Londres, Paris e Washington.
- 14 Ago 1822 — Viagem a S. Paulo.
- 19 Ago 1822 — Decreto, em Lorena, dissolvendo o Governo Provisório de S. Paulo.
- 24 Ago 1822 — Chegada a S. Paulo (Penha).
- 5 Set 1822 — Ida a Santos.
- 7 Set 1822 — Regressa a S. Paulo; notícias de Lisboa de que de regente autônomo passava a delegado das Cortes,

ficando as províncias que não sofriam autoridade efetiva diretamente subordinadas ao Congresso de Lisboa; transferência de sede de governo do Brasil para Lisboa; anulada a convocação do Conselho de Procuradores; notícia de que forças de 7.100 homens embarcavam para o Brasil; boatos de que seria deserdado.

— Proclamação da Independência.

8 Set 1822 — Proclamação dos Paulistanos.

18 Set 1822 — Decreto sobre escudo de armas e o tope nacional. Consenso geral em ser D. Pedro o Imperador.

17 Set 1822 — Circular às Câmaras de todas as Províncias comunicando a independência. Crise da "Cláusula do juramento prévio".

12 Out 1822 — Aclamação de Pedro como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

21 Out 1822 — Fecha a Maçonaria (Grupo Maçônico contra José Bonifácio).

25 Out 1822 — Reaberta a Maçonaria.

27 Out 1822 — José Bonifácio e Martin Francisco pedem demissão.

30 Out 1822 — Reintegram-se os Andradas no governo.

2 Nov 1822 — Atos de repressão contra o grupo maçom (deportação, prisão, etc.).

1 Dez 1822 — Coroação e sagração de D. Pedro.

11 Dez 1822 — Criação da Marinha de Guerra.

5 Jan 1823 — Convocação dos constituintes por José Bonifácio.
— Geração de movimento de opinião quanto à capacidade da Constituinte (José Bonifácio, Cipriano Barata, Diogo Feijó) e da idéia da outorga de uma carta.

18 Abr 1823 — Aprovado o juramento dos Constituintes.

30 Abr 1823 — Aprovado o cerimonial relativo ao comparecimento do Imperador.

3 Mai 1823 — Instalação da Assembléa Constituinte. Fala de D. Pedro I.
— Início da crise entre o Imperador e a Assembléa como repercussão da fala imperial.

- 6 Jun 1823 — Ataque do jornal "Malagueta" ao ministério e ao Imperador. Incidente à noite com opressão a May, proprietário do jornal.
- 26 Jun 1823 — Rejeitado o "projeto nativista" do pernambucano Muniz Tavares.
- 15 Jul 1823 — Demissão de José Cipriano e Martim Francisco.
— Crise sobre a capacidade imperial de sancionar as leis.
- 1 Set 1823 — Lido o projeto de Constituição, entrando em discussão a 15 Set.
- 20 Out 1823 — O Imperador recebe as leis votadas pela Constituinte.
— Suscetibilidades brasileiras em relação aos portugueses incluindo D. Pedro, contidas no nacionalismo da Constituição; o jornal "O Tamoyo".
- 12 Nov 1823 — Dissolução da Constituinte por D. Pedro I após crise da oficialidade portuguesa exigindo a expulsão dos Andradas e a censura à imprensa.
- 13 Nov 1823 — Proclamação do Imperador, convocação de nova Constituinte e nomeação de um Conselho de Estado sob a presidência de D. Pedro I.
— Ameaça de separação da Bahia.
- 11 Dez 1823 — Pronta a nova Constituição. Remessa às Câmaras Municipais para apreciação.
- 26 Dez 1823 — Decreto suspendendo eleições de deputados à nova Assembléia.
- 25 Mar 1824 — Juramento da nova Constituição pelo Imperador.
- 24 Abr 1824 — Crise em Pernambuco com a nomeação para Presidente da Província. Câmara de Recife e Olinda negam juramento à Constituição de 1824; província em armas contra o governo imperial.
— Repercussão na Paraíba, no Ceará e na Bahia.
- Mai 1824 — Reconhecimento da independência pelos Estados Unidos.
- 10 Jun 1824 — Proclamação aos pernambucanos retirando as forças navais do Recife.
- 26 Jul 1824 — Comissão Militar de julgamento dos chefes das tropas em Pernambuco e no Ceará.
- 27 Jul 1824 — Nova Proclamação.
- 2 Ago 1824 — Envio de tropas do Rio para juntar-se com as leais do Recife; chegada das forças navais do Recife ao Rio de Janeiro.

- 13 Mai 1825 — Reconhecimento de Portugal ao Brasil sob a forma de carta régia de doação.
- 29 Ago 1825 — Tratado de reconhecimento do Brasil com as mesmas cláusulas.
- Dez 1825 — Guerra com as Províncias Unidas do Prata.
- 2 Fev 1826 — Embarque para visitar a Bahia.
- 27 Fev 1826 — Chegada e desembarque.
- 6 Mar 1826 — Organizada Regência à espera de D. Pedro.
- 10 Mar 1826 — Morte de D. João VI.
- 12 Mar 1826 — Regresso ao Rio de Janeiro.
- 2 Abr 1826 — Chegada de volta ao Rio de Janeiro.
- 16 Abr 1826 — Criação da Ordem de D. Pedro I.
- 24 Abr 1826 — Notícia da morte de D. João VI.
- 28 Abr 1826 — Reunião do Conselho sem a sanção portuguesa. Abdicação de D. Pedro em Portugal a favor de sua filha D. Maria da Glória.
- 6 Mai 1826 — Abertura das Câmaras.
- 1826 — Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa baseada na Constituição brasileira de 1824.
- 24 Ago 1826 — Reconhecimento do príncipe imperial como herdeiro do trono.
- 24 Out 1826 — Escreve a D. Miguel propondo casamento com sua filha Maria da Glória.
- 24 Nov 1826 — Vai ao Sul inspecionar o Exército em operações na Cisplatina.
- 29 Nov 1826 — Chega a Santa Catarina.
- 7 Dez 1826 — Chega a Porto Alegre.
- 11 Dez 1826 — Morte de D. Leopoldina.
- 15 Jan 1827 — Regresso ao Rio de Janeiro; má repercussão popular ao Imperador pela morte da Princesa ligada a causas morais e pela impopularidade da guerra do Sul.
- 3 Mai 1827 — Abertura da sessão legislativa de 1827 (Assembléia geral).
- 19 Ago 1827 — Barbacena vai à Europa para trazer novo casamento a D. Pedro I.
- 16 Nov 1827 — Encerramento da sessão legislativa de 1827.
— Nomeação de D. Miguel como regente do trono português.

- 20 Nov 1827 — Novo gabinete com o apolo da Câmara.
- 3 Mar 1828 — Completou sua abdicação de Portugal.
- 15 Jun 1828 — Motim de batalhões estrangeiros.
- 6 Jul 1828 — Viagem de Maria da Glória para Viena.
- 28 Ago 1828 — Tratado preliminar da paz com as províncias unidas do Prata.
— Chegada de Strayford para o casamento de D. Pedro.
- 9 Fev 1829 — Convocação das cortes para 2 de Abr.
- 2 Abr 1829 — Assuntos a serem discutidos: situação do Banco do Brasil; chegada de tropas portuguesas.
- 3 Mai 1829 — Abertura das cortes. Fala do trono: situação financeira, caso de Pernambuco, responsabilidade dos ministros.
- 4 Abr 1829 — Incidente de D. Pedro com Stayford e Mareschal.
— Atração de D. Pedro para a política portuguesa com insatisfação dos brasileiros; prevenção e hostilidade contra a sua pessoa; desprezo pelas práticas liberais, apego à pátria de origem; campanha da imprensa contra D. Pedro I.
- 24 Jul 1829 — Contrato nupcial com D. Amelia.
- 28 Ago 1829 — Rompimento com a Marquesa de Santos que segue para Santos.
- 17 Set 1829 — Casamento com D. Amélia de Leuchtenberg.
Abertura da Assembléia de 1830 — Comunicação do casamento com a princesa Amélia Augusta Eugênia de Leuchtenberg.
- 6 Abr 1831 — Nomela tutor José Bonifácio.
- 7 Abr 1831 — Abdicação na pessoa do filho D. Pedro de Alcântara.
- 8 Abr 1831 — Comunica à Assembléia-geral a tutoria de José Bonifácio.
- 12 Abr 1831 — Transfere-se do Warspite para o Volage.
- 13 Abr 1831 — Partida para a Europa.

NOTA: D. Pedro I (D. Pedro IV de Portugal) nasceu no Palácio de Queluz em 12 outubro de 1798 e no mesmo local, por curiosa coincidência morreu aos 36 anos, dos quais 24 foram passados no Brasil. Atualmente os seus despojos, a serem trasladados para a pátria pela qual repartiu o seu nome e a sua vida, se encontram depositados no Panteão de S. Vicente de Fora, em Lisboa. Apenas o seu coração, legado por ele em vida, à cidade do Porto, permanecerá ali, guardado como relíquia na capela-mor da Igreja da Lapa.

O SIMBOLISMO HISTÓRICO NA TRASLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DE D. PEDRO I

Gen ANTONIO JORGE CORREIA

1. A TRASLADAÇÃO

Como ponto culminante nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, insere-se a trasladação dos restos mortais do Imperador D. Pedro I de Lisboa para São Paulo.

A Mãe-Pátria portuguesa da época colonial e do reinado, hoje transformada em irmã consanguínea da nação brasileira, cedeu-nos em gesto esplêndido os despojos daquele que também foi seu Rei e que tão bem soube dividir afetos e lealdade pelas duas pátrias, desligadas por ele em 1822.

A noite de 13 de agosto de 1971 tornou-se particularmente grata quando o Presidente Médici anunciou ao povo brasileiro haver Portugal atendido ao pedido deste último de confiar-lhe os restos de D. Pedro. O próprio Presidente Américo Deus Rodrigues Thomaz acompanharia o corpo do querido Bragança que regressava à nação de que fora primeiro soberano e erigira em Império.

O ato da trasladação é o simbolismo visível do símbolo maior de Pedro como sincero cidadão das duas pátrias. Cedendo a guarda dos despojos, o povo português assim atendeu ao anseio histórico do Brasil de guardar em sua terra o primeiro Pedro, "pai e amigo da pátria adotiva", no seu próprio dizer. O Panteão de São Vicente, em Lisboa, fica incompleto e empobrecido, mas o Ipiranga, o novo repositório, guardará em plenitude espiritual aquele que sendo bom português se sabia brasileiro e brasileiro queria ser. O corpo no Brasil, o coração em Portugal, é a última mensagem do Imperador e Rei de louvor à unidade indestrutível de seus dois povos queridos.

2. O MES DE ABRIL

Prenhe também de simbolismo é o mês de abril, em que aportará ao Rio de Janeiro o navio Funchal que conduz os restos imperiais. Ele faz recordar que na turbulenta década iniciada em 1821, em consequência da triunfante revolução constitucionalista portu-

guesa de 1820, ocorreram em meses de abril fatos marcantes e decisivos que geraram outras tantas conseqüências próprias àquela época de profundos antagonismos e incertezas. Era o tempo das idéias liberais, surgidas do bojo da revolução francesa e triunfantes no continente norte-americano, que se propagavam pela Europa e América e se esbatiam no absolutismo monárquico instaurado através do Congresso de Viena. Já a corte portuguesa se transferira para o Rio de Janeiro por força dos movimentos napoleônicos e ascendera ao trono português D. João VI por morte de sua mãe, D. Maria I. O jovem D. Pedro, Príncipe da Beira, passara a Príncipe Real, primeiro herdeiro do trono do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve e, com a partida de D. João VI para Portugal, a regente e lugar-tenente do monarca, encarregado da administração e do governo-geral do Reino do Brasil. Deste modo, na data do embarque a 26 de abril de 1821, o Rei D. João erigia o Brasil a Reino em paridade com o de Portugal, já no zelo de quem não queria ver desmembrada em províncias autônomas a terra brasileira.

As Cortes liberais desdobravam-se, porém, em atos de governo, no lado português, pela primazia constitucional que possuíam sobre o Rei. Repercutia no Brasil a tendência das Cortes de tratar individualmente com as Juntas Governativas das províncias sendo que a do Pará já se transformara em província ultramarina. O paulatino enfraquecimento do Rio de Janeiro, ponto central aglutinador para a unidade brasileira, inquietava tanto ao regente como aos povos. A extinção do governo central com ordem para D. Pedro regressar a Portugal provocou o "Fico" do regente e a adoção de medidas centralizadoras. Para vencer a insubordinação da Junta Governativa, viaja D. Pedro a Minas Gerais recebido entusiasmamente pelo povo. Mais uma vez um fato histórico de transcendente amplitude para a unidade nacional realizara-se no mês de abril, no dia 21, no ano de 1822, pois Vila Rica estava pacificada.

A morte de D. João VI, ocorrida em março de 1826 mas conhecida no Brasil a 24 de abril, acarretou sérias conseqüências pois que embora em breves dias o já D. Pedro IV de Portugal abdicasse da coroa em favor de sua filha Maria da Glória, desligando-se do Reino do ponto de vista dinástico e político, subsistia nele o pai da rainha. E os deveres de pai protetor o levariam a empenhar-se nesse papel a ponto de parecer menos atento aos interesses do Brasil. Devido a isso, a morte de D. João VI pode ser dita ter constituído uma causa remota da abdicação do Imperador.

Esta, assim como a regência de 1821 e o passamento de D. João, ocorreu também em abril (7 de abril de 1831), na pessoa do Príncipe Real D. Pedro de Alcântara, infante ainda, cuja tutoria foi confiada a José Bonifácio e que seria mais tarde coroado como Pedro II. Devido à abdicação partiu Pedro I a 13 de abril, "pai e amigo de

sua pátria adotiva e de todos os brasileiros" por cujo amor para sempre soubera abandonar duas coroas, mas, assim mesmo, predestinado a representar em sua outra pátria um drama histórico heróico e pungente.

3. O PALÁCIO DE SÃO CRISTÓVÃO

Após a entrega solene pelo Chefe do Governo Português das cinzas do nosso Imperador, precedida no ato pela escolta conjunta de navios portugueses e brasileiros da terra lusitana à brasileira terra e pela continência orgulhosa das forças militares, serão elas levadas, sob a guarda dos Dragões da Independência, para o Paço de São Cristóvão, onde a juventude e os portugueses residentes no Brasil as irão saudar antes de visitadas pelo povo em procissão.

O vetusto palácio da Quinta da Boa Vista foi testemunha silente dos aspectos humanos mais íntimos da família real e imperial a partir de D. Maria I até seu neto Pedro II. Assistiu à infância e adolescência de Pedro, que na sombra das árvores e dos bosques daquela chácara abasileirava-se a cada dia na liberdade dos gestos e no convívio com os naturais. A compleição robusta e vibrátil adestrava-se nas cavalgadas e passeios a pé e nas corridas de carro no mesmo passo que o espírito alargava-se de experiências nas conversas das cavalariças e sob o calor das forjas. A educação do príncipe suplementava-se, assim, liberto das pelias que a natureza ainda intocada do País tão pouco favorecia.

São Cristóvão e Santa Cruz eram-lhe os locais preferidos pela ausência das limitações que os sítios das ilhas do Governador e Paquetá ensejavam. O jovem ardoroso requeria espaço, convivência com a humanidade simplória da terra, senhora daquelas artes e ofícios elementares que se não acrescentavam à educação formal do príncipe, aculturavam-lhe a personalidade na predisposição a amar o povo do qual seria Imperador.

Foi na Boa Vista o lar matrimonial de D. Pedro com a arquiduquesa Leopoldina, Imperatriz ou Dona Leopoldina para os brasileiros; ali deu ela à luz os seus filhos entre os quais o segundo Imperador. Foi também lar conjugal do segundo matrimônio, e com Dona Amélia, como diziam os jornais, estava bem casado e gozava das delícias da vida doméstica.

Todavia, se o Palácio de São Cristóvão assistiu a vida íntima de D. Pedro e de sua família durante vinte e três anos que medearam entre a chegada de D. João VI e a abdicação de Pedro I, assim também refletiram-se nele as crises políticas do tempo e muitas vezes foi o palco dos seus dramas. De 13 de fevereiro a 26 de abril de 1821 o paço testemunhou a adoção da Constituição portuguesa e os percalços que culminaram na partida do rei D. João para Portugal; nos tumultuosos dias que precederam o "Fico", serviu de santuário a

D. Pedro, quando este com bravura se portou face a sublevação contra o ato regencial; acolheu as emoções do Príncipe ao receber o título de Defensor Perpétuo do Brasil; os seus paroxismos e ansiedades nos meses que precederam a independência; viu a glória da aclamação do fundador do Império, as crises da constituinte e a outorga da constituição imperial; pôs-se de luto com a morte de D. João VI e a da sua castelã, D. Leopoldina; presenciou Pedro IV abdicar do trono de Portugal na escolha entre o Império do Brasil e o Reino português; acompanhou a crise política entre a vontade do Imperador e a avalanche liberal; e, ao final dela, recebeu o adeus de D. Pedro na triste manhã de 7 de abril em que se ausentava para não mais retornar.

4. OS POVOS DO IMPÉRIO

Consta ainda das comemorações do Sesquicentenário, a ida dos restos mortais do Imperador a algumas capitais de Estados para receberem a consagração presencial de todo o povo brasileiro. Em setembro serão levados para São Paulo onde ocorrerão as solenidades máximas em sua honra antes de recolhidos ao Pantheon para repousarem definitivamente no mesmo local em que, com seu gesto, criou D. Pedro o Império do Brasil.

Essa peregrinação cívica faz-me retornar à época dos movimentos nativistas e dos pródromos da Independência na qual, embora o país já assumisse características peculiares bem diferentes das de Portugal, a unidade brasileira não estava assegurada.

Aspiração nacional havia, do Amazonas ao Prata, mas de realização dificultada pelas precárias comunicações e os interesses da metrópole, que se sobrepunham aos da nova terra. A penetração das idéias liberais no espírito dos brasileiros chegava a ameaçar a ânsia da unidade no mesmo passo em que se chocavam as facções centralistas e autonomistas nas Cortes portuguesas. Pará e Bahia chegaram a jurar a Constituição de Portugal, cada qual fazendo o seu próprio juramento.

Não resta dúvida da importância de D. Pedro como o principal elemento catalisador da unidade nacional opondo-se à política descentralizadora das Cortes que culminou com a extinção do Governo Geral do Brasil. A altiva decisão do "Fico" e as medidas de centralização nacional que se seguiram, recebiam entretanto os aplausos dos povos do Brasil muitas vezes com a contraposição das Juntas Governativas.

Esses antagonismos meramente políticos, que jamais desmereceram o continuado respeito e amizade dos brasileiros para com os portugueses, acarretaram a expansão da idéia de independência e provocaram medidas dos representantes brasileiros nas Cortes portuguesas conducentes ao governo autônomo do Reino do Brasil. Destacavam-se entre eles os paulistas, mineiros e fluminenses.

Tão marcante foi a influência de Pedro nos acontecimentos que precederam imediatamente e nos que se seguiram à Independência, que recebeu, em maio de 1822, o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, cavalheirescamente limitado por ele para o de Defensor Perpétuo.

Após a Independência, os povos do Império do Brasil, distribuídos por dezenove províncias, logo exigiram Pedro imperador reconhecendo-lhe a dedicação e os devotados serviços. Com ele anteviam resguardada a unidade do imenso país sob a ameaça das tendências particulares que poderiam surgir em províncias tão distantes e mal ajustadas entre si. Era o consenso geral em torno do jovem herói, a "aclamação unânime dos povos" tão inequivocamente escolhido por eles que as Câmaras provinciais apenas a ratificaram. Acrescia a isto legitimidade do ato da Independência que não fora proclamada por qualquer aventureiro adventício, mas por um príncipe que, além do consentimento unânime dos povos, possuía direito hereditário sobre o Império como filho do Rei de Portugal, Brasil e Algarve. A independência fora um fato dentro do fenômeno histórico da dinastia dos Bragança. E os povos assim o reconheceram sentindo no âmago a exclamação de José Bonifácio ainda em 1819: "Que país, esse, senhores, para uma nova civilização e novo assento das ciências! Que terra para um grande e vasto Império!".

É assim que a visitação dos restos mortais de D. Pedro I aos pujantes Estados de hoje, antigas províncias do Império, reveste-se do magnífico simbolismo da reunião de D. Pedro I com os seus povos, cento e cinquenta anos depois. Que as gerações atuais compreendam e meçam o caminho percorrido pelo Brasil da época da Independência aos dias de hoje justificando no tempo a existência deste povo independente.

5. CONCLUSÃO

Procurei neste trabalho unir o passado com o presente, ao ensejo das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil. No caminho sem fim que conduz à perpetuidade da pátria é mister que saibamos venerar nossos pósteros, que viveram submetidos a diferentes situações, errando e acertando nos seus atos mas que, não obstante, lutaram pelos mesmos básicos ideais que nós hoje perseguimos.

O simbolismo na trasladação dos restos de D. Pedro I estará presente no sentir do povo que, homenageando o imperador brasileiro, não esquece de honrar o rei português cidadão das duas pátrias, cujo papel histórico, desempenhado em ambas num tempo de profundas contradições políticas, vem revestido daquele amor que sendo único, repartiu-se pelo império e pelo reino na coerência dos atos e na constância dos sentimentos.

AS GRANDES UNIDADES BÁSICAS

Gen OBINO LACERDA ALVARES

1. INTRODUÇÃO

A estratégia terrestre é uma arte bastante diferente da maioria das artes, porque entre outras coisas, pressupõe a competição, resulta da atuação simultânea e competitiva dos comandantes das forças que se confrontam.

Como competição, ela assume as características de um jogo, com todos os seus elementos básicos: o tabuleiro, os jogadores, as pedras de jogo e a meta final constituída pela vitória. Não é de estranhar que a arte estratégica seja também conhecida por "jogo estratégico".

De certo modo a conduta desse "jogo" se assemelha a uma partida de xadrez. Nele se encontram os "peões", os "cavalos", os "bispos" etc., sob as mais variadas formas de organizações de combate e de apoio. Como o xadrez, a batalha se inicia com uma preparação em que os estrategistas movimentam suas pedras visando a segurança e sondando as intenções; prossegue por intermédio de um engajamento decisivo quando se movimentam as peças fundamentais, e se termina com o aproveitamento do sucesso obtido na ação principal.

Algumas daquelas organizações desempenham papel de maior relevo do que outras porque se destinam a cerrar sobre o inimigo e engajar-se com ele, até chegar à parte culminante do drama, o combate corpo-a-corpo. As outras organizações lhes dão apoio, apoio ao combate ou apoio administrativo.

A infantaria, a cavalaria e os blindados são denominados "armas básicas" por desempenharem aquelas missões de engajamento cerrado com o inimigo. A artilharia, a engenharia e as comunicações — não sem correr os riscos correspondentes — são as armas de apoio ao combate das armas básicas. As unidades dos serviços fornecem o apoio administrativo, de alcance inestimável na obtenção do sucesso, porque são elas que garantem a sobrevivência do soldado e fornecem os milhares de itens dos materiais que alimentam a batalha.

É da combinação judiciosa das unidades das armas e dos serviços, de acordo com cada uma das necessidades operacionais, que nascem as grandes unidades, as peças principais do jogo estratégico. Sua organização se inspira fundamentalmente nas missões que se lhes atribuem em cada uma das fases da batalha terrestre: na sua preparação, na realização do ato de força e no aproveitamento do sucesso.

Para bem compreendermos a sabedoria e a experiência implícitas nas grandes unidades de um exército moderno, analisemos as trajetórias da brigada e da divisão nos últimos séculos.

2. RETROSPECTO HISTÓRICO

O presente item se inspira quase totalmente na obra do Ten Cel Fernand SCHNEIDER, denominada "Histoire des Doctrines Militaires". Essa "história" está condensada num pequeno volume editado em 1957, por "Presses Universitaires de France" e abarca dez grandes períodos doutrinários, da falange grega aos nossos dias.

a. A civilização greco-romana produziu duas organizações militares de importância: a falange e a legião. A falange grega é uma notável imagem da nação em armas que se apresta para enfrentar o invasor. A legião romana é o principal instrumento político de Roma antiga e o símbolo de seu dinâmico imperialismo. Ambas atacavam emassadas e atuavam pelo choque.

Do ponto de vista doutrinário, o longo milênio rotulado como Idade Média marca um período de estagnação e mesmo retrocesso da arte militar. As forças armadas refletiam o espírito do feudalismo e a ação se concentrou em torno do cavaleiro medieval. Durante muitos séculos a batalha foi essencialmente constituída por um conjunto de combates singulares simultâneos. Somente após a guerra dos Cem Anos, sobre a ruína do mundo feudal, é que a guerra voltará a ser coletiva. No fim do Século XV a infantaria emergiu como principal instrumento de luta, substituindo um tipo de cavalaria cujos dias de fulgor haviam passado.

No Século XVI o Renascimento provocou um novo desabrochar da arte da guerra. Carlos VII institui na França o sistema do exército permanente, compreendendo cavalaria, companhia de ordenanças e os arqueiros-francos. Nessa mesma época apareceram as primeiras armas de fogo. Os combates da falange e da legião redescobertos pelos estudos militares de então, inspiraram os processos táticos, dando lugar ao caráter linear e geométrico das teorias e das instituições militares, até a Revolução Francesa. A batalha se desenvolvia em duas fases: os tiros à curta distância e o combate corpo-a-corpo.

b. A arte militar do século XVII gravita entre dois pólos: Gustavo Adolfo na sua primeira metade e a escola francesa a partir de 1650.

Adaptando e aproveitando melhor os efeitos do fogo dos canhões e mosquetes, Gustavo Adolfo adestrou um exército muito bem organizado, com doutrina própria. O armamento mais leve e eficaz permitiu aligeirar a infantaria. A cavalaria foi despida da sua implementa pesada e recebeu mosquetes e espadas. Criaram-se os canhões dos batalhões de infantaria. Sobre essa base Gustavo Adolfo, por primeira vez, organizou e empregou o escalão BRIGADA, constituída por dois regimentos de infantaria com 8 a 12 companhias cada um. Além dos canhões dos batalhões

conservou-se uma artilharia independente sob o nome de artilharia de reserva. A ordem de batalha se ampliou, as frentes aumentaram para aproveitar melhor o tiro dos mosquetes e a formação do corpo de batalha compreendeu: artilharia à frente e logo a seguir a linha de batalha que contava com a infantaria ao centro e a cavalaria nas alas.

O exército francês inspirou-se no exemplo de Gustavo Adolfo e foi organizado segundo o modelo sueco. A infantaria é a arma principal, agrupada taticamente em batalhões de 800 homens e administrativamente em companhias. Adotou-se o escalão *brigada* constituído de 4 a 6 batalhões. No fim do século criou-se o estado-maior para facilitar a ação do comando. Melhorou-se a aptidão para o movimento e preparou-se a passagem de um exército da formação de marcha para a de combate. Ainda assim essas operações são demoradas pois que um conjunto de 80.000 homens (cerca de 20 brigadas) consome dois dias para desdobrar-se numa frente de pouco mais de oito quilômetros. O desenvolvimento da batalha pouca diferença apresentou em relação ao começo do século. Sob a proteção de "vanguardas", constituídas por brigadas de dragões e companhias de granadeiros, executava-se a marcha em batalha durante a qual a artilharia, à frente, realizava seus fogos enquanto não era alcançada pela linha de ataque. Essa linha atirava em marcha, a curtas distâncias, até chegar ao corpo-a-corpo, quando a batalha degenerava numa série de combates particulares. A infantaria ainda não havia alcançado o "status" de rainha das armas, apesar do incremento do seu poder de fogo; nem se aproveitava a vantagem da organização em brigadas para desenvolver a manobra.

c. No Século XVIII desabrocha uma doutrina militar de extremo vigor, com repercussões que perduram até hoje. A evolução foi possibilitada pela acentuada melhoria das armas de fogo, particularmente dos canhões, tornada possível pelo progresso técnico dessa época. Apesar desse progresso persistiram, no início do período, as práticas de centúria anterior: formações compactas e evoluções lentas.

Devido a Frederico, no início, e a uma pujante escola doutrinária francesa na segunda metade do século, introduziram-se transformações revolucionárias nos domínios da organização, da tática e da estratégia. A DIVISÃO foi o fato decisivo.

Com o aumento dos efetivos dos exércitos e com a crescente flexibilidade de emprego das grandes formações, a brigada demonstrou suas vulnerabilidades. Em 1733, durante a guerra da sucessão da Polónia, realizaram-se os primeiros ensaios do conceito divisionário, sob a forma de "grupamentos táticos". Dez anos mais tarde esses grupamentos se transformaram em organização regular, adaptados sob o nome de divisão, pelo Marechal Broglie e por Maurice de Saxe. Em 1776 Choiseul, como secretário de guerra, atribuiu-lhe seu primeiro regulamento.

O Século XVIII, muitas vezes esquecido pelos historiadores militares, aparece, em suma, como uma época rica em doutrina, fecunda em reformas e orientada inteiramente para o combate dos tempos modernos.

A divisão é o seu produto marcante. Os generais do período tiveram o mérito de concebê-la e passá-la à Revolução que nada mais fez que aperfeiçoá-la.

Mesmo antes do advento de Napoleão percebeu-se todas as vantagens do emprego dessa grande unidade. Na Batalha de Wattignies, após uma situação inicial confusa, a vitória — por primeira vez — consagra uma manobra moderna: ataque de duas divisões sobre Wattignies, cobertas por duas divisões à direita e uma divisão à esquerda. Vemos nesse combate: a fixação do inimigo, a ação concêntrica de três colunas, o reforço da ala direita por nove batalhões e dois regimentos de cavalaria levados antecipadamente para o centro e esquerda, ao todo 6.000 homens ameaçando a retaguarda do inimigo.

A epopéia napoleônica nada mais foi que o aproveitamento genial de uma doutrina criada pelos antigos, onde sobressai Guibert:

- marchas por colunas separadas para a manutenção dos exércitos;
- concentração para o combate;
- engajamento escalonado no tempo: ação das tropas leves, ação das tropas de linha e a intervenção das reservas, sucessivamente;
- combate em retirada;
- extensão continuada das frentes em virtude do incremento do poder de fogo;
- dispersão dos combatentes no terreno;
- importância dos fogos de artilharia;
- o conceito operacional da DIVISÃO.

Para impor a batalha ao inimigo Napoleão explora a fundo o princípio divisionário, que lhe permite estender seu dispositivo e levá-lo sobre a retaguarda do adversário onde se estabelece a ligação com sua capital ou com suas linhas de comunicação e obrigando a uma batalha de frentes invertidas.

O que caracteriza a manobra napoleônica é, ao mesmo tempo, a habilidade na combinação dos movimentos, a aptidão para amortecer os choques do adversário sem sacrifícios — princípio da concentração — e sua presteza em perceber o momento decisivo e lançar-se no aproveitamento do sucesso.

Para executar essas manobras era necessário que a arte de organizar as forças terrestres tivesse concebido uma GU que contasse ao mesmo tempo: com tropas leves, capazes de proteger e informar; com contingentes da arma principal para a ação em força e seu reforço continuado: com as armas de apoio em proporções adequadas e com as tropas de serviço capazes de permitir a ação duradoura.

d. O Século XIX marca o predomínio da escola germânica que se caracteriza, notadamente, pela preocupação de teorizar a guerra, por analisá-la do ponto de vista científico visando precisar suas leis, por encontrar-lhe uma filosofia.

É possível acompanhar a evolução doutrinária por intermédio de seus pensadores militares mais brilhantes.

SCHARNHORST foi o primeiro a compreender a importância do fogo e sua significação primordial na execução da batalha. Ele afirmava que cada arma tem suas próprias possibilidades e que a arte reside em encontrar seu emprego mais adequado.

CLAUSEWITZ, o primeiro autor de uma enciclopédia sobre a guerra, ao discutir suas formas, teve a lúcida visão da manobra em retirada (a defesa elástica dos nossos dias) como forma ativa da defesa. Ele estudou, também, o aproveitamento das ferrovias para realizar as atividades logísticas.

MOLTKE analisou o problema da concentração dos grandes efetivos no campo de batalha. Devido à quantidade das forças envolvidas, ele preconizou a marcha por colunas de divisão, cada uma delas protegida e esclarecida por uma vanguarda. A ordem de marcha dentro da coluna é determinada pela urgência da intervenção. A cavalaria cumpre duas missões importantes: à testa do dispositivo, quando na marcha para o inimigo, e à sua retaguarda, durante os movimentos retrógrados. Em seguida deveria vir a infantaria de primeiro escalão, a artilharia e finalmente o grosso da infantaria. Na manobra em retirada adotava-se uma ordem de marcha invertida. A Divisão tornava-se conseqüentemente, a GU básica da manobra estratégica e o âmbito corrente da combinação de armas.

e. O Século XX, por força de um progresso tecnológico avassalador, testemunhará, em dois conflitos de âmbito mundial, um aumento exponencial do poder de fogo e da capacidade de movimentar grandes massas. Daí a reunião de exércitos constituídos por vários milhões de homens, organizados em Gr Ex ou Frentes, em Ex Cmp, C Ex e divisões ocupando espaços contínuos de centenas ou milhares de quilômetros de frente.

Esse progresso trouxe profundas repercussões para a organização divisionária, principalmente no que se relaciona com o chamado armamento coletivo e com sua capacidade de movimentar-se.

Do fuzil de pederneira às modernas armas automáticas e semi-automáticas, dos obuseiros primitivos aos petardos atômicos adaptados ao campo tático, a tecnologia moderna deu passos de gigante e multiplicou por fatores muito elevados, a velocidade de tiro, a potência do projétil e a capacidade conseqüente de destruição.

Do mesmo modo a técnica revolucionou a capacidade de movimentar. Dispondo em forma linear os modos de movimentar formações de combate, vemos sucessivamente: o homem a pé, o homem a cavalo, o transporte da tropa por ferrovia, o transporte motorizado em rodovia, o mesmo transporte protegido em qualquer terreno, o transporte QT protegido e armado; o transporte aéreo, esse transporte vinculado ao pára-quedismo e, finalmente, o flexível transporte por helicópteros.

No início havia dois tipos de divisão: a divisão de infantaria e a divisão de cavalaria, movimentadas respectivamente, pela marcha a pé e pela marcha hipomóvel. A DI era, como ainda é, uma GU onde existe a predominância dos batalhões de infantaria (9 BI), devido às suas características de grande unidade de batalha, isto é, GU fundamental para a batalha terrestre e cuja arma básica é a infantaria; completando a DI se integravam unidades de reconhecimento, de apoio de fogo, de apoio ao movimento, de apoio ao comando e de apoio de serviços. A DC era (e ainda é no EB) uma GU especialmente organizada para preparar a batalha, para cooperar com a ação principal e realizar o aproveitamento do êxito. Da mesma maneira que na DI, mas com menos intensidade, se realiza na DC a combinação de armas. Sua organização e emprego resultaram da necessidade de segurança para as grandes massas a pé, fruto de duas características da arma de cavalaria: sua aptidão para as operações móveis e flexíveis e sua velocidade, cerca do dobro da velocidade das tropas a pé.

O advento do transporte ferroviário não influenciou, basicamente, no emprego das divisões. Sua influência manifestou-se na estratégia operacional, pela facilidade com que se podia realizar a concentração cu a rodada dos meios.

O aparecimento do transporte automóvel já influenciou sobremaneira. Em primeiro lugar porque — fora de combate propriamente dito — multiplicou a velocidade do movimento da DI pelo fator 6, passando de 4km/h para cerca de 25km e aumentando seu raio de ação, de 25 a 30km por dia, para mais de 100km em uma mesma jornada. A seguir, porque exigiu que se organizasse uma GU de novo tipo para marchar à sua frente, esclarecer o grosso dos exércitos e protegê-los, além de cooperar na ação principal e tomar parte no acabamento da batalha. Essa GU, do mesmo modo que a DC, deveria ser potente, flexível e mais rápida que a DI. Utilizando a fórmula do carro de combate se organizou uma divisão veloz, apta para atuar em qualquer terreno e poderosamente armada, com armas automáticas e canhões: as divisões blindadas, que substituíram as ultrapassadas divisões hipomóveis.

Com a experiência obtida na II Guerra Mundial um novo conceito de blindados se criou: a reunião de numerosos carros de combate em verdadeiros corpos blindados, a várias DB, como grandes conjuntos estratégicos independentes. A experiência indicou como necessário fazer acompanhar os CEx Bld por DI transportadas por estradas e, por fim, por DI dotadas de transporte motor protegido e apto para todos os terrenos, dando lugar sucessivamente às DI motorizadas e DI mecanizadas.

O emprego do transporte aéreo, por sua vez, deu nascimento a dois outros tipos de grandes unidades. No início as DI que, valendo-se desse tipo de transporte, se deslocavam para a área do objeto e sobre essa área aterravam ou se lançavam de pára-quedas, e que tomaram os nomes de "airborn" nos EUA, "parachutistes" na França e "aeroterrestres" no Brasil. Finalmente as GU de Inf que valendo-se de um transporte aéreo orgânico flexível como é o helicóptero deram às Forças Terrestres uma capa-

cidade de envolvimento que vence, praticamente, toda a classe de obstáculos superficiais opostos à manobra terrestre, desde as frentes contínuas até as regiões montanhosas, passando pelos obstáculos médios constituídos pelos grandes rios e campos fortificados.

Todos esses tipos de divisão, salvo a DB, têm como elemento predominante, como arma básica, a Infantaria, em número de unidades tal que permita cerrar sobre o inimigo, retomar o movimento a pé e engajar-se na luta para destruí-lo. Como grandes unidades, elas integram formações de outras armas e serviços capazes de prestar-lhes o apoio ao combate e o apoio administrativo. São, portanto, uma constelação da Divisões: DI, DI Mot, DI Mec, DI Aet e DI Aeromóvel além das DB que herdaram as missões das DC.

3. GRANDES UNIDADES CONTEMPORÂNEAS

a. Todas as divisões, salvo as DB e as DC, têm como tarefa principal cerrar sobre o inimigo, realizar o combate a pé, destruir as formações do adversário, apossar-se do terreno, ocupá-lo e mantê-lo. As DB e DC têm como tarefa principal marchar à frente dos corpos de batalha, esclarecer o comando, proteger a força principal, tomar parte nas ações de força e penetrar profundamente no território inimigo em aproveitamento do êxito dos combates.

Em que pese a semelhança das missões a cumprir, as DI têm contudo algumas diferenças fundamentais entre si, no que respeita aos processos de emprego. Se as DI, DI Moto e DI Mec são organizadas de modo semelhante e estão aptas a cumprirem os mesmos tipos de missão, somos levados a anotar que a DI Mec, organizada para acompanhar as grandes formações blindadas do tipo CEx ou Ex Bld, tem equipamento de transporte diferente, se adentra para o combate extremamente móvel, fluido e flexível e exige, portanto, mentalidade e processos de treinamento e emprego distinto das DI e DI Moto. Se as DI Aet e DI AeM têm em comum o processo de transporte, elas guardam diferenças entre si e para com os outros tipos de DI. Entre as duas primeiras e essas últimas, as diferenças se situam no tipo de armamento e do equipamento, consentâneos com as limitações dos meios de transportes — os aviões e os helicópteros — bem como na mentalidade e no tipo de treinamento e emprego. Entre a DI Aet e a DI AeM, as diferenças ainda persistem quer quanto à técnica do transporte e de aterragem (ou lançamento), quer quanto ao material utilizado em combate, dando nascimento a diferentes processos de treinamento e de emprego.

b. O escalão brigada teve sua época áurea durante cem anos, entre os Séculos XVII e XVIII, de Gustavo Adolfo a Frederico, aproximadamente. Após a criação e o aperfeiçoamento da divisão, a brigada como GU operacional básica entrou em declínio, permanecendo em alguns exércitos apenas como parte do conjunto divisionário. Em outros exércitos, principalmente no presente século, as partes componentes da divisão,

que enquadravam ou enquadraram os batalhões de infantaria, são os regimentos de infantaria, unidade da arma normalmente de composição ternária. A combinação de armas, sobretudo a composição do binário infantaria-artilharia, era realizada pelo comandante da divisão, quando designava o grupo de apoio direto ao RI, com relações recíprocas bem definidas na doutrina.

A II Guerra Mundial, inicialmente, e os estudos sobre a organização das GU no pós-guerra, têm provocado a revisão dos princípios de organização e reavaliado o papel a desempenhar pelas brigadas. Verificou-se que a adjudicação de um grupo de artilharia ao RI, em missão de apoio, não era o processo mais adequado nas operações móveis, quando o comandante da arma principal atuava longe da ação de apoio do comando divisionário. O exército dos EUA ensaiou dois tipos de associação: o "combat-team", de composição mais ou menos constante, e o "combat-command", organizado de acordo com a missão. O primeiro para a associação regimento-grupo e o segundo na organização para combate dos elementos da DB. Revivia-se, de certo modo, aquela primeira experiência de 1733 quando se ensaiou, por primeira vez, a composição e o emprego da divisão. No Exército Brasileiro ambas formas de compor tomaram o nome de "grupamento tático".

Os estudos de pós-guerra, considerando duas novas formas de lutar — a guerrilha das pequenas unidades, já conhecida, e a atuação no campo de combate atômico, ainda não experimentada — por motivos distintos "desembocaram" no escalão brigada. Não há, até agora, conclusão definitiva sobre a conveniência de constituir o escalão brigada, sistematicamente, como a GU operacional básica para as Forças Terrestres.

A questão que permanece em aberto, aguardando respostas mais claras e precisas, é a seguinte: deverá a brigada substituir a divisão como GU básica de emprego, ou convirá a existência dos dois tipos: divisão e brigada?

As publicações militares correntes e a documentação disponível não são conclusivas e permitem apurar que:

- 1) Há nações onde, junto às divisões que enquadraram brigadas, coexistem brigadas independentes: Estados Unidos e Brasil;
- 2) Há nações onde todas as brigadas são enquadradas por divisões: França e Alemanha;
- 3) Há nações onde o escalão divisão foi eliminado, com a vinculação direta das brigadas aos CEx: Argentina;
- 4) Há nações onde existe apenas o escalão divisão: URSS.

4. CONCLUSÕES

Em nenhum exército é doutrina mansa e pacífica a conveniência da brigada como GU básica única, pois que dois séculos de experiência continuada só fizeram confirmar o "conceito divisionário". Na fase de evolução em que vivemos, devido à ação guerrilheira e à possível atuação no

combate nuclear tático, haverá necessidade de experimentar, durante um largo período e de forma intensa, os dois tipos de GU, antes de decidirmos em definitivo.

Se atentarmos para as condições de um conflito no Continente Sul-Americano, vamos encontrar os elementos de orientação necessários à doutrina militar brasileira. Com efeito, vários são os condicionadores desse tipo de luta: pequenos efetivos, espaços muito amplos, mobilidade tática reduzida, objetivos limitados e operações convencionais, combinadas ou não com guerrilhas.

Os efetivos reduzidos imporão a luta em torno dos grandes eixos de circulação rodo-ferroviária, ensejando flancos livres, vigiados ou não. Em virtude dessa circunstância, os objetivos geográficos das operações serão definidos pelos nós rodo-ferroviários, geralmente povoações mais ou menos importantes. Daí advém duas consequências importantes: (1) a defesa dessas povoações como fontes de recursos ou como áreas de proteção das "linhas de comunicação", exigirá que se ocupe o terreno e que se garanta sua posse por meio de um plano de fogos defensivos de estilo convencional; (2) a posse desses acidentes capitais, quando implicar na expulsão do adversário, obrigará a montagem de uma ação em força, num ataque também de estilo convencional.

É de contar-se, portanto, com uma área de defesa em todos os azimutes, conduzida de forma dinâmica, organizada em profundidade. É possível que uma brigada de organização ternária ou mesmo maior, de três a cinco BI, possa estabelecer esse tipo de defesa num perímetro que não ultrapasse os dez quilômetros (BI 2 km) ou seja, uma área de mais ou menos 800 m de raio. Se a defesa impor perímetro maior, haverá necessidade de associar mais de uma brigada e centralizar a ação nas mãos do divisionário.

Do mesmo modo a abordagem e o ataque desses acidentes capitais vai exigir muito esforço do atacante. Desde a I Guerra Mundial se estabeleceu uma relação mínima de 3 a 1, entre o ataque e a defesa, para que o ataque tenha possibilidades de êxito. Essa "receita" foi confirmada pelas operações da II Guerra Mundial. Em uma direção bem adequada, com chance de "calar" todas as armas da defesa que possam intervir no compartimento principal, o ataque há de abarcar uma frente da ordem dos três a quatro quilômetros no mínimo, ou seja — ainda segundo a experiência das operações convencionais — vai exigir cerca de 7 a 8 BI em primeiro escalão. Se encararmos o estabelecimento de uma reserva e um grupamento para aproveitar o sucesso, teremos atingido os 12 BI com os apoios correspondentes o que totaliza cerca de três brigadas exigindo uma centralização da ação no nível divisão.

Vê-se pois, que tanto no ataque como na defesa, as ações mais importantes terão de ser centralizadas. Parece que a divisão de infantaria organizada a nove batalhões, com os demais elementos de apoio, e dispondo de três comandos orgânicos de brigada, constitui a organização mais flexível e adequada para atender às necessidades relacionadas com as operações convencionais.

As condições particulares da ordem de batalha de tempo de paz têm levado a crer na necessidade de comandos de brigada de organização permanente, para comandar unidades das armas aquarteladas numa mesma área geográfica. Facilitar-se-ia assim, a conduta do adestramento, a coordenação das medidas de segurança interna e a própria intervenção das forças do Exército nas guerrilhas que eclodissem na área. Essas circunstâncias parecem recomendar a concepção de brigada como se encara no Plano de Reorganização do Exército.

Entretanto, como tentamos demonstrar, a DI é a grande unidade tática básica para as operações convencionais, não suscetível de substituição pelo escalão brigada. Nesse caso a logística deve situar-se no nível divisão por que essa é a GU que deve durar na ação, deve ser capaz de prolongar seu esforço no espaço e no tempo.

"São os livros uns mestres mudos que ensinam sem fastio, falam a verdade sem respeito, repreendem sem pejo, amigos verdadeiros, conselheiros singelos e assim, com a força de tratar com pessoas honestas e virtuosas, se adquirem insensivelmente os seus hábitos e costumes, também a força de ler os livros se aprende a doutrina que lhes ensinam. Forma-se o espirito, nutre-se a alma com bons pensamentos e o coração vem por fim a experimentar um prazer tão agradável, que não há nada que se o compare e só o sabe avaliar quem chegar a ter a fortuna de o possuir."

PADRE A. VIEIRA

CAXIAS — ETERNA LEMBRANÇA

CAP CAV QEMA
PEDRO MARINS MARTINO

PALESTRA PROFERIDA NO QG DA 3.^a RM, POR OCASIÃO DAS SOLENIDADES COMEMORATIVAS DA "SEMANA DO EXÉRCITO"

*"A morte nem sempre é o fim, quando a
laje que veda o túmulo se transforma em
farol luminoso para a eternidade."*

Caxias permanece no Panteão da Glória, como líder invencível de um Exército que assimilou integralmente os seus nobres exemplos. As páginas imorredouras de nossa história persistem latentes na imaginação de nossos chefes militares. Jamais a tradição herdada de nosso herói foi deslustrada. Nossas armas brilharam no passado, brilham no presente e saberão brilhar no futuro. Caxias lançou a semente que germinou plenamente neste país gigantesco. Os ideais de unidade nacional foram preservados, por isto, depa-ramos na atualidade com uma nação pujante, que não esposa idéias imperialistas, mas não admite tentativas desagregadoras. Uma nação que respeita os princípios de autodeterminação dos povos e que, paulatinamente, marcha com dinamismo e agressividade em busca do integral desenvolvimento de suas potencialidades. Não fora a obra de Caxias, talvez não estivessemos hoje em dia empreendendo o milagre do século, que desafia as previsões dos futurólogos. Somente a intrepidez de Caxias poderia originar o surgimento de um país continente, entre as pulverizadas nações de origem espanhola.

A imagem do militar e estadista não foi olvidada, nossos dirigentes sabem que no Exército está arraigada uma tradição secular e que o militar brasileiro é, por formação, um cidadão fardado. Tivemos a ventura de não nos empenharmos, em tempo algum, em lutas expansionistas, ou de aspirarmos colocar a espada acima dos anseios populares. A caserna tem sido no Brasil a grande escola de civismo. Mas a caserna não tem significado alienamento, não tem significado passividade perniciosa. Nosso Exército tem sido um organismo democrático por excelência, e jamais configurou uma casta. Por ser democrática, nossa instituição tem se projetado como um denominador comum entre os homens, não pesquisa origens sociais,

não faz distinção de cor, e a todos proporciona as mesmas oportunidades. No momento em que reverenciamos o nosso herói, sob os acordes do Hino que nos irmana, olhares fixos no nosso sagrado Pendão e tendo a inspirar-nos a onipresente effigie do Condestável do Império, torna-se um dever de justiça enfatizarmos as conotações de um passado glóriofo com o presente promissor. Nesta fase histórica da nacionalidade, quando se realiza no país uma irreversível obra de restauração nacional, através de uma verdadeira revolução que se confunde com o próprio destino da Pátria, é justo volvermos nossos pensamentos para o passado e assimilar, de figuras autênticas como o insigne varão, exemplos de honra, de lealdade, de dignidade e de perseverança no cumprimento do dever.

Povo cristão que somos, devemos agradecer ao Todo Poderoso a bênção de nos ter aquinhado, na atualidade, com o surgimento de homens da mesma ténpera de um Lima e Silva.

A História se repete; não estamos em luta declarada, mas hoje, como outrora, verificamos a pugna de um militar e cidadão à testa de nossos destinos, usufruindo do povo a mesma estima e dedicação tributada ao "Duque de Ferro". Presenciamos a dinamização de nossos recursos humanos e materiais. Vemos o entusiasmo recrudescer diante do acelerado soerguimento econômico de nosso país. Deparamos com a confraternização popular, enfatizada na manifestação insofismável de euforia, emanada de nossas conquistas esportivas. Contemplamos o espirito desbravador através do ressurgimento de novos bandeirantes, desafiando o "hinterland" e envidando esforços na busca da integração definitiva à nossa nacionalidade, de vastas regiões até agora abandonadas. Visualizamos a mobilização em prol da valorização da criatura humana, objetivando dar a milhões de brasileiros um "status" que os tornem membros atuantes de nossa sociedade. O gigante desperta e dedica-se à ativação das suas riquezas ainda inexploradas. Permanecemos pacíficos, mas não titubharemos em sacrificar nossas vidas preciosas, no combate a idéias exóticas que, com pertinácia, os agentes do comunismo internacional tentam inculcar em nossa juventude.

Assistimos à reprise histórica, o Exército não perdeu a sua predestinação e os mais dignos chefes, a exemplo do Pacificador, são guindados ao desempenho da árdua missão de gerir os destinos da Pátria.

"A morte nem sempre é o fim, quando a laje que veda o túmulo se transforma em farol luminoso para a eternidade."

GUERRA HOLANDESA — GUERRILHA E ANTIGUERRILHA

Cap Inf
AIRTON MEIRELLES BRISSAC

Antes de abordarmos o assunto propriamente dito, achamos interessante conceituar a guerrilha, como se apresenta na doutrina militar atualmente em vigor. Para isso encontramos no TE 31-21-GUERRA DE GUERRILHA E OPERAÇÕES DE FORÇAS ESPECIAIS, a seguinte definição: "A guerra de guerrilha compreende as operações de combate executadas em território sob o controle do inimigo, por forças predominantemente locais, de um modo militar ou paramilitar, a fim de reduzir a eficiência de combate, a capacidade econômica e o moral do inimigo. As operações de guerrilha são executadas por grupos relativamente pequenos que empregam táticas ofensivas. A guerra de guerrilha apóia outras operações militares."

Para melhor precisarmos este conceito, verificamos no TE 320-5-1 — VOCABULÁRIO DA ECEME, o seguinte: "Guerra de Guerrilha — É a forma de operação militar que obedece a processos empíricos ou circunstanciais, empreendida por forças irregulares. Por extensão, denominada também de guerra irregular ou guerrilha."

E, ainda, para melhor compreendermos esta última definição, procuremos na mesma publicação a definição de Forças Irregulares: — "São forças capacitadas à execução da guerra irregular, caracterizadas por organizações não institucionalizadas. Compreendem as forças de guerrilha e/ou as forças subterrâneas."

Vejamos agora quais são as características da guerra de guerrilha, para melhor apreciarmos, no quadro das guerras holandesas, o papel desempenhado por tais forças. Em primeiro lugar, e já mencionado no primeiro conceito, é caracterizada predominantemente pela *ação ofensiva* e se baseia, particularmente, na *mobilidade*, nas *ações evasivas* e na *surpresa*. Além destas características apresenta as seguintes: o *apoio da população*, o *apoio externo*, os *aspectos políticos*, os *aspectos legais* e os *aspectos do desenvolvimento*.

De posse desses conceitos e características, vejamos agora como identificar, no quadro das Guerras Holandesas, as operações de guer-

rilha ali realizadas. Para alcançarmos este objetivo abordaremos particularmente a segunda invasão holandesa, que teve como palco o atual Estado de Pernambuco.

Em 14 de fevereiro de 1630 surgia, em frente de Olinda, a grande armada comandada por LONCQ; em Recife, os luso-brasileiros, por falta de defesa, obstruíram a enseada do porto, submergindo velhos navios. As tropas holandesas desembarcaram um pouco ao norte, no Pau Amarelo, sob o comando de WAERDENBURGH, e pouco depois tomavam Olinda, onde um punhado de soldados tentou desesperada resistência. Assaltaram, logo em seguida impetuosamente o Recife, então abandonado pela população que fugira para o interior.

Com a perda dos dois redutos, Recife e Olinda, os luso-brasileiros liderados por MATIAS DE ALBUQUERQUE iniciaram as operações de guerrilha, que se aproximaram bastante das atuais táticas de guerra irregular. Para conseguir tal intento foram organizadas as "Guerrilhas" ou "Companhias de Emboscadas", com a finalidade de hostilizar o inimigo e não lhe dar tranquilidade, e que já tinham sido aprovadas quando da invasão holandesa na Bahia, em 1624.

Estas Companhias de Emboscadas ou Guerrilhas eram constituídas de 25 a 40 homens cada, entre os quais existiam muitos índios e negros. Seu armamento variava do arco, flecha e tacaço, utilizados por índios e negros, ao arcabuz ou mosquete, pique e espada, empregados pelos brancos. Como se pode ver, o armamento usado pelos luso-brasileiros era em quantidade e qualidade bastante inferior ao utilizado pelos holandeses. Aí é demonstrada, mais uma vez, pelo luso-brasileiro, a sua grande capacidade de adaptação e improvisação, pois empregando um *material inferior*, e muitas vezes o *apresado* ao inimigo, soube tirar partido do mesmo e em muitas ocasiões conseguir a vitória, apesar da inferioridade de armamento.

Além da inferioridade material, o contingente mobilizado é heterogêneo. São espanhóis a serviço da coroa; portugueses, recrutados na Madeira e nos Açores; tropas mercenárias napolitanas e até irlandesas. No entanto, o grande potencial humano que constitui as guerrilhas é formado por portugueses radicados, mazombos, índios e negros. Sua rusticidade, perfeitamente autenticada às características da região, ao clima e às provações de uma guerra íngente e áspera, assegurariam a seus valorosos chefes a faculdade de conduzir as operações, segundo uma tática adequada ao desequilíbrio de forças e, principalmente, à drástica limitação de apoio, de meios materiais e de pessoal.

Vejamos agora as táticas e os processos de combate dos luso-brasileiros, que para a época, eram bastante originais. Para se aquilatar a grande diferença entre a chamada "Guerra Brasilica" e os processos então reinantes no Velho Mundo, busquemos o tes-

temunho do Prof. GONSALVES DE MELLO, quando biografa CRISTÓVÃO ALVARES, construtor de fortificações no período holandês: — “Embora reinol, os muitos anos de sua permanência nesta parte da América fizeram dele CRISTÓVÃO ALVARES 1608-1663) — um defensor do estilo de luta, que os escritores da época chamavam de “Guerra Brasilica”. Foi um dos que primeiro registrou para a História a superioridade que “o saber da experiência feito” concedera aos que se tinham formado nas campanhas de guerrilha da “mata” nordestina, sobre os chefes militares que chegavam do Velho Mundo, tão orgulhosos de sua arte, que não aceitavam os conselhos dos “veteranos do Brasil”. Observou ele que “se deve notar que as guerras destas nossas partes da Europa são em campanhas mui rasas e descobertas, e as do Brasil e toda a América são por entre matos, donde se não guarda ordem nenhuma das que cá (na Europa) se usam, e é força que donde varia o objeto varia a ciência e a experiência nos mostrou que os mais práticos que destas partes foram, se perderam, por quererem seguir o estilo de cá, desprezando o parecer das práticas daquelas partes”. Diz ainda um autor anônimo citado por GONSALVES DE MELLO: “Porque este Novo Mundo, assim como é antípoda do Velho no sítio e calculação, assim também o é em tudo o mais. Pois se naquela parte, segundo a natureza do terreno, se peleja em campanha rasa e a peito descoberto, nesta por ser toda coberta de mato, se deve fazer detrás dos paus, como fazendo deles trincheiras”.

Usando os luso-brasileiros, processos de combate totalmente distintos dos utilizados na época por todas as potências européas, entre as quais estava a holandesa, conseguiu, por meio de emboscadas, golpes-de-mão, incursões e ataques rápidos e audaciosos, diurnos e noturnos, sobrepujar várias vezes o poderio batavo.

Para comprovarmos tais operações, procuremos o testemunho insuspeito do Coronel VAN WAERDENBURGH, governador de Olinda, em 1630, em sua carta à direção da Companhia das Índias Ocidentais: — “Além disso mandei prover as muralhas de pequenas estacadas contra a escalada dos brasileiros, que são um povo ágil e corajoso, como bem o experimentamos a 24 de maio último, quando pela manhã, fizeram uma tentativa temerária para arrancar-nos a posse da ilha de Antônio Vaz. Eu também me achava ali, porque fora inspecionar os trabalhos e acelerá-los. O ataque foi assustador, porque em menos de um quarto de hora mais de 300 brasileiros haviam escalado as muralhas e penetrado no acampamento. Entretanto, com a graça de Deus, foram repelidos e obrigados a fugir, deixando 17 mortos no acampamento e arrastando consigo vinte e tantos por meio de uma corda passada em torno do pescoço”.

Era normal também o ataque contra as fortificações em construção sob a forma de golpe-de-mão. Na mesma carta citada acima

é mencionada tal operação, nos seguintes termos: "alojando-se continuamente, todas as noites, demolindo de cada vez o que havíamos construído".

Ainda como exemplo de operação típica de guerrilha, vejamos outro trecho da mesma carta do Coronel-Governador: "voltou o inimigo ainda diversas vezes, várias noites seguidas, para incendiá-la, entre outras na de 17 de julho, entre duas e três horas da madrugada, quando reinava grande escuridão e fez um forte ataque, dando grandes gritos e servindo-se de panelas de fogos de artifício com o fito de incendiar as obras de defesa, etc..."

Outro tipo de operação muito utilizado pelos luso-brasileiros foi a emboscada, que tinha como finalidade impedir o afastamento dos holandeses de suas fortificações, como bem, prova o testemunho do Coronel WAERDENBURGH: "...se tivéssemos de ir procurar isso (materiais de construção) todos os dias, estando o inimigo alojado e escondido em toda parte, qual seria a força de comboios necessários (inevitavelmente tropas tão numerosas como as que constituem a guarnição ordinária) e qual seria a perda diária de homens?"

Outra forma de agir perfeitamente identificada com a da atual força de guerrilha está nitidamente verificada na observação do Coronel ARTICHOFSKY, polonês a serviço dos holandeses: "O inimigo é extremamente ágil. Esconde-se nos matos ou nos canaviais, obriga os habitantes a lhes fornecerem informações e se os infelizes não querem dar os esclarecimentos, ameaça-os de torturas e morte. Quando os lerdos perseguidores holandeses se aproximam, desaparecem as espessuras da mata sem deixar vestígios. Eles conhecem perfeitamente as nossas fraquezas".

Verificamos também a grande semelhança da atual missão de guerrilha com a dada às Companhias de Emboscadas luso-brasileiras: "de vedar as comunicações dos habitantes (do interior) com a vila ocupada pelos inimigos (Olinda), de impedir que estes fôssem espalhando e estudando os arredores, e de fazer a todos, pelo simples fato de se familiarizarem nas hostilidades, menos propensos a reconciliar-se com o invasor".

Encontramos também as "estâncias" ou sejam, pequenos baluartes fracamente guarnecidos e armados que exerciam o papel de "bases" para as guerrilhas e, em seu conjunto, constituíam um verdadeiro sistema defensivo, porém dinâmico, guardando direções e assegurando áreas de atuação para as companhias de emboscadas ou guerrilhas operarem.

Outro fator que ficou bastante caracterizado durante a resistência ao invasor foi a vontade de lutar. Esse fator foi bastante auxiliado pela perfeita adaptação às condições da guerra, pela disposição psicológica para lutar e pelo nascente espírito de nacionalidade que

despontava, o que favorecia extraordinariamente a manutenção de um moral elevado, sem dúvida bem caracterizado nas heróicas resistências do Arraial, de Nazaré do Cabo, do rio Formoso, da Paraíba e outras, como na fase vitoriosa dos Guararapes.

Por último temos a existência de líderes, entre os quais avulta o nome de MATIAS DE ALBUQUERQUE, que pela sua exemplar conduta como Chefe inspirou os mais belos episódios de resistência, proclamados pelo próprio adversário, como o do rio Formoso, já citado acima.

Julgamos poder, com a simples menção de esparsas notícias sobre os processos de combate e com o exame superficial das características da "Guerra Brasileira", concluir pela singular atualidade de certos princípios táticos modernamente considerados. Assim, a surpresa como elemento mais importante da emboscada, pois o adversário não cairá na armadilha, desde que a assinale; a concentração das ações, alcançada pela rápida reunião de elementos participantes e da potência dos mesmos atuando a curta distância e simultaneamente; a identificação do exato local do ataque e a precisa conduta individual de cada elemento; a máxima ação de choque, buscando, caso não apanhe o adversário completamente desprevenido, pelo menos retirar-lhe a possibilidade de recorrer ao contra-ataque; finalmente, a utilização adequada do terreno, das cobertas, o isolamento das áreas e a capacidade de desengajar-se e retrair-se rapidamente.

Cumpre, nesta conclusão, ressaltar os dois mais sugestivos fatores, inalienavelmente vinculados às modernas guerras insurrecionais — a conquista da população e a vontade de lutar — um e outro, muito bem identificados na particular atuação dos luso-brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

- RODRIGUES, J.H. — RIBEIRO, J. — *Civilização Holandesa no Brasil*
SOUZA JÚNIOR, A. — *Do recôncavo aos Guararapes*
GONSALVES DE MELLO, J. A. — *Cristóvão Alvares — Engenheiro em Pernambuco*
WAERDENBURGH — *Cel — Documentos Holandeses*
VARNHAGEN, F.A. — *História das lutas com os Holandeses no Brasil*
RODRIGUES, J.H. — RIBEIRO, J. — *Civilização Holandesa no Brasil*
RIBEIRO, J. — *História do Brasil*
HOLLANDA, S.B. — *Raízes do Brasil*
WARNHAGEN, F. A. — *História Geral do Brasil*

N.R. — Este artigo se constituiu em monografia do autor quando aluno da ECEME e selecionada pela direção da Escola para publicação.

ASPECTOS DA CHEFIA MILITAR

Ten Cel Inf QEMA
RICARDO FERNANDES

Aguda observação com segura e rápida intuição, a habilidade de criar a surpresa e deixar o adversário desequilibrado; a velocidade de pensamento e a ação que não dá ao inimigo chance de recuperar-se; a combinação dos sentidos estratégico e tático e o poder de conquistar a devoção das tropas e obter o máximo possível delas. Senso do que é possível e jeito de fazer "o impossível" possível. Imaginação criadora — característica básica do gênio, no campo militar como em todos os outros. (Prefácio do Cap. B. H. LIDDELL HART no livro PANZER LIDER, do General HEINZ GUDERIAN)

1 — INTRODUÇÃO

a. Na abordagem dos aspectos da chefia militar queremos esclarecer pontos que são do restrito conhecimento daqueles que mourejam nos quartéis e nas bases e que participam das operações militares. Não alcançando o meio civil tais pontos, torna mais difícil a compreensão do assunto — Chefia Militar.

b. Logo de início é necessário enfatizar o significado do termo Comando na concepção militar, um tanto diferente do emprestado fora do ambiente castrense. Por outro lado, é interessante conhecer-se "o que deve fazer um comandante", se bem que de um modo geral.

- 1) "Comando é a Autoridade que um comandante exerce sobre seus subordinados em razão de seu posto e atribuição. Inclui a responsabilidade pela utilização eficiente dos meios disponíveis, pelo planejamento de seu emprego e pela organização, direção, coordenação e controle de sua força militar, no cumprimento de missões fixadas." (Projeto de IP 61-100, do Exército).
- 2) "O Comandante deve utilizar os recursos disponíveis de modo que venham a contribuir para o cumprimento de sua missão. Planeja, Organiza, Dirige, Coordena e Controla suas forças militares. Emprega seu estado-maior e comandantes subordinados para o cumprimento daqueles encargos e na forma exigidos." (IP 101-5, do Exército).

c. Pode parecer, à primeira vista, que tais afirmações estão mais voltadas para os que cumprem a atividade "substantiva" ou "fim" das Forças Armadas (Constituição da República, Art. 91), mas se

enquadram, igualmente, nas devidas proporções e com as adaptações necessárias, aos que desenvolvem a atividade "adjetiva" ou "meio" para apoio da primeira e principal.

d. Verifica-se que Comando tem uma amplitude bem maior do que o emprestado nos dicionários e na dinâmica das obras ou publicações que tratam do problema de Chefia e Liderança. Convém, antes da abordagem específica do assunto — Aspectos da Chefia Militar —, lembrar ter o comandante militar um posicionamento variável segundo a organização que comanda. Assim, um comandante de teatro ou área de operações, ou de força naval do teatro de operações, ou de força terrestre de teatro de operações, ou de força aérea do teatro de operações tem sob sua responsabilidade várias centenas de milhares de homens e suas atribuições se estendem além do *campo militar*, englobando o *político*, o *psicossocial* e o *econômico*. Em um grande comando, de valor esquadra, exército de campanha e força aérea tática, tais encargos, nos quatro citados campos, ainda são grandes e o jogo de milhares e milhares de vidas ainda se conta. Desta forma, dentro de um grau hierárquico de organizações militares, chega-se às frações elementares, com uma pequena dezena de homens ou de um grupo menor ainda. Conclui-se, portanto, que há qualidades ou atributos inerentes ao posto e à função, embora existam muitos outros comuns a qualquer chefe militar.

2 — DESENVOLVIMENTO

a. Todo chefe militar, no desempenho de suas funções, Planeja, Organiza, Dirige, Coordena e Controla. O comandante dos escalões menores também assim procede, automaticamente, por assimilação de um aprendizado. O líder de um pequeno grupo, ao dar uma ordem a cerca de uma dezena de homens, medita, equaciona com simplicidade e sente, num estudo mental e perfunctório, mas num raciocínio lógico, todos os passos a dar no cumprimento de uma missão (planeja); divide as tarefas entre as subfrações de seu pequeno grupo e entre homens (organiza); indica, conduz e corrige o desenvolvimento da ação (dirige); e, também, determina medidas que impliquem em ligações, etapas, objetivos, rendimentos etc. (coordenação e controle). À medida que o nível de comando cresce tais atividades se avolumam, se caracterizam mais e mais, se subdividem e se tornam, portanto, mais complexas.

b. Uma pergunta muito válida seria quanto a aplicação dos métodos de liderança — *autocrático e democrático* — pelo chefe militar. Parece óbvio que ambos são de aplicação incontestes. Por outro lado, a disciplina não deve ser confundida com emprego permanente do processo autocrático, ou do uso da *coação*. Um chefe militar pode ser eminentemente democrata, conscientemente democrata e "comandar democraticamente", sem dispensar, em determinados instantes, a

utilização de medidas autocráticas. No pânico, no medo e para determinados grupos de homens (grau de educação, de instrução, ambiente de origem etc.) o uso da coação pode prevalecer sobre outros meios, mesmo em se tratando de um "chefe militar democrata". Com habilidade, oportunidade e numa dosagem certa para condução dos homens, a *persuasão*, a *sugestão* e a *coação* se fundem para determinadas circunstâncias de grupo social, de momento, de local ou ambiente e de fatos em ocorrência, ou em iminência. Essas técnicas apropriadas — todas ou algumas delas têm pois uma utilização diferente, de acordo com o grupo militar comandado ou chefiado. Um oficial-general (almirante, general ou brigadeiro), por exemplo, tem um contato direto e diuturno com um grupo e que a disciplina consciente e a escala de valores é completamente diferente de outros conjuntos sob a chefia de postos mais inferiores ou de graduados. Isso acontece nos diversos escalões hierárquicos e, assim, não se pode comparar a esfera de influência direta de um tenente-coronel ou capitão-de-fragata com a chefia de um sargento. Todavia, uma das qualidades ou atributos de chefia de um general é conhecer de perto, na primeira linha, em visitas e inspeções, particularmente nos momentos difíceis, os locais onde a luta se trava, influenciando, por sua presença e decisões, os combatentes. Mascarenhas de Moraes, Zenóbio da Costa, Sampaio, Tamandaré, Barão da Passagem, Rommel, Mac Arthur, Wavel, Leclerc e muitos outros, no passado e em nossa era, deram demonstrações inequívocas de *coragem* e de *decisão* junto às linhas de contato com o inimigo, na terra e nas águas. Demonstraram, além do mais, a capacidade de adaptarem-se ao momento, ao grupo social presente, além dos requisitos de coragem física, de compartilhar com seus subordinados as agruras e perigos do combate e de decisão rápida e acertada.

c. Uma outra indagação pertinente seria se haveria o chefe militar carismático ou com dons carismáticos. A história registra passagens sobre a presença contagiante de Osório, onde a batalha fosse mais cruenta, quando se ergulam os feridos para continuarem lutando e se emulavam os esgotados para mais um esforço. Fascínio idêntico, a par de seus outros valores militares, exerceram Andrade Neves, Napoleão e Alexandre, além de outros grandes chefes militares. Se esse "dom de graça de controle pela presença", comum a determinados homens de religião, revolucionários e políticos, parece presente em alguns chefes militares é difícil contestá-lo plenamente, embora, talvez, seja mais presente na antiguidade do que na atualidade, dadas as condições das operações militares da segunda metade do presente século.

d. Edward L. Munson afirmou que "a idéia de comando assinala o ponto de convergência de duas correntes psicológicas diferentes ou distintas, talvez mesmo contrárias: uma, liga-se à pessoa do chefe; outra, à dos subordinados". Daí, um primeiro atributo do chefe mi-

litar (ou de qualquer chefe): saber conciliar as duas correntes e, habilidosamente, impor a sua, quando necessário. Norman C. Meyer em "Military Psychology" diz mais: "O chefe militar sagaz nunca subestima o fator humano. Dará ao moral e ao espírito de corpo tanta importância, ou mais, que à capacidade militar e ao material". Norman não deixa de confirmar Munson ao ressaltar um fator psicológico: o moral aliado ao espírito de corpo (amor à organização). Atribui ele que ambos impulsionam o conhecimento técnico (capacidade militar) e proporcionam uma melhor utilização de equipamento bélico, o que não deixa de ser de suma importância. Fica, desta forma, ressaltado um requisito da chefia militar: *conhecer e saber explorar o fator humano*. Há também a considerar, não fugindo à regra de todas as organizações, que dois atributos são comuns a todos os chefes militares, com maior ou menor intensidade, em determinadas funções:

- 1) qualidades técnicas ou específicas à profissão;
- 2) qualidades administrativas.

e. Um chefe militar não se improvisa, particularmente nos dias atuais. A história nos ensina que "para ser grande homem de guerra é preciso primeiro ser grande homem; o que equivale dizer: possuir qualidades pessoais eminentes, bem servidas por uma cultura extensa, a cultura mais avançada de sua época. O gênio só produz se é cultivado". (J. B. Magalhães — Noções Militares Fundamentais).

Cultura histórica, geográfica, filosófica e de matizes variados, portanto, se integram na educação e formação dos grandes chefes militares. Alexandre (discípulo de Aristóteles), Cesar, Frederico (homem de letras e artista), Napoleão (leitor de J. Jacques Rousseau), Caxias, Foch, MacArthur e tantos outros se educaram, se instruíram e se aculturaram através de suas vidas, sendo uns desde a tenra infância. Essa necessidade cresce à medida que sobem os postos da carreira.

f. Uma característica importante do chefe militar é a de possuir uma inteligência capaz de lhe proporcionar uma flexibilidade de decisão, face às mudanças imprevistas de uma situação. Deve ainda mais o chefe militar aliar à coragem física, a coragem moral de decidir, mesmo com risco ("risco calculado"), levando em conta que a guerra é um jogo de vontades, jogo este perigoso, onde a audácia física e moral importa, muitas vezes, na vitória. A propósito de coragem e de outras regras de conduta de um comandante, Patton estipulava:

- 1) "Os comandantes de exércitos e corpos-de-exército devem ter cuidado de serem fisicamente vistos por tantos homens de seu Grande Comando quanto possível e, com toda a certeza, por todos os soldados combatentes. O comandante deve também ser visto a caminho da frente e não ao voltar para a

retaguarda. No primeiro caso, deve viajar numa viatura aberta, claramente identificada com a sua insígnia; ao regressar deve, sempre que possível, viajar de avião. Isto economiza tempo e não permite que as tropas o vejam em deslocamento para a retaguarda."

- 2) "Os generais nunca devem demonstrar medo, dúvida ou fadiga. O homem corajoso é aquele que se domina e, a despeito do medo, prossegue em sua missão. A disciplina, o brio, o respeito próprio, a confiança em si mesmo e o desejo de glória são atributos que tornam um homem corajoso a despeito do medo."
- 3) "Cada um, na respectiva esfera de ação, deve chefiar pessoalmente. Qualquer comandante que deixe de atingir seu objetivo e que não esteja morto ou seriamente ferido, não cumpriu integralmente seu dever. Uma firme determinação de ser bem sucedido é tão vital com relação aos suprimentos como o é na linha de frente."
- 4) "Visite pessoalmente, e com frequência, os feridos, pois os feridos em combate merecem a atenção pessoal de seu comandante."
- 5) "Em combate, os homens tornam-se temperamentais e, frequentemente, pedem coisas de que realmente não necessitam. Entretanto, sempre que humanamente possível, seus pedidos devem ser atendidos, por mais absurdos que sejam." (Arremetida para a Vitória — Robert S. Allen — Edição da Biblioteca do Exército).

g. Uma lista de atributos de chefia militar seria por demais extensa, além das já apontadas. Podemos, contudo, resumir mais algumas:

- 1) Honradez, lealdade, devotamento ou interesse — inspiram, pelo exemplo, confiança e impõem disciplina sem meios coercitivos;
- 2) Energia, espírito militar, urbanidade, bondade (sem indulgência), justiça (para recompensar e para punir) e sinceridade — emulam os subordinados por sentirem no chefe um condutor com virtudes humanas, a par de qualidades militares; equilíbrio de tais atributos, por vezes contraditórios, é marca essencial do chefe militar;
- 3) Habilidade e adaptação à natureza e à mentalidade dos subordinados — facilita o comando, por se chegar mais ao grupo e a cada indivíduo do mesmo;
- 4) Simplicidade, objetividade, respeito à dignidade dos subordinados, comunicabilidade e saber corrigir — inspiram confiança, respeito, entendimento, apreço e atendimento;

- 5) Saúde ou resistência física e mental, constância, bom-humor e jamais desânimo — são atributos indicados por Napoleão a Sacy, em 1795; poderíamos acrescentar: espírito de renúncia e disciplina.

3 — CONCLUSÃO

a. Não resta dúvida que o chefe militar para se tornar um líder de autenticidade absoluta tem que vir revestido de uma série de atributos, alguns aprimorados e outros adquiridos pela instrução e vivência. Há a se considerar que alguns comandantes trazem em si, numa bagagem própria, em sua personalidade, em seu caráter e em sua alma, conforme se afirma vulgarmente, os traços de uma liderança militar inconteste. Este dom, quando cultivado e educado, dá ao chefe militar uma capacidade maior do que a outros líderes da carreira formados e aperfeiçoados pelas escolas.

b. Não há chefes perfeitos; isto é, chefes militares que sejam uma integral dos atributos apontados. Existem, porém, homens como Caxias e Tamandaré cuja soma de qualidades sobrepujava e anulava pequenas deficiências que porventura pudessem possuir. A propósito, Ramalho Ortigão proferiu que: "Cada um tem os defeitos de suas virtudes e as boas qualidades de seus defeitos". Assim, todo chefe militar consciente tem obrigação de vencer seus defeitos naturais e humanos, ou de, pelo menos, compensar os atributos que lhe faltam ou que não condizem com a função de comando.

c. Encerrando e voltando os olhos para D. Pedro II, Churchill, Roosevelt, Salazar e outros estadistas cabe afirmar que: "as elites que exercem postos de governo, tanto mais que os chefes militares, também comandam, ou melhor comandam os comandos, porque dirigem a guerra."

Na longa e trágica história da guerra, o mais importante elemento dos exércitos tem sido sempre o homem. Mesmo hoje face a ampla mecanização e as quase incriveis armas de destruição, esse antigo princípio ainda continua de pé.

O BOATO NAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

MaJ Int QEMA
FILADELFO REIS DAMASCENO

1 — INTRODUÇÃO

O boato é um antigo instrumento de propaganda que vem sendo utilizado pelo homem desde as épocas mais remotas. Dentre os numerosos exemplos do emprego de boato nos tempos passados os seguintes são bem característicos e sugestivos. Nero procurou sustar o crescimento do Cristianismo empregando-o deliberadamente e em larga escala entre a população romana. Aníbal exagerava o valor e o poder de combate de seus elefantes a fim de aterrorizar os exércitos romanos. Gengis Khan, o guerreiro mongólico, precedia a chegada de suas hostes de notícias fantásticas, relacionadas com o poderio, ferocidade e invencibilidade das mesmas.

Entre nós, encontramos o emprego do boato por Caxias em inúmeras oportunidades. Na Revolução de Sorocaba, em 1842, quando os liberais começaram a ridicularizar o governo, por haver enviado "quatrocentos cadáveres ambulantes" ou "quarenta almas do outro mundo" para combatê-los, Caxias, que contava somente com 400 homens, remeteu um telegrama às cidades onde iria pernoitar, pedindo que preparassem rações para 3.000 soldados. Na Balaiada, fez espalhar notícias de um suposto antagonismo entre os "balaaios" e os escravos do Cosme e a rivalidade entre as facções surgiu em seguida.

Na Revolução Farroupilha, desconfiando que os rebeldes tinham simpatizantes e espíões no seu próprio exército, Caxias fazia pública sua intenção de seguir determinada direção, para que chegasse ao conhecimento dos chefes farroupilhas. Rompida a marcha, voltava em direção contrária, o que perturbou, inúmeras vezes os planos e movimentos dos revoltosos.

na nossa vida cotidiana o boato encontra amplo emprego e suas implicações sociais são evidentes. Quantas reputações pessoais foram construídas ou destruídas através de simples boatos? Quantos produtos comerciais obtiveram a sua aceitação ou rejeição em virtude de uma qualidade ou defeito veiculado por meio de boatos? Que pessoa jamais foi vítima de uma intriga?

As razões acima apontadas justificam o interesse pelo assunto do presente trabalho. O tema é de proveito comum, seja para o indivi-

duo ou para o grupo social. Todas as conclusões são válidas, não só nas situações normais de tempo de paz, mas, também, durante os conflitos armados, nas operações psicológicas.

2 — DEFINIÇÃO, NATUREZA E TIPOS

Se perguntássemos a diversas pessoas o que entendem por "boato", obteríamos respostas as mais variadas; como por exemplo: mentira, balela, intriga, fuxico, mexerico, "disse-me-disse", "fofoca", "cascata" e muitas outras palavras tidas como sinônimas. O que resulta em comum é a convicção de que o boato é algo sem fundamento, inverídico, pouco merecedor de crédito, a que se devota um ostensivo e merecido desprezo. A valer tais conceitos, o boato seria algo sem qualquer importância, não se justificando o interesse pelo mesmo. Na realidade, porém, os fatos se passam de maneira diferente e a compreensão científica do problema é bastante diversa, comprovando plenamente o valor do assunto.

Assim, poderemos definir o boato do seguinte modo: "boato é uma mensagem, normalmente transmitida de pessoa a pessoa, cuja autenticidade do assunto é questionável e cuja origem é inverificável". Uma vez estabelecido um conceito sobre o boato, passemos a analisar a sua natureza ou suas características, que permitirão uma melhor compreensão do problema.

O boato refere-se a assunto atual e específico, ao contrário das lendas e dos mitos, cujos temas são gerais e ligados ao passado. Normalmente o boato é difundido por meio da comunicação direta, por via oral, de pessoa a pessoa. Somente em raras ocasiões é difundido pelos meios de comunicação de massa. Outro aspecto importante do boato é a sua ambigüidade, ou seja, a inexistência de qualquer indício de que seja falso ou verdadeiro. Caberá à pessoa que o recebe crer ou não no mesmo, de acordo com o seu conhecimento, seus valores e atitudes ou com a situação em que se encontra.

Os boatos podem ser classificados em três tipos distintos, segundo as emoções que procuram explorar: O tipo "espantalho" é baseado nos sentimentos de medo, angústia ou ansiedade das pessoas envolvidas na divulgação. O tipo "sonho" procura retratar as esperanças ou aspirações das pessoas, transformando os desejos em "realidade". O tipo "agressivo" explora os ódios, antagonismos, antipatias e preconceitos existentes no meio social onde circula.

O boato pode ser originado de forma espontânea ou intencional. No primeiro caso resulta da falta ou escassez de informações ou dos mecanismos de defesa das pessoas que, inconscientemente, criam histórias ou anedotas, dando vazão às suas frustrações. O boato intencional é preparado deliberadamente para obter um resultado desejado e vale-se das mesmas condições do anterior.

3 — O MECANISMO BÁSICO DO BOATO

A propagação do boato pode ser expressa pela seguinte fórmula: $P = I \times A$. A expressão indica que P (Propagação em extensão e velocidade) é o produto de dois fatores: I (Importância do assunto para o público) e A (Ambigüidade, ou seja a falta ou deficiência de Informações "sobre o assunto" para o público).

Do exame da fórmula retiramos algumas conclusões básicas. Quanto mais significativo for o tema para o público, quanto mais se aproximar de seus problemas e aspirações, maiores serão as possibilidades de divulgação. Além disso, é necessário que o público não disponha de informações válidas para confronto, ou as tenha recebido incompletas. Ou ainda se encontre sob tensão, de forma que não possa tirar conclusões lógicas e racionais. Como a propagação do boato é um produto de dois fatores, a Importância e a Ambigüidade, havendo a falta de qualquer dos dois, a difusão do boato será nula e ele não terá a menor repercussão.

Se são necessárias ambas as condições, por que os boatos circulam com tamanha facilidade? Do ponto de vista psicológico, os boatos difundem-se em razão dos seguintes motivos: eles respondem a importantes questões na falta de informações verdadeiras. Além disso, servem como válvula de escape para as emoções reprimidas, justificam reprováveis ações individuais e propiciam um sentimento de importância para quem os divulga.

Alguns exemplos explicarão com clareza esses requisitos. O problema da "questão importante" pode ser compreendido se atentarmos para os constantes rumores a respeito de aumento de salário, obrigando, muitas vezes, a desmentidos oficiais. Quanto ao alívio para as emoções, achamos provas nas anedotas sobre certos grupos ou pessoas, pois, ao propagá-las a pessoa está descarregando a sua agressividade contra os mesmos, inconscientemente. E, finalmente, nas situações de incerteza e tensão, a pessoa "bem informada", que tem sempre "as últimas" a transmitir, tem o seu prestígio aumentado.

Podemos retirar importante ensinamento do mecanismo básico do boato, a ser utilizado pelos órgãos de censura em situações anormais. O público continuará com a atenção voltada para o desenrolar dos acontecimentos importantes e sentirá necessidade de informações a respeito dos mesmos. A brusca interrupção do fluxo de notícias através dos canais normais ou a tentativa de desviar a sua atenção para assuntos de menor interesse são totalmente infrutíferas. Cria-se imediatamente um vazio, que será preenchido imediatamente pela proliferação de boatos, com resultados imprevisíveis. A solução correta é manter o mesmo ritmo de informações verdadeiras, sobre os assuntos que interessam no momento.

4 — DEFORMAÇÕES SOFRIDAS PELO BOATO

Todos nós conhecemos o célebre exemplo da "Cadeia de Mensageiros", onde uma mensagem chega ao seu destino completamente truncada, após ser transmitida verbalmente por diversas pessoas. Com o boato acontece coisa semelhante. Essas alterações verificadas na propagação do boato obedecem a três processos distintos mas que ocorrem simultaneamente: o Nivelamento ou Concisão, a Acentuação e a Assimilação.

Durante o Nivelamento, o boato tende a ser mais conciso e menos detalhado. Experiências revelam que, entre a quinta ou sexta transmissão, a mensagem original foi reduzida em 70% de seu conteúdo, mas as últimas pessoas quase nada alteram. Como a memória tem uma função econômica, são passados adiante apenas os detalhes julgados importantes pelo comunicador perdendo-se dados essenciais, como nomes de lugares e de pessoas. Há uma tendência em gravar as primeiras palavras ou introdução do boato, os preconceitos, ou aquilo que convém ao narrador. Resulta do Nivelamento a simplificação do boato com o início de sua deformação.

A Acentuação é o processo seguinte e constitui a recíproca do anterior: os detalhes restantes são enfatizados, conduzindo à distorção, pelo exagero. O número de objetos geralmente é aumentado, fatos presentes são comparados a eventos passados, certas situações são destacadas e o que é estático ganha movimento. Em síntese, há uma seleção, seja na percepção, na retenção ou na transmissão de um número limitado de detalhes.

A Assimilação consiste em inserir o boato no contexto intelectual e emocional do ouvinte. Os costumes, interesses e sentimentos da pessoa atuam sobre o boato dando-lhe uma forma coerente e plena de sentido. Transforma-o inconsciente naquilo que "julga que deveria ser", deturpando o que lhe foi transmitido. Lacunas existentes são imediatamente preenchidas e a estória se completa. Detalhes semelhantes são simplificados num só e os fatos tendem a ser apresentados como normalmente ocorrem.

Após passar pelos três processos apresentados acima, é evidente que o boato sofreu alterações significativas. A experiência demonstra, todavia, as seguintes conclusões: O tema se perpetua, ao longo da divulgação, sem mudanças fundamentais. Se o assunto é alegre ou triste não é alterado em sua essência. O boato não sofre acréscimos substanciais: as contribuições pessoais relacionam-se com o assunto e são incorporadas, resumidas, na Assimilação. O afã ou desejo de esclarecimento origina o boato, a ambigüidade faz com que tenha uma forma imprecisa e os erros de interpretação e a experiência individual contribuem para a sua deturpação.

5 — EMPREGO NAS OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS

O boato pode ser empregado durante a guerra como um poderoso recurso de propaganda a fim de abater o moral dos combatentes e da população inimigos. A situação de beligerância cria condições ideais para a divulgação de boatos, como sejam: a escassez ou falta de notícias, o isolamento dos indivíduos, as tensões, incertezas, inseguranças e o exacerbamento dos ânimos. Essas dificuldades extremas conduzem ao descontrole psicológico, ao pânico e à histeria coletivos, facilitando assim a difusão de boatos.

A grande vantagem no emprego do boato, durante as operações psicológicas, está no fato de que a origem da propaganda não poderá ser identificada. Assim sendo, deixarão de existir as restrições de ordem moral, que subordinam a nossa propaganda oficial. Os temas, até então proibidos, poderão ser utilizados e o emprego de notícias falsas não trará qualquer prejuízo à nossa agência. É comum o emprego de boatos pintando em cores negras a situação em outras frentes ou a situação crítica da retaguarda adversária.

O boato encontra ampla aplicação em regiões onde os meios de comunicação são precários ou exista alto índice de analfabetismo. Através de agentes infiltrados no território inimigo ou contando com a colaboração de simpatizantes, os boatos são facilmente difundidos no meio inimigo. As conversas informais, os "bate-papos", ganham maior credibilidade do que a mensagem disseminada pelos canais normais, considerada de antemão como "propaganda inimiga".

Empregado nas operações psicológicas o boato visa sempre o enfraquecimento moral do adversário. Em situações de crise no lado inimigo, quando todos "esperam o pior", um boato anunciando essa catástrofe poderá provocar o pânico. A busca de segurança ou da sobrevivência conduz, por contágio, à histeria coletiva, à deserção ou rendição. Um boato poderá provocar graves frustrações, levando ao desânimo ou mesmo a reações violentas, apregoando a satisfação de necessidades que já se sabe, de pronto, não serão satisfeitas. Além disso, o boato cria a desconfiança nas autoridades, em virtude da falta de informações. Tem também condições de provocar conflitos entre o antagonista, através do estímulo a rivalidades latentes entre grupos ou indivíduos.

O operador psicológico deverá conservar-se atento às oportunidades que possam ser exploradas através do boato. Cabe-lhe, igualmente, conservar-se alerta, a fim de evitar oferecer ao inimigo condições propícias ao emprego do boato contra as suas tropas.

6 — O CONTROLE DO BOATO

A tarefa de refutar os boatos divulgados pelo inimigo é bastante complexa e corre o risco de ser contraproducente se não for minuciosamente planejada. A contestação direta aos boatos em

circulação poderá apresentar os seguintes inconvenientes: reforçar os temas inimigos em lugar de enfraquecê-los; aumentar ainda mais o número de boatos e a inquietação existente; exagerar a eficácia da propaganda inimiga; despertar temores e sensibilidade aos boatos, que não são considerados perigosos ou que não foram detectados.

Como o operador psicológico é obrigado a rebater certos boatos, diretamente, deve agir com muita precaução, porque, a publicidade dada com a resposta pode ser negativa em vez de benéfica. Em casos extremos, porém, algumas técnicas têm sido utilizadas com bastante sucesso. A primeira delas recomenda: refutar os boatos que possam ser destruídos por completo, de modo a não pairar dúvidas sobre a falsidade dos mesmos. Contestações parciais e incompletas reforçam a dúvida e têm efeito contrário.

Outra regra a observar é a de que a resposta deverá ser feita através da imprensa e "jamais através do rádio ou da televisão". Explica-se, pelo costume dos ouvintes e telespectadores de mudarem constantemente de emissora, com o que, provavelmente, não tomarão conhecimento da resposta. Além disso, eles poderão vir a inteirar-se do boato através de outras pessoas e formarem um juízo a respeito, de modo que podem não dar completa atenção à resposta até o final da exposição.

Outra técnica a adotar é a de que a refutação deve ser apresentada da mesma forma atraente e sugestiva do boato, de modo a merecer igual atenção do público. A explicação deve ser breve e clara, evitando-se longa apresentação de provas.

Ao confrontar o boato e sua contestação na imprensa, evitar chamar a essa de "Resposta", usando, em vez disso, os títulos "Fatos" ou "Verdade". É conveniente refutar tópico por tópico do boato, em vez de rebater o conjunto, de modo geral e impreciso.

Ao utilizar uma autoridade ou um especialista na réplica a um boato, é necessário que o público o reconheça como tal, que ele seja imparcial ou sem interesse na causa, ou assim o pareça. Na apresentação do mesmo, deve-se evitar longas referências a sua posição, experiência técnica ou "curriculum vitae".

Como vimos, a refutação direta do boato é muito perigosa e somente deverá ser feita atendendo a esses requisitos. A melhor proteção contra o boato encontra-se reunida numa série de medidas preventivas, que poderão ser adotadas com muito maior probabilidade de êxito.

Dentre essas providências, a que primeiro se impõe é a de manter o nosso público tão informado quanto possível. Jamais deixar assuntos importantes e de interesse geral sem respostas satisfatórias. Esclarecer as nossas tropas quanto aos prejuízos causados pelo boato,

incutindo-lhes um ceticismo salutar. Educá-las no sentido de controlar as suas emoções para evitar futuras explorações. Finalmente, mostrar a falsidade de certos boatos e procurar ridicularizar os boateiros.

7 — CONCLUSÃO

No presente estudo apreciamos o emprego do boato nas operações psicológicas. Vimos a sua utilização na guerra desde épocas remotas e a importância que pode desempenhar na derrocada moral do inimigo.

Constatamos que a circulação de boatos exige duas condições básicas: a importância do assunto para o público e a escassez ou falta de informações sobre esse assunto. Notamos que o boato explora os sentimentos de medo, cólera ou aspirações, podendo surgir espontaneamente ou de forma provocada. Ao longo do processo de comunicação, o boato sofre mudanças significativas, exageros, distorções, mas o seu tema continua invariável, positivo ou negativo, com acréscimos de pouca importância.

No quadro das operações psicológicas, o boato constitui um instrumento útil e poderoso, sobretudo por resguardar o crédito da fonte de propaganda. Aborda temas sem qualquer restrição, dispensa os canais usuais de comunicação e também a alfabetização do público. Verificamos, a seguir, a dificuldade na contestação direta do boato. Esta somente deverá ser feita em situações especiais e de acordo com técnicas que têm provado ser válidas. O uso regular de medidas preventivas, como a manutenção de nossas tropas bem informadas sobre os fatos importantes e a conservação de um moral elevado, constitui a melhor defesa contra o boato.

Acreditamos haver abordado um tema palpitante e atual, de aplicação constante, tanto nas operações psicológicas como na nossa vida cotidiana. Se, ao final deste trabalho, o leitor houver concordado que o boato não é tão insignificante como parece à primeira vista e merece ser analisado com cuidado, damos-nos por recompensados pelo esforço realizado.

BIBLIOGRAFIA

- THE PSYCHOLOGY OF RUMOR — Allport — Postman
- PROPAGANDA THEORY — Subcourse 4 — Fort Bragg
- PSICOLOGIA SOCIAL — Otto Klineberg
- PROPAGANDA BELICA ALEMANA — Willi A. Boelcke
- DIARIO — Goebels
- GUERRA PSICOLÓGICA — Paul M. A. Linebarger.

FILADELFO REIS DAMASCENO — Maj
QG da 2.^a Bda C Mec
Uruguaiana — RS

UM AGRADECIMENTO E UM APELO

É com imensa satisfação que podemos informar aos nossos leitores que pelos estímulos recebidos e pela aceitação da nossa Revista, até o presente, vamos continuar nosso trabalho com redobrado entusiasmo para bem servir aos nossos assinantes e colaboradores.

Sendo a Revista uma publicação cujos fins não visam lucros, necessita para aumentar a sua tiragem, entre outros fatores, de um maior número de contribuintes. Nossa situação no limiar do ano é boa, pois atingimos a 1.263 assinaturas pessoais, 268 para Organizações Militares e 10 para Entidades civis, num total de 1.541 exemplares, afora os pedidos avulsos e o atendimento cortês do nosso intercâmbio.

Temos como um dos objetivos para o corrente ano o de elevar pelo menos até 2.500 o número de assinaturas. Para isto, contamos com o apoio daquele que engrandece a Revista com o seu trabalho discreto, altruístico e anônimo, e reconhecido como altamente eficaz — o nosso REPRESENTANTE. Para ele ficam aqui os agradecimentos da Revista e o apelo no sentido que nos ajude a lutar, para aumentar o número de contribuintes.

PROMOVENDO A REVISTA VOCÊ ESTÁ COOPERANDO PARA DIFUNDIR A CULTURA PROFISIONAL MILITAR.

A VIDA SOB REGIME MARXISTA- LENINISTA

Ten Cel Cav QEMA
NILSON V. FERREIRA DE MELLO

1. INTRODUÇÃO

Pretendemos esboçar um quadro sumário do que preconiza a teoria marxista-leninista, em confronto com a realidade de um país onde essa teoria tenha sido implantada sob a forma de regime político.

Tomamos como paradigma para esse confronto a União Soviética, considerando ser este país o que, há mais tempo, vive a experiência marxista-leninista. Ao final, acrescentamos algumas considerações sobre os regimes democráticos para servirem de argumentos à formulação de conclusões.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 — A concepção marxista da História

A concepção marxista da vida apóia-se numa interpretação materialista da História. Esta é concebida como a atividade dos homens na conquista de seus objetivos materiais, e não como o relato e o estudo dos acontecimentos, sua sucessão cronológica e suas relações de interação, causais ou conseqüentes. Certamente os marxistas admitem que a História abarca tais acontecimentos. A diferença está em que, em vez de considerá-la uma disciplina passiva que estuda *como* os acontecimentos ocorreram, emprestam-lhe uma importância muito mais transcendental: a que decorreria de sua capacidade de revelar a destinação final do Homem.

Os pensadores não marxistas reconhecem que não se pode precisar a causa (ou causas) determinante da História. O processo histórico resulta da interação de um número tão grande de fatores, entre os quais a vontade livre dos homens, que se torna difícil, senão impossível, determinar a causa fundamental da História. Por isso mesmo, não se pode estabelecer leis para o desdobramento do processo histórico que nos permitam fazer prognósticos cientificamente seguros quanto ao futuro.

O marxismo, ao contrário, vê no processo histórico lógica e regularidade. Afirma que a evolução da História resulta de um fator fundamental e tende para um fim determinado.

Para os marxistas, não há nenhum paradoxo no fato de admitirem a influência do Homem no desdobramento histórico ("A História é a atividade dos homens na conquista de seus objetivos") e o reconhecimento da força fundamental que impele a História. É que também o Homem seria impelido por uma causa primeira — a necessidade de continuar existindo — e agiria condicionado pelas condições materiais que o rodeiam. Dai afirmarem que a causa fundamental da História é a necessidade que sentem os homens de produzir para assegurar sua existência, em níveis cada vez mais altos. Dessa causa fundamental surgiriam as forças diretivas da História que são dimensionadas pelos meios que o Homem utiliza, em cada época, para produzir. Essas forças, variáveis em direção e intensidade em cada momento considerado, teriam sempre uma resultante que apontariam para o mesmo fim.

Seguindo essa linha de raciocínio, negam a existência de qualquer móvel espiritual básico no desenvolvimento histórico. As conquistas espirituais da Humanidade seriam meras superestruturas condicionadas pela base material da necessidade do Homem continuar existindo. **É o materialismo histórico.**

Apoiados nesses argumentos, encaram todo o desenrolar da História como a resultante da luta de classes. Afirmam que a sociedade em todos os tempos tem-se constituído basicamente de duas classes opostas: a exploradora, que detém os meios de produção, e a explorada que realmente produz e constitui a maioria.

Apenas nas sociedades muito rudimentares teria havido um comunismo primitivo de produção e apropriação. Tão logo o incremento desigual da produção gerou a acumulação desigual de bens, teria surgido a propriedade privada e com ela a luta de classes. Dai para diante, a História poderia ser resumida como o registro da luta de classes de acordo com o seguinte esquema:

1. **ERA DA ESCRAVIDÃO** — Caracterizada pela sociedade escravista em que se oporiam senhores e escravos.
2. **ERA DA SERVIDÃO** — Caracterizada pela sociedade feudal em que se oporiam senhores e servos. Esta sociedade teria gerado a burguesia, classe que iria implantar, no estágio seguinte, o capitalismo.
3. **ERA CAPITALISTA** — Caracterizada pela sociedade burguesa em que se oporiam o capital e o trabalho. O capitalismo da classe burguesa teria gerado o proletariado que, tal como a burguesia na era da servidão, teria a incumbência de conduzir a sociedade a estágio mais avançado.

4. **ERA SOCIALISTA** — Caracterizada pelo desaparecimento da propriedade privada e, conseqüentemente, da luta de classes. Seria uma fase preparatória no processo de sublimação social que teria seu término no comunismo.
5. **ERA COMUNISTA** — Caracterizada pela produção e usufruto comunitário de todos os bens.

Nessa suposta sucessão de estágios de organização sócio-econômica, determinada pela luta de classes, os marxistas teóricos apresentam uma utópica visão do que viria a ser a ERA COMUNISTA, ainda não atingida por nenhum país. Nela o Estado — que já viria se atrofiando desde a ERA SOCIALISTA — terá desaparecido. Os homens e a sociedade terão desenvolvido tão alto grau de consciência social que não haverá mais necessidade de governo, substituído por simples técnicas de administração das coisas. Um novo homem terá surgido, dotado de atributos tais de consciência, que dispensará forças coercitivas, externas a seu próprio ser, para pautar seu comportamento individual e social. Paralela e simultaneamente, a sociedade terá desenvolvido mecanismos de controle capazes de corrigir deturpações dessa harmonia geral.

Em suma, na Era Comunista o Homem será dono de seu destino. Bastar-se-á a si mesmo e em si próprio encontrará a razão de ser da existência. Então Deus estará irremediavelmente morto e a Humanidade poderá dispensar para sempre as "muletas da religião", utilizadas por ela nas épocas anteriores quando, claudicantemente, caminhava em busca de sua afirmação.

É esta a visão utópica e materialmente paradisiaca que a teoria comunista nos oferece. Vejamos a seguir como se apresenta a realidade atual da União Soviética.

2.2 — A sociedade no regime soviético

A Sociologia nos ensina que, numa determinada conjuntura histórica, a distribuição em camadas homogêneas dos segmentos de uma sociedade se faz sob a pressão de forças endógenas e exógenas. Essa configuração da sociedade, resultante da interação dessas forças, é o que se denomina de estratificação social.

A sociedade assim configurada tem a tendência de conservar-se ao longo dos tempos e, para tanto, desenvolve mecanismos de preservação, criados ou espontâneos, de caráter jurídico, político, moral, consuetudinário ou religioso. Por outro lado, sofre a ação de forças de transformação que agem sobre esses mecanismos e que, de acordo com suas intensidades, podem determinar uma mudança. Portanto, a estratificação social só é estática num determinado momento considerado.

Os marxistas pretendem que esse processo seja válido enquanto acumula dialeticamente (oposição entre as forças de transformação e os mecanismos de preservação) energia social que acentue as contradições no seio da estrutura da sociedade. Quando essa acumulação atinge um valor crítico, a mudança social conseqüente não pode mais resultar numa reorganização da estrutura primitiva. Deve, ao contrário, representar uma reformulação revolucionária, capaz de mudar radicalmente a estrutura anterior.

Dai a ênfase que os comunistas emprestam à necessidade de acentuar as contradições das sociedades burguesas, a fim de apressar a revolução social que contam como inexoravelmente certa.

Poderíamos concluir, por conseguinte, que nos países onde já se deu essa revolução, não mais deveriam existir formas de estratificação social e nem contradições internas. A realidade, porém, nos apresenta um quadro bem diferente. É o que nos mostra a experiência socialista mais longa da História: a da União Soviética.

2.2.1 — As classes sociais

Segundo os peritos em assuntos soviéticos, a estratificação social na URSS é tão marcada quanto nos países não marxistas. Aqueles peritos distinguem cinco classes sociais, às quais corresponde uma perceptível distinção econômica.

Essas classes são as seguintes:

1) GRUPO DO ALTO — Constituído pelos mais altos dirigentes do Partido e do Governo, os mais altos graus da hierarquia militar e os intelectuais e cientistas de maior renome e influência. Abrange poucos milhares de famílias que desfrutam de vida confortável e até relativamente luxuosa.

2) CLASSE PROFISSIONAL SUPERIOR (Também chamada CLASSE MEDIA SUPERIOR) — Constituída pelos profissionais de nível universitário superior, técnicos mais destacados, dirigentes burocráticos do Partido e do Governo, intelectuais, professores universitários e oficiais superiores das Forças Armadas. Abrange cerca de um milhão de famílias.

3) CLASSE MÉDIA (Também chamada CLASSE MEDIA INFERIOR) — Constituída pelos profissionais de nível universitário, técnicos, burocratas do Partido e do Governo, professores, operários altamente especializados e demais oficiais das Forças Armadas. Abrange cerca de 2 a 3 milhões de famílias.

4) MASSA — Constituída pelos trabalhadores urbanos e rurais e todas as demais categorias profissionais dirigidas, inclusive os graus subalternos da hierarquia militar. Abrange a grande maioria da nação.

5) **TRABALHADORES FORÇADOS** — Constituída pelos internados em campos correcionais de trabalhos forçados, condenados por delitos políticos ou comuns. São verdadeiros escravos e somam alguns milhares.

Paralelamente a essa estratificação social, ergue-se a estrutura do Partido de forma piramidal. Desde a sua ampla base até ao seu estreito vértice, os membros do Partido são dispostos em camadas ou níveis de importância crescente. É através dos canais dessa estrutura hierarquizada que melhor se consegue a ascensão social. Dai a enorme importância do Partido na sociedade soviética. É ele, na realidade, o mais forte e abrangente mecanismo de controle social. Estruturado com base em rígida disciplina e controlando organizações de vários níveis, as quais cobrem a totalidade da vida nacional, o Partido garante a estabilidade da estrutura social. Através do princípio do "centralismo democrático", assegura a disciplina e a coesão interna. Isto porque, segundo esse princípio, as decisões, e a eleição dos dirigentes, em cada nível da organização partidária, devem ser tomadas por maioria de votos. Uma vez tomada uma decisão ou eleito um dirigente, não poderá haver *oposição* ou *discordância*, seja no mesmo nível, seja nos níveis inferiores da organização partidária.

Outro fenómeno curioso da vida soviética é o dos "diretórios entrelaçados". Consiste no paralelismo e na semelhança de organização entre o Governo e o Partido. É o que sumariamente apresentamos no quadro que se segue:

ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO	ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO
<ul style="list-style-type: none"> — Presidium do Comité Central — Comité de República — Comité Regional — Comité Distrital — Organização de Base 	<ul style="list-style-type: none"> — Presidium do Conselho de Ministros — Governo de República — Governo Regional — Governo Distrital — Governo Municipal

Acresce o fato de, frequentemente, uma única pessoa desempenhar funções similares nas organizações partidárias e governamentais, principalmente na cúpula do Partido e do Governo. Assim, KOSYGIN é simultaneamente Primeiro-Ministro e membro do Presidium do Comité Central do PCUS. PODGORNÝ é Presidente do Soviete Supremo e também membro do Presidium do Comité Central do Partido. BREZNEV é Secretário-Geral do PCUS e membro do Conselho de

Ministros. KRUSCHEV foi simultaneamente Secretário-Geral do Partido e Presidente do Conselho de Ministros.

Mas, por mais forte que seja essa estrutura, não está isenta da ação de forças de mudança social, internas ou externas. Ao contrário, os fatos ocorridos nos últimos 15 anos, tanto na União Soviética, como nos países da Europa Oriental, notadamente na Alemanha em 1963, na Hungria em 1956, e mais recentemente na Polónia e na Tcheco-Eslováquia, indicam a intensidade que já estão assumindo essas forças.

O próprio desenvolvimento do espírito crítico do povo, divide a promoção cultural cada vez maior das massas, conduz a uma crescente aversão a um regime de imposições e coerções da liberdade de pensar e de agir.

Convém ainda mencionar, entre as forças internas que atuam sobre a estrutura social soviética, as lutas pelo poder. Nas democracias, a pressão dessas forças encontra um meio de liberação nos debates de opinião e nas periódicas campanhas eleitorais. Nos regimes de partido único, não havendo essas válvulas de segurança, seu dinamismo reprimido torna-se mais surdo mas muito mais virulento. Quando a tensão torna-se insuportável, explode sob a forma de violentos e freqüentemente sangrentos expurgos nas elites dirigentes do Partido e do Governo.

Quanto às forças externas, sua atuação é muito condicionada pela conjuntura internacional. Elas podem resultar, por exemplo, da influência de modelos externos de organização social mais liberais e progressistas sobre as populações dos Estados socialistas. Isto ocorreu, com particular intensidade, nos primeiros anos do pós-guerra. O surto vertiginoso de progresso dos países da Europa não comunista, notadamente Alemanha Ocidental, levou os comunistas a criarem a cortina de ferro e a erigirem, na área de mais fácil confronto, o Muro de Berlim. Podem, ainda, originar-se de tensões internacionais, até mesmo no campo socialista, como é o caso do conflito sino-soviético, que ainda poderá conduzir a conseqüências inesperadas, inclusive a uma aproximação da URSS com o Ocidente pelo temor da China.

2.2.2 — A educação

A educação ocupa papel de suma importância na União Soviética. Essa importância advém fundamentalmente de duas necessidades: 1.^a) a de conformar o cidadão de acordo com a doutrina do Estado; 2.^a) e a de manter a massa populacional em condições de atender aos reclamos do desenvolvimento econômico.

Para atender à primeira necessidade, desenvolveu-se na URSS um gigantesco sistema de doutrinação político-ideológica, somente comparável ao de Mao Tsé-tung na China.

Desde os mais baixos níveis do sistema educacional escolar soviético encontra-se a doutrinação ideológica. Embora de forma sutil, a criança cedo aprende a desdenhar a religião, a subordinar seus impulsos à coletividade, a conhecer e amar os heróis da União Soviética e do Partido, a colocar nos dirigentes do Partido comunista os atributos que a criança ocidental reconhece em Deus.

Esse processo vai tendo seu recurso em graus crescentes de complexidade, à medida que a criança, e depois o adolescente e o jovem, vai percorrendo os diferentes níveis do sistema escolar. O ensino é gratuito do ponto de vista financeiro, mas paga-se um alto preço em termos de condicionamento ideológico.

Nas universidades, a doutrinação político-ideológica assume um caráter um pouco diferente. Em vez de ser da responsabilidade dos mestres, passa a ser da responsabilidade dos grêmios de estudantes ativistas que promovem toda sorte de reuniões, seminários e conferências versando sobre temas de doutrina e de ideologia.

Mas, não só através do sistema escolar se faz a educação do cidadão soviético. Há várias outras organizações sociais, esportivas, recreativas, etc., todas controladas pelo Partido, que se encarregam de promover essa educação. Vejamos algumas delas.

Quando se trata de crianças, as organizações educacionais subsidiárias constituem uma forma de escotismo. De 10 a 15 anos, praticamente todas as crianças soviéticas são membros de um grêmio de escotismo, tal como a "Organização Nacional dos Pioneiros Lenine". A partir de 16 anos, o adolescente ingressa na Konsomol (Liga da Juventude Comunista) e nela pode permanecer até os 26 anos. Da Konsomol, o cidadão ou ingressa no Partido Comunista, ou vai, mais cedo ou mais tarde, participar de uma sociedade de bairro, de fábrica, de oficina, de escritório, etc.

Não é fácil ingressar no PCUS. Há sérias exigências a satisfazer, desde a prolongada observação do candidato na Konsomol, até a indispensável recomendação de 3 membros do PC. Os que fazem essa recomendação tornam-se responsáveis pela conduta do novo membro, o que os obriga a rígidos critérios de seleção. É devido à apurada seleção de ingresso que, em grande parte, se deve o fato de ser o Partido relativamente pequeno. Com efeito, seu efetivo soma cerca de 12 milhões de membros, ou seja, aproximadamente 5% da população de 232 milhões de habitantes.

Resta ainda mencionar a educação ideológica que se ministra nas Forças Armadas. Através das organizações de base do PC existentes no organismo militar (uma OB para cada Btl ou, mesmo, Cia) e dos

Comissários Políticos (*) que atuam no nível Unidade, assegura-se uma completa fidelidade das Forças Armadas no regime e aos seus dirigentes.

2.2.3 — Direitos e garantias

O Estado soviético é fruto de uma concepção da História. De acordo com essa concepção, são válidos os seguintes postulados:

- 1.º) Não há princípios eternos e imutáveis, nem valores absolutos; o Homem estabelece seus próprios valores.
- 2.º) Assim sendo, não existem direitos naturais; os direitos resultam do modo de produzir os bens materiais.
- 3.º) Conseqüentemente, a liberdade não é um direito natural. Ao contrário, subordina-se às leis e aos princípios que determinam o movimento da História. A liberdade básica do Homem está em reconhecer o determinismo histórico e nele se inserir, por ele se orientar, procurando acelerar o movimento da História.

Isto posto fica claro que os direitos e liberdades enumerados na Constituição soviética de 1936 devem ser encarados dentro do relativismo do materialismo histórico. Sim, porque a Constituição da URSS enumera direitos e liberdades muito semelhantes aos das Constituições liberais, com exceção do direito de propriedade. A diferença está na maneira de interpretá-los. Assim são direitos constitucionais soviéticos: direito à liberdade de consciência, direitos eleitorais, direito ao trabalho, direito à propriedade pessoal sobre os frutos do trabalho (nestes incluídos a habitação, objetos de uso doméstico, de consumo e de comodidade pessoal) e direito à sucessão desses bens.

Qual será porém o valor real do texto constitucional? Como ele se aplica na realidade concreta da vida na URSS? Vejamos o que acontece com a interpretação e a aplicação prática de alguns desses direitos e liberdades.

A liberdade de consciência só tem sentido quando acompanhada das liberdades de opiniões políticas, sociais, filosóficas e religiosas. Mas como realizar essas liberdades num Estado totalitário que é filho de uma doutrina política, econômica, social e filosófica que ele considera como a única verdadeira? Aliás, a própria Constituição soviética, ao mesmo tempo em que apresenta aquela lista de direitos e

(*) Os Comissários Políticos no nível Unidade são denominados de Subcomandantes para Assuntos Políticos. No nível GU há todo um Estado-Maior político composto de 8 Seções, uma das quais é a Seção de Propaganda. No nível Forças Armadas, há um Diretório Político que é o mais alto órgão de controle ideológico da estrutura militar soviética.

liberdades, apressa-se em acrescentar que somente são válidos quando "exercidos no interesse dos trabalhos e do regime soviético".

A liberdade de voto é, na realidade, uma grande farsa na URSS. O ato eleitoral realmente livre pressupõe a existência anterior de oposição organizada e de um número razoável de candidatos de tendências diferentes para assegurar o direito de escolha e opção. Tal não ocorre na União Soviética. Não há oposição partidária organizada (o regime é de partido único); todos os meios de propaganda (rádio, televisão, editoras, jornais, etc) são propriedade do Estado (vale dizer do Partido único); a apresentação dos candidatos aos vários cargos eletivos é atribuição do Partido Comunista ou de organizações controladas pelo Partido (sindicatos, cooperativas, organizações de juventude, etc).

O direito ao trabalho significa na verdade, o **dever** de trabalhar. Direito implica em opção que, no caso soviético, não existe. Nos países liberais, qualquer pessoa que haja acumulado bens, por herança ou por poupança, que lhe permitam viver dos rendimentos desses bens, poderá deixar de trabalhar sem que isto constitua crime. Não é assim na União Soviética. Mas o pior é a restrição na escolha de **onde** trabalhar e **como** trabalhar. A economia, planificada de modo global e centralizado, tem exigências diante das quais não podem prevalecer critérios pessoais de escolha de emprego, de local de trabalho e outras "considerações burguesas". Sabe-se que, para atender às necessidades de utilização planificada de mão-de obra, têm havido na URSS deslocamentos compulsórios de grandes massas de trabalhadores.

Finalmente a liberdade fundamental para o exercício de todas as demais — a liberdade física — não é plenamente reconhecida no regime soviético. Nela inclui-se a liberdade de ir e vir, de instalar-se onde se lhe aprouer, de circular sem restrições por todo o território nacional, de nele entrar ou dele sair. Abrange ainda a incolumidade e a intimidade pessoais e do domicílio. Tudo isto sofre sérias e concretas restrições na União Soviética. Nos regimes democráticos, qualquer cidadão só poderá ser preso quando contra ele se argui, de maneira comprovada e julgada formalmente, determinado delito; o princípio básico é o de que todos são inocentes, até que a sociedade, através dos órgãos próprios, prove o contrário. No regime totalitário soviético o princípio é inverso: a alguém que se incrimina é que cabe o ônus de provar sua inocência.

2.2.4 — Controle sobre a economia

A característica fundamental do sistema econômico soviético é a alienação na mão do Estado de toda a iniciativa. O Estado é o único e grande empresário. Isto decorre da concepção marxista da propriedade e do trabalho.

Para os marxistas, a propriedade tem unicamente função social. Negam sua função personalística ou, quando muito, toleram-na apenas no que se refere a alguns poucos bens, tal como a moradia. Já em Cuba, por exemplo, até mesmo a moradia própria é interdita, constituindo-se o Estado em proprietário único de todos os imóveis, o que coloca todos os cidadãos na condição de inquilinos do governo.

Sobre o trabalho, a concepção marxista é a de que se constitui no primeiro dos deveres sociais. Na fase da ditadura do proletariado — fase que os soviéticos admitem estar vivendo há 50 anos — o lema é: a cada um segundo seu trabalho. Daí o reconhecimento de que ao Estado compete regular o exercício desse dever de forma a assegurar o maior rendimento possível. A fixação dos salários, por exemplo, deve atender prioritariamente às imposições dos planos globais da economia e não às reais necessidades individuais e familiares. Logicamente não cabe o direito de greve dentro dessa concepção.

Em tal sistema, o controle sobre a economia deve ser o mais amplo possível. É bem verdade que oferece as vantagens decorrentes de uma planificação racional que elimina o espontaneísmo. Mas essa vantagem é trocada pela liberdade que decorre da iniciativa privada, reconhecidamente eficaz na garantia de uma maior margem de segurança individual. É fácil admitir que, quando todos os indivíduos são empregados do Estado, até mesmo sua liberdade de pensar fica ameaçada, pois, divergir do governo poderá resultar em sanções insuportáveis.

A mais longa experiência socialista — a da União Soviética — embora tenha apresentado resultados espetaculares, em alguns setores da economia vem revelando a impossibilidade de manter indefinidamente os rígidos controles das fases mais radicais do processo de socialização. Técnicas nitidamente capitalistas de incentivo econômico vêm sendo introduzidas ultimamente, inclusive aquela que mais horror causava aos marxistas ortodoxos: o lucro. Outro fenômeno interessante a registrar é o reconhecimento, de parte da legislação soviética, da possibilidade de acumulação heterogênea de riquezas, tanto que recentemente foi instituído o imposto de renda, técnica capitalista de igualização sócio-econômica.

2.3 — A sociedade nos regimes democráticos

Apresentada esta visão panorâmica da vida sob regime marxista-leninista, desejamos agora traçar um rápido esboço do que ocorre nos regimes democráticos.

Os países democráticos não têm a pretensão de abrigar sociedades sem classe. O que lhes importa é oferecer igualdade de oportunidades para todos. Por isto mesmo tornam-se de fato e cada vez

mais países de classe média. O que os caracteriza é a possibilidade, tanto jurídica quanto real, de mobilidade social, independente de filiação partidária ou ideológica, mas dependente do mérito pessoal.

A grande força da Democracia, garantidora mesmo da sua sobrevivência, é a sua fidelidade à liberdade com justiça social. Esta fidelidade lhe é inspirada pela fé na origem e na destinação sobrenaturais do Homem e na confiança na razão humana.

O reconhecimento da dignidade intrínseca e inalienável do indivíduo é um dos seus mais altos valores. O Homem é o centro do universo democrático e todas as suas organizações, inclusive o próprio Estado, destinam-se a conciliar, e não a sobrepor, os interesses coletivos com os individuais. Eis porque o Estado na Democracia é sempre um meio para a realização do bem comum e nunca um fim em si mesmo. Somente o Homem, como dizia Kant, é um fim em si mesmo.

O governo democrático é soberano na medida em que atende à vontade do povo. A vontade popular, manifestada nas urnas ou através de um movimento revolucionário reconhecidamente nacional, é a única fonte da autoridade e da autenticidade do poder público. Todavia, não elimina a existência de minorias dissidentes, organizadas sob a forma de oposição política ao governo, de vez que os regimes democráticos são essencialmente pluralistas.

3. CONCLUSÕES

O marxismo nasceu das condições desumanas criadas pelo capitalismo liberal do século XVIII e início do século XIX. A penetrante análise que Marx fez dessas condições em sua obra "O Capital" revela-nos essa origem.

Mas seu erro fundamental foi considerar como imutáveis condições conjunturais; foi subestimar o poder do ideal democrático em reconhecer e corrigir os erros que se cometiam ao seu abrigo.

Crendo ter descoberto a verdade final das coisas, erigiu toda uma teoria filosófica, política e econômica que pretende colocar o Homem senhor de seu destino. Para os marxistas, não há salvação fora do marxismo. Assim, o que era teoria passou a ser dogma; o que era princípio passou a ser lei; o que era um meio de libertar o Homem de sua alienação em Deus, a ser religião e fanatismo.

Tal como aconteceu com outras crenças no passado, o marxismo, erigido em fanatismo religioso, de pretenso libertador do Homem passou a escravizá-lo. Tudo o que aproveita ao comunismo é bom; contra ele não prevalecem os critérios de moralidade e de ética, nem mesmo as necessidades elementares do indivíduo, no campo espiritual e moral.

Pouco a pouco o Homem, que cumpria exaltar, massificou-se. Perdeu seu contornos individuais para diluir-se na massa informe e descaracterizada.

Enquanto isso a Democracia ressurgue cada vez mais liberta dos erros do passado. Condicionando sua ação pelo respeito à liberdade, absorve normas de justiça social de forma a contrabalançar o excessivo liberalismo. Seu poder de influência psicológica sobre os homens é tal que não há regime, por mais totalitário, que não se diga democrático.

É entre essas duas concepções que se divide o mundo de hoje. Oxalá prevaleça o bom-senso e possa a Humanidade encontrar sua unidade na convergência de esforços em prol do Homem, origem e fim de todas as organizações sociais.

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua extinção mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador."

RUY BARBOSA

O SERVIÇO DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO

(O Exército Norte-Americano foi completamente motorizado. Seu Serviço de Veterinária, contudo, foi, como o nosso, adaptado para novas e importantes missões).

Traduzido do opúsculo "U.S. Army Veterinary Corps" do Exército Norte-Americano, pelo Gen STOESEL G. ALVES.

1 — MENSAGEM DO CHEFE DO SERVIÇO DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO

O Serviço de Veterinária do Exército dos Estados Unidos pode representar importante papel na vida profissional de um jovem veterinário. O oficial do Serviço de Veterinária de hoje é membro da maior organização militar do mundo e parte integrante da mais complexa equipe médica da História. O que significa isso para você? Significa a existência de oportunidades em medicina animal, pesquisa, inspeção de alimentos e medicina preventiva, tudo numa base universal. Significa que, muitas vezes, você poderá cumprir seus deveres militares trabalhando na área específica da medicina veterinária, que você planejou para sua carreira. Ao mesmo tempo você estará recebendo o respeito e a consideração pessoal tradicionalmente concedidos a um oficial do Exército. Todos os veterinários nomeados entram em serviço ativo como capitães e recebem remuneração extra como incentivo. O planejamento de carreira começa no dia em que você entra para o serviço ativo para assegurar o máximo desenvolvimento e emprego de seus talentos. Desde que você deseje e esteja qualificado para a instrução respectiva, você está capacitado a obter sua graduação de "Master" ou "Doctor" ou tornar-se credenciado em determinada especialidade. As oportunidades que o Serviço de Veterinária lhe oferece para seu progresso profissional são limitadas apenas por suas próprias capacidades.

2 — UMA CARREIRA COM UMA HISTÓRIA QUE ORGULHA

A medicina veterinária militar é baseada na completa utilização da arte e da ciência médico-veterinárias com o fim de evitar a doença, proteger a vida, promover o bem-estar e a eficiência do homem, bem

como a assistência e o tratamento dos animais do governo. O emprego de veterinários para cuidar e tratar de animais do Exército foi autorizado pela primeira vez, pelo Congresso, em 1943. Os acontecimentos ligados à guerra hispano-americana determinaram, mais tarde, a organização do Serviço de Veterinária com a designação do Corpo Veterinário do Exército. A História registra, com precisão, que os alimentos contaminados causaram mais baixas americanas que as balas espanholas. A necessidade de fornecimentos urgentes e a falta de uma inspeção completa, contribuíram para a distribuição de víveres imprópriamente armazenados e processados. A deterioração era acelerada pelo calor e milhares de soldados foram incapacitados por consumirem esses alimentos. As experiências da guerra hispano-americana determinaram rápidas providências para proteger as tropas desses víveres deteriorados e melhorar sua qualidade. Em 1901, o Secretário da Guerra foi autorizado, pelo Congresso, a empregar veterinários contratados. O Departamento de Subsistência do Exército anunciou, em 7 de julho de 1901, que a carne que se comprasse deveria ser sujeita à inspeção veterinária. No dia seguinte o primeiro veterinário formado foi nomeado. O Serviço de Veterinária do Exército (Army Veterinary Corps) foi criado pelo Ato de Defesa Nacional de 3 de julho de 1916. O Congresso, ao aprovar a lei, estabeleceu que a inspeção de alimentos no Exército era uma função do Serviço. O fato dessa função estar relacionada com a saúde da tropa, foi uma das diversas e importantes razões para que o Serviço fosse enquadrado no Departamento de Saúde, sob a direção de seu chefe. Então, como agora, exigia-se de cada oficial o diploma de medicina veterinária de uma das escolas aprovadas pelo Chefe do Departamento. Durante a II Guerra Mundial, o Serviço de Veterinária do Exército expandiu-se até a um efetivo máximo de 2.200 oficiais e 5.000 praças. Esse pessoal cumpriu funções de inspeção de alimentos, de higiene de locais e de pesquisas; além disso, proporcionou cuidados e tratamento profissional a cerca de 50.000 animais.

Como necessidade, durante a II Guerra Mundial, a preservação da saúde e da capacidade combativa, tornaram-se os principais objetivos de todos os serviços médicos. O potencial humano e os recursos econômicos impunham que um mínimo de homens e de material fosse utilizado da maneira mais eficiente. Isso levou ao conceito atual de medicina preventiva militar, na qual todas as facetas das ciências médicas são reunidas em uma equipe básica com um único objetivo: a proteção e a preservação da saúde humana. Como uma de suas responsabilidades, o Serviço de Veterinária do Exército funciona como parte integrante dessa equipe. Veterinários do Exército serviram na I e II Guerras Mundiais, no conflito da Coreia e hoje, no Vietnã e em 21 outros países, continuam a cumprir missões essenciais numa carreira, cuja história lhes causa orgulho.

3 — A MISSÃO DO SERVIÇO DE VETERINÁRIA DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS

O Serviço de Veterinária é parte do Departamento Médico do Exército e um ramo especial do Exército. As principais funções do Serviço de Veterinária são: proteger a saúde da tropa pelas atividades de inspeção, pelos programas de controle das doenças animais transmissíveis ao homem, pelas atividades de pesquisa e desenvolvimento e pelos programas de medicina preventiva veterinária; proteger os interesses financeiros do governo, através das inspeções de alimentos, visando fiscalizar o cumprimento das especificações e contratos; finalmente, prestar assistência médico-veterinária a animais do governo, inclusive cães militares e animais de laboratório. Os deveres militares exigidos aos oficiais do Serviço de Veterinária no apoio de suas funções incluem comando, estado-maior, instrução e assessoria, inspeção de alimentos, medicina preventiva veterinária, pesquisa e desenvolvimento, assistência a animais e outras atribuições envolvendo áreas especializadas, tais como patologia, radiologia, microbiologia, tecnologia de alimentos, animais de laboratório e outras.

4 — O SERVIÇO DE VETERINÁRIA NO EXÉRCITO MODERNO

Em junho de 1969, o Serviço de Veterinária do Exército comemorou 53 anos. Como outros fatores, num mundo em constante evolução, as missões do Serviço sofreram, através dos anos, repetidos ajustamentos para se manterem em correspondência com as necessidades da paz e da guerra. A mecanização teve seus efeitos sobre o apoio dos veterinários militares do Exército. Os cavalos e muares foram substituídos por modernos veículos terrestres e pelas aeronaves de transporte. Isto, entretanto, não significa ainda que o papel dos veterinários militares no campo da medicina e da cirurgia dos grandes animais tenha sido suprimido. O apoio de pesquisas e assessoria veterinárias em proveito de nações em desenvolvimento, contribuem para uma sempre crescente demanda de veterinários militares qualificados. O apoio do veterinário de pequenos animais, particularmente na segurança, no apoio ao combate e nas missões de pesquisa e desenvolvimento está também em constante incremento. A tecnologia dos alimentos, uma das mais vitais áreas de preocupação mundial, continua a exigir técnicas que, há alguns anos passados, eram consideradas além da capacidade do homem. Liofilização, irradiação, fornos de microondas e outras técnicas de processamento ainda no estágio embrionário de pesquisa e desenvolvimento, constituem um desafio estimulante ao Serviço de Veterinária.

5 — ATIVIDADES DO SERVIÇO NO CAMPO INTERNACIONAL

O Serviço de Veterinária do Exército exerce atividades em todo o mundo, de acordo com as necessidades militares ou diplomáticas. A lista abaixo, embora incompleta, dá uma indicação do papel internacional do Serviço de Veterinária do Exército. Veterinários do Exército podem ser encontrados no Irã, Holanda, Alemanha, Itália, Etiópia, Bélgica, Bolívia, Panamá, Costa Rica, Okinawa, Malásia, Alaska, Porto Rico, Hawal, Japão, Dinamarca e Áustria. Um certo número de oficiais encontra-se em bases temporárias na Austrália, Nova Zelândia, Iugoslávia, nas Américas Central e do Sul e em outros países de todo o mundo onde os serviços profissionais dos veterinários militares sejam exigidos pelo Departamento do Exército.

6 — INSPEÇÃO DE ALIMENTOS

A inspeção dos alimentos perecíveis consumidos pelo pessoal das Forças Armadas é a principal atribuição do veterinário do Exército. Tal inspeção começa no ponto de origem e continua até que o produto seja entregue ao consumo. Eles são orientados para evitar a obtenção e o consumo de alimentos contaminados ou deteriorados. Essa verificação profissional da qualidade e das condições dos produtos alimentícios é essencial para prevenir doenças e proteger os interesses financeiros do governo.

7 — MEDICINA ANIMAL

Os oficiais veterinários do moderno Exército de hoje prestam assistência veterinária aos animais de propriedade do governo e apóiam as missões e grupos de ação cívica, em todo o mundo. Os animais de propriedade do governo incluem cães de patrulha, sentinela e de pista; animais de laboratório e pesquisa e em menor extensão, grandes animais. A maioria dos veterinários militares que prestam assistência a grandes animais estão servindo em missões no ultramar, onde cavalos, muares e outros grandes animais são de máxima importância para os interesses civis e militares da nação. Como integrantes do Departamento Médico do Exército, os veterinários militares estão servindo como assessores em todo o mundo para muitos aspectos da medicina veterinária, como sejam saúde animal, criação e manejo de animais, bem como produção, distribuição e emprego de vacinas.

8 — MEDICINA PREVENTIVA VETERINÁRIA

Os oficiais veterinários, onde quer que estejam estacionados, são engajados em amplos programas de medicina preventiva, os quais podem incluir serviços de laboratório para o diagnóstico e controle de doenças animais transmissíveis ao homem, assistência veterinária

aos animais para proteger a saúde dos seres humanos e animais, bem como a investigação e o controle de doenças causadas por alimentos. Frequentemente oficiais veterinários são designados para servir como oficiais assistentes de Medicina Preventiva no controle de diversos riscos para a saúde, por influência do meio ou de atividades sociais ou ocupacionais.

9 — VETERINÁRIOS DO EXÉRCITO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO MILITARES

Veterinários do Exército estão engajados em pesquisas e desenvolvimento para o Exército e outras organizações do Departamento de Defesa. São designados para Laboratórios do Comando de Pesquisa e Desenvolvimento Médico do Exército, Comando de Material, Unidades de Pesquisas Médicas da Marinha, no Ultramar, Instituto de Patologia das Forças Armadas, Instituto de Pesquisas Radiobiológicas das Forças Armadas e Agência de Apoio da Defesa Atômica. A competência profissional do veterinário para cuidar de animais de laboratório e sua habilidade para conduzir estudos e investigações científicas são amplamente reconhecidas. Desse reconhecimento resulta sua contínua e crescente utilização em missões de pesquisa e desenvolvimento. Os programas de pesquisa médica do Exército de que os veterinários participam são geralmente das áreas de doenças infecciosas, cirurgia experimental, patologia experimental, fisiologia dos ambientes, medicina de aviação, radiobiologia e lesões de radiação, medicina preventiva, nutrição e higiene alimentar. Cursos avançados, de nível "Master" e "Doctor", são oferecidos a oficiais selecionados, que trabalham em qualquer dos programas acima. Aproximadamente, 20% dos oficiais do Serviço de Veterinária atualmente no serviço ativo estão engajados em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

"Em matéria de disciplina o exemplo exerce uma ação bem mais eficaz que as palavras e o soldado regula sua obediência pelo que é praticado por seus chefes."

NAPOLÊÃO

COMO A TERRA ESTÁ FICANDO APERTADA

A população mundial nos últimos 20 anos, de acordo com o *Population Reference Bureau*, apresentou um crescimento na ordem de dois por cento ao ano, e nos próximos 20 anos, a Terra poderá contar com cerca de 7 bilhões de habitantes.

POPULAÇÃO EM MILHÕES

Ano	América do Sul e Central	América do Norte	Europa	URSS	Ásia	África	Total
1950	163		510		1.598		2.518
1960	200	200	331	212	1.624	236	3.010
1965	248	215	443	234	1.842	311	3.220
1970	275	224	458	241	2.009	335	3.561
1971	283	228	462	242,6	2.056	344	3.632

CRESCIMENTO ANUAL

(Porcentagem)

Ano	América do Sul e Central	América do Norte	Europa	URSS	Ásia	África	Total
1965	2,8	1,6	0,9	1,7	1,8	2,3	2,0
1970	2,9	1,1	0,8	1,7	2,3	2,6	2,0

Segundo um relatório das Nações Unidas, a população prevista para daqui a 20 anos apresenta os seguintes números:

- China, Japão, Coreia e Formosa: 1.287 milhões de habitantes
- Ásia do Sul (da Birmânia ao Irã): 2.171 milhões
- África: 768 milhões
- América Latina: 638 milhões
- Europa (sem incluir a União Soviética): 527 milhões
- URSS: 353 milhões
- Canadá e Estados Unidos: 354 milhões.

Os países mais populosos do mundo são: China (759.619 mil hab.); Índia (550.376 mil hab.); União Soviética (242.763 mil hab.); Estados Unidos (205.395 mil hab.); e Indonésia (121.189 mil hab.).

O BRASIL NA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU

Abrindo o debate geral no plenário da XXVI Sessão da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, presente representações de 130 países, o Ministro Mario Gibson Barboza pronunciou o discurso que se segue.

Senhor Presidente,

No curso das comemorações do XXV aniversário da nossa Organização, fomos unânimes em proclamar a crença de que as Nações Unidas continuavam a ser a alternativa válida para as teorias de poder e de equilíbrio de poder que alimentam ambições de hegemonia. Se fomos unânimes nessa crença, apontamos ao mesmo tempo as limitações à capacidade de atuar de nossa Organização, pelo ressurgimento de conceitos políticos e práticas diplomáticas contrárias aos Propósitos e Princípios da Carta.

2. Os Propósitos e Princípios que os 51 Estados Membros fundadores das Nações Unidas incorporaram à sua Carta institucional permitiram que, no curso de um quarto de século, acedessem à Organização outras 76 nações com o mesmo *status* soberano. Ao enfrentarmos, em julho de 1945, a miséria, o sofrimento e a destruição causados pela Segunda Guerra Mundial, assumimos também a responsabilidade coletiva de eliminar o pauperismo injustificável em que vegetavam dois terços da humanidade. Mal sabíamos então que algumas semanas mais tarde surgiria a força destruidora do átomo como a maior ameaça à paz e à segurança internacionais. Ninguém negará que esse fato condicionou a evolução das relações internacionais depois de São Francisco; e seu impacto persistirá enquanto o saber que dá o poder não for posto, definitivamente e sem restrições, a serviço da comunidade internacional.

3. A crise contemporânea e o perigo de marginalização das Nações Unidas se agravarão na medida em que a riqueza e a força continuarem a concentrar-se em alguns Estados, na medida em que os conhecimentos científicos e tecnológicos permanecerem oligopolizados; na medida, enfim, em que se exerça uma política de poder que esvazia as Nações Unidas e as reduz a uma posição cada vez menos importante como foro ordenador, válido e ativo das relações internacionais. A alternativa às Nações Unidas é, por conseguinte, tanto para os Estados pobres, quanto para os mais e para os menos poderosos, o caos, consequência inevitável de teorias que erigem a força, a força crua do poderio econômico, científico e militar, como pauta do comportamento internacional.

4. Por essa razão, o Brasil sustenta, e não se cansará de fazê-lo, que a paz, a segurança coletiva e o progresso sócio-econômico dos países em desenvolvimento são os problemas cruciais de nosso tempo; que de sua solução depende o próprio convívio harmonioso entre as nações.

5. Ainda por isso o Brasil se empenhou, durante a Assembléia do XXV aniversário, na adoção da Declaração sobre o Fortalecimento da Segurança Internacional, pela qual reiteramos os Propósitos e Princípios de nossa Organização e sua competência para examinar, debater e resolver as grandes questões mundiais.

6. Essa reafirmação significa, sem dúvida, o repúdio ao chamado "realismo político", com que se procura instituir e justificar novas formas de congelamento do poder, bem como o estabelecimento, implícito ou explícito, de zonas de influência.

7. Somos solicitados, nesta Assembléia, a encarar com esse suposto realismo o acesso de mais uma grande potência à nossa Organização. O espírito realista seria a tradução contemporânea da *Realpolitik*, termo que evoca, aliás, um passado de nem sempre feliz memória. Preferiria, em verdade, que este espírito realista fosse utilizado, ao invés, no reconhecimento pelas Nações Unidas do que não mais se pode adiar: a concretização, em fatos, do dever moral e da obrigação política que têm os países ricos de efetivamente contribuir para o desenvolvimento das Nações menos favorecidas ou, pelo menos, de não criar obstáculos a esse desenvolvimento. Estudos neste sentido não nos faltam, propostas as mais razoáveis têm sido formuladas e mesmo aprovadas, mas, na apuração das contas, tudo o que se obtém é compartimentar nossas deliberações em confortáveis fatias de tempo: assim foi que chegamos à Segunda Década do Desenvolvimento.

8. Não é essa, infelizmente, a *Realpolitik* de que se trata, a *Realpolitik* que nos levaria à paz duradoura e fecunda. Não, a *Realpolitik* que nos pedem aplicar é a do reconhecimento do fato de que uma potência com centenas de milhões de habitantes e possuidora da arma nuclear, cuja proliferação, aliás, se pretende proscrever, não poderia deixar de ter, entre nós, posição compatível com a sua força. O que ocorre é, portanto, mais um episódio da política do poder. Não me parece seja este um critério apropriado para que se organize uma sociedade internacional fundada na paz, na justiça e na igualdade entre os Estados.

9. Estimaria ainda observar, em relação a este caso que hoje ocupa as atenções prioritárias de todas as Chancelarias do mundo, que o fato novo não é a descoberta da existência de mais uma estrela na constelação das grandes potências. Essa estrela já existia de há muito, na verdade desde que demonstrou possuir a técnica e os meios de pôr em perigo a sobrevivência da humanidade; desde que provou, em outras palavras, possuir a arma atômica. A novidade, esta sim, que agora altera fundamentalmente a perspectiva da composição da ONU, é o fato — e isto me parece indiscutível — de que uma superpotência haja decidido haver chegado o tempo de se reconhecer a existência de mais uma grande

potência. O candidato ao ingresso passa, conseqüentemente, a existir, desde o momento em que os diretores do clube do poder o decidem.

10. Há que contar como certo o acesso desse novo sócio, hoje ou amanhã. A diferença no tempo será irrelevante. A importante, a relevante novidade seria se essa manifestação de *Realpolitik* viesse trazer como consequência, de agora em diante, a discussão e decisão nas Nações Unidas dos grandes problemas que dizem respeito à paz e à segurança internacionais, e que estranhamente não têm sido discutidos pela Assembléia Geral.

11. Certamente, ao procurar identificar a tendência para o congelamento do poder, que pode constituir-se em principal obstáculo à consecução dos objetivos da paz, segurança e desenvolvimento, não estou postulando, direta ou indiretamente, uma visão simétrica das superpotências, seus interesses globais e comportamentos políticos.

12. Ainda que, hipoteticamente, a comunidade internacional se dispusesse a aceitar a "paz nuclear" e, portanto, o princípio de que o poder absoluto gera direitos absolutos, a experiência histórica desautorizaria qualquer distinção permanente entre um grupo reduzido de nações dotadas de poder incontestável, e outra categoria de países, condenados à posição de espectadores ou de protegidos do poder.

13. A filosofia política de nossa Organização é outra. Fundamenta-se na igualdade de direitos, deveres e oportunidade entre todos os Estados Membros, no respeito à soberania e independência dos Estados, na abstenção do uso da força para a solução de controvérsias internacionais e no cumprimento, de boa fé, das obrigações contraídas na própria Carta. Torna-se, pois, evidente que as doutrinas do poder ameaçam a sobrevivência das Nações Unidas como órgão normativo da sociedade dos Estados e as desvalorizam politicamente como foro internacional capaz de impor disciplina ao próprio fato do poder, uma disciplina que beneficiaria a comunidade internacional em seu conjunto, ao contrário do oligopólio de força que opera em detrimento dessa comunidade.

14. A mais evidente e, no longo prazo, a mais perigosa tentativa de consagrar o imobilismo, é a recusa sistemática de se admitir sequer a possibilidade de uma revisão da Carta de São Francisco. Não pensa o Governo brasileiro que a filosofia política das Nações Unidas, definida em seus Propósitos e Princípios, necessita de revisão ou reforma. Este foi o sentido do apelo — "Utilizemos a Carta, utilizemos nossa Organização" — que lancei durante a Assembléia do XXV aniversário.

15. Mas porque os tempos mudaram, à revisão e à reforma devem estar sujeitos os mecanismos estabelecidos para a adimplementação de tais Propósitos e Princípios. Os cenários que se abriram e fecharam na mutável realidade internacional, a experiência acumulada em vinte e cinco anos de trabalho para colir e reduzir as crises e causas de conflito, e, o que é fundamental, o ingresso nesses cenários de tantos novos

Estados soberanos, tornaram arcaicos, inadequados, insuficientes muitos dos mecanismos criados há um quarto de século. A revisão impõe-se para que as Nações Unidas passem a dispor de instrumentos que a façam mais atuante, mais disciplinadora e mais ágil.

16. Cito, para ilustrar a necessidade de revisão, a escassa representatividade de certos órgãos como o Conselho Econômico e Social, cujo número atual de membros o torna incapaz de refletir e interpretar a gama tão complexa dos interesses econômicos e sociais dos Estados que integram as Nações Unidas.

17. Neste contexto, quero reafirmar que o Brasil não pode aceitar seja posto em dúvida ou restringido em seus efeitos, o princípio da igualdade soberana dos Estados Membros. Este princípio não admite outra qualificação além das prerrogativas explicitadas no art. 27 da Carta. Trata-se de regra de exceção, cujos efeitos não se devem estender a nenhum outro foro ou atividade da Organização, atribuindo prerrogativas especiais aos membros permanentes do Conselho de Segurança; nem esta qualidade, restrita àquele Conselho, pode servir para assegurar aos seus membros permanentes qualquer vantagem ou prioridade no preenchimento dos órgãos subsidiários da Assembléia, em detrimento dos princípios da igualdade entre os Estados e da distribuição geográfica equitativa.

Senhor Presidente,

18. Parece aqui necessário repetir o óbvio, de vez que esse óbvio freqüentemente surge deformado plos poderosos interesses conflitantes. O estabelecimento da paz é a tarefa fundamental das Nações Unidas. A paz que não se confunde nem com o equilíbrio do poder, nem com sua modalidade nuclear, o equilíbrio do terror. A paz que não é a mera perpetuação de uma situação internacional injusta, ou a simples ausência de conflito, com sinistras tonalidades nucleares. A paz, enfim, que não é apenas uma esperança de sobrevivência da humanidade no dia de amanhã, e uma esperança renovada sempre a curto prazo, isto é a esperança de que os arsenais nucleares não sejam utilizados. Mas a paz que se apoie numa estável estrutura de segurança coletiva e proporcione condições de progresso, que se identifique com a erradicação do subdesenvolvimento, que garanta a todos os Estados Membros integridade territorial, identidade nacional, o direito de desenvolver seu potencial humano, suas virtualidades político-social, a livre posse e disposição de seus fatores de progresso.

19. A condição básica de toda esta construção — paz e segurança política e econômica — repousa essencialmente no desarmamento geral e completo, que não pode ser reduzido à dimensão inadequada das medidas parciais de controle de armamentos ou de não-armamentos. Essas medidas, embora necessárias e louváveis, não têm ido além da manutenção da atual distribuição do poder nuclear. A existência de arsenais nucleares e as despesas anualmente realizadas com o intuito de reforçá-los quantitativamente, e aperfeiçoá-los qualitativamente, são produto de anta-

gonismos que a prática do equilíbrio de poder não deixa solucionar. Ninguém mais duvida hoje da irracionalidade do "over-killing", nem de que o dispêndio insofreado com armamentos nucleares constitui o impedimento maior para um plano integrado de desenvolvimento econômico global.

20. Aqui estamos reunidos mais uma vez, com a responsabilidade de buscar a solução que racionalmente aparece ao alcance de nossas mãos, mas que teima em fugir, tangida pela diabólica ilusão de que o poder, tornando só aparentemente imunes uns poucos, garantirá, por sua própria dinâmica, a sobrevivência de todos.

21. Por isso, nossos ouvidos e nossos olhos estão postos nas portas atrás das quais, em Helsinki e em Viena, prosseguem, com a lentidão a que infelizmente já nos habituamos, as conversações secretas sobre limitação de armas estratégicas. Em torno dessas mesas, onde não nos sentamos, jogam os negociadores das superpotências o destino de todos nós.

Senhor Presidente,

22. Dentro de poucos meses, estará reunida a III Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, terceira oportunidade, em menos de dez anos, oferecida ao mundo desenvolvido para cooperar concretamente com os países em desenvolvimento, para a melhoria de suas condições de vida, para o estreitamento e eliminação, no menor prazo possível, do hiato econômico, científico e tecnológico que separa as nações do mundo.

23. Decepcionado com os poucos resultados da I e II UNCTAD, ciente das hesitações dos países desenvolvidos, da intransigência de alguns e do alheamento ainda mais indesculpável de outros, o Brasil considera que a sorte da III UNCTAD irá de par com a aceitação crescente pela comunidade internacional do conceito de segurança econômica coletiva, efetivado através da adoção de decisões de largo alcance no plano institucional e da criação de mecanismos novos e mais ambiciosos.

24. O conceito de segurança econômica coletiva complementará o sistema político de segurança coletiva. Na prática, esse conceito, que o Brasil vem defendendo coerentemente desde 1953, postula, em primeiro lugar, o direito de todas as nações ao desenvolvimento econômico e social. Postula, também, o dever dos países economicamente mais desenvolvidos de contribuir para a eliminação, de acordo com calendários negociados, e de toda maneira antes do término da Segunda Década para o Desenvolvimento dos obstáculos externos que as economias desenvolvidas opõem à aceleração do crescimento dos países em fase de desenvolvimento.

25. Na medida de sua capacidade, está o Brasil preparado para assumir as responsabilidades que lhe competem no tocante aos países de

menor desenvolvimento relativo, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral. E nisto estamos inspirados pela solidariedade natural que nos une aos países de menor desenvolvimento relativo e também por um imperativo ético. É nosso desejo seja este problema frontalmente versado em Lima, quando se reunirão os 77 em nível ministerial, a fim de que a III UNCTAD traga soluções concretas e globais a esta questão. Estamos certos de que outros países em estágios de desenvolvimento semelhante ao nosso nos acompanharão na busca destas soluções; assim como é indispensável que, de acordo com a Estratégia da Segunda Década para o Desenvolvimento, os países desenvolvidos contribuam com recursos adicionais para eliminar mais rapidamente as disparidades de crescimento entre os que se estão desenvolvendo. Na órbita latino-americana, já estamos progressivamente atuando em conformidade com esta decisão política.

26. A segurança econômica coletiva pressupõe, ainda, a proteção de todos os Estados Membros contra agressões, ameaças ou pressões econômicas, especialmente quando ligadas ao comércio e financiamento internacionais; pressupõe, da mesma forma, o respeito à soberania de todos os Estados sobre os seus recursos naturais, e sua consequência político-econômica, isto é, o direito de livremente protegê-los e explorá-los, em benefício de suas populações e segundo suas próprias prioridades.

27. O Brasil reitera o direito e o dever dos Estados ribeirinhos de utilizar os recursos dos mares, dos fundos marinhos e de seu subsolo adjacentes às suas costas, a fim de assegurar o bem-estar econômico e social de seus povos. Com esse objetivo, compete-lhes determinar a extensão de sua soberania ou jurisdição sobre essas áreas, de conformidade com suas peculiaridades geográficas, geológicas e biológicas, e suas necessidades em matéria de segurança, investigação científica e preservação do meio marinho. O Governo brasileiro manifesta sua satisfação pelo amplo acolhimento e apoio que esses princípios estão crescentemente recebendo de Estados de todos os continentes e de todos os níveis de desenvolvimento econômico, no contexto dos trabalhos preparatórios para uma Conferência que abranja todos os temas do Direito do Mar.

28. Não tenho por objetivo trazer a este debate questões que ora se discutem, com maior propriedade técnica, em outros foros internacionais. Mas não posso deixar de assinalar que o Brasil está acompanhando com profunda preocupação as novas tendências e os novos desenvolvimentos que passaram a caracterizar o panorama monetário e comercial internacionais, em consequência das decisões adotadas pelo Governo dos Estados Unidos da América para corrigir o déficit de seu balanço de pagamento. É inegável que os interesses fundamentais dos países em desenvolvimento deixaram, neste passo, mais uma vez de ser considerados. Releva notar que os países em desenvolvimento em nada contribuíram para gerar essa situação anormal do panorama comercial e financeiro internacional. É, pois, imperativo que seus interesses venham a ser salvaguardados devidamente, ao se buscarem soluções corretivas, a fim de que não seja

prejudicado seu processo de desenvolvimento econômico e social. Se os governos e órgãos especializados tomarem medidas para remodelar o sistema monetário internacional sem consulta aos países em desenvolvimento nos órgãos internacionais apropriados, muito receio que o programa de ação incorporado à estratégia internacional do desenvolvimento, adotada no ano passado por esta mesma Assembléia, fique gravemente prejudicado logo em seu primeiro ano de vida.

29. Os países latino-americanos já adotaram uma posição política comum a respeito destes problemas. Esperamos, e esperamos firmemente, que os Estados Unidos da América, bem como os países desenvolvidos que estão procurando defender sua estabilidade através de consultas mútuas, não abandonem seus compromissos anteriores no tocante aos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

30. O Brasil, já com uma aceleração de progresso econômico e social que prenuncia o rompimento das barreiras do subdesenvolvimento, continuará, na medida de sua capacidade, a trabalhar pelo fortalecimento de uma ordem internacional baseada nos conceitos que acabo de expor.

31. Se o bipolarismo que dominava as relações internacionais está sendo superado pelas circunstâncias históricas, a alternativa não pode ser um novo sistema de poder sustentado por número também reduzido de nações que se arroguem uma hegemonia de fato sobre o resto do mundo, mas sim a organização da comunidade internacional nos termos amplos e equitativos dos Propósitos e Princípios das Nações Unidas.

32. A linha básica de nossa política externa foi resumida nas seguintes palavras do Presidente Emílio Garrastazu Médici: "O Brasil opõe-se à divisão do mundo em zonas de influência, considerando a paz condição essencial à conquista do progresso e conservando-se fiel ao preceito da solução pacífica de controvérsias, principal linha de atuação de sua diplomacia".

33. Esta é a visão da realidade contemporânea que o Brasil deseja compartilhar com os demais Estados Membros, na oportunidade da abertura deste debate. Nada abalará nosso propósito de continuar a trabalhar pela realização dos ideais e aspirações comuns que nos farão cada vez mais solidários no progresso e na paz. Nada abalará nossa certeza de que, apesar de tantos percalços, ainda está em nossas mãos, nos povos das Nações Unidas, a possibilidade de definitivamente repudiar uma trágica herança de violência e desatino, que encharcou de sangue e lágrimas o caminho que nos foi necessário percorrer para afinal construir esta Organização. Nada abalará nosso empenho em aperfeiçá-la, em expandir suas responsabilidades, em aumentar sua efetiva capacidade disciplinadora das relações entre Estados, em benefício da paz e da segurança mundiais.

A VOLTA DO REGIME ESPARTANO AO EXÉRCITO NORTE-AMERICANO

Depois de breve período de liberalização, o Exército norte-americano chegou à conclusão de que o ambiente espartano é melhor para o treinamento de recrutas, "pois os ajuda a se transformarem em melhores guerreiros." O rigor dos novos métodos começou este mês: o período de treinamento de oito semanas tem agora mais atividades e novos cursos foram criados, tratando de armamentos, comunicações, técnicas de fuga e orientação moral. Além disso, as explicações teóricas estão sendo substituídas por atividades reais de campo. Acabaram-se os bares com cerveja gelada e as barracas divididas em cubículos individuais e coloridas. A hora é de fazer ginástica e dormir em tendas verde-oliva.

Segundo B. Drummond Aires Jr., em *The New York Times*, as experiências começaram há cerca de um ano, quando o Exército resolveu considerar seriamente a possibilidade de se tornar uma força voluntária. Uma das conclusões a que chegaram os oficiais foi que os jovens estariam mais inclinados a se alistarem, caso a vida no Exército se tornasse "mais atraente." O General Ira Hunt, chefe do comando de treinamento do Exército norte-americano, estima que os novos recrutas deverão receber de 30 a 40% mais atividades civis do que os antigos. Surpreendentemente, foram os próprios recrutas que pediram mais exercícios — pelo menos assim indicou uma pesquisa entre os soldados do Forte Leonard, em Montana, onde dois terços dos pracinhas optaram por mais ginástica.

Os novos cursos sobre armamentos darão a todos os recrutas instruções para uso de rifle M-16, minas, apetrechos antitanques, disparador de granadas M-79 e metralhadora M-60 (anteriormente, apenas o pessoal de Infantaria aprendia a operar essas armas). "Uma das lições do Vietname" — explica o General Hunt — "é que todos (cozinheiros, funcionários de escritório e motoristas) devem saber como essas máquinas funcionam." Acha também o oficial norte-americano que cada um deve treinar para operar um rádio e aprender a escapar, caso seja aprisionado. A orientação moral e cívica virá sob a forma de seminários e incluirá a palestra de um capelão sobre o casamento e suas responsabilidades.

O novo treinamento tem sido recebido com entusiasmo por instrutores e soldados, porque envolve atividades mais reais, tais como usar um rifle ou aplicar um torniquete, ao invés das monótonas aulas habituais dentro de uma sala. O Exército está considerando também maior ênfase em seus programas de "treinamento individual avançado" para o segundo período de oito semanas. Não existem ainda conclusões finais sobre isso, mas há indícios de que as novas práticas incluirão defesa antilárea e antitanque, assuntos praticamente ignorados quando os recrutas estavam sendo embarcados aos milhares para o Vietname.

AS REALIZAÇÕES NACIONAIS — SÍNTESE

O elenco das **realizações nacionais** para o período 1972/1974 oferece visão global do que a Nação ditou a si própria como tarefa básica.

Respeitante ao crescimento econômico, essas realizações fundamentais permitirão que o Brasil:

- Além de se manter na lista dos 10 países de maior nível global do Produto Interno Bruto (PIB), no mundo ocidental, passe também da posição de nono colocado à de oitavo nessa categoria.

- Ultrapasse a barreira dos 500 dólares de renda **per capita**, em 1974.

Tais realizações compreendem:

I — Consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento e transformação social mediante processo de **competição** capaz de assegurar níveis internacionais de eficiência aos setores público e privado; e processo de **integração**, com articulação harmônica entre Governo e setor privado, União e Estados, entre regiões desenvolvidas e regiões em desenvolvimento, entre empresa e trabalhadores.

II — Implantação de novos instrumentos para **modernizar a empresa nacional**, fortalecendo-lhe a capacidade competitiva e eliminando as condições de desigualdade em que opera, relativamente à estrangeira.

III — **Atuação eficiente do Governo**, na administração direta, autarquias ou empresas governamentais, definindo suas tarefas com clareza e preservando a viabilidade e dinamismo do setor privado. O setor público procurará operar mediante estruturas simples e modernas, aperfeiçoando-se os sistemas de coordenação e acompanhamento da execução.

IV — Mobilização ainda mais intensa do **sistema financeiro nacional** e do **mercado de capitais**, para maior participação no financiamento da formação real de capital do setor privado e na criação de sólidas estruturas das empresas; e ainda garantia de acesso da **pequena e média empresas** a sistemas que permitam a melhoria de sua estrutura financeira, bem como utilização dos instrumentos financeiros já criados, no BNDE e em outros organismos oficiais, para a **grande empresa** ou **grandes empreendimentos nacionais**.

V — **Implementação de Política Tecnológica Nacional**, que permita a aceleração e orientação da transferência de tecnologia, para o País, associada a forte componente de elaboração tecnológica própria. O Brasil ingressará na era nuclear, com a construção da Primeira Central Nuclear, e com a realização do ciclo do combustível atômico,

para exploração e processamento de urânio em escala ampla. O programa de pesquisa de urânio nos colocará como o segundo ou o terceiro país, no mundo, nesse campo.

Implantar-se-á sistema de Centros de Tecnologia em áreas de Infra-Estrutura e Indústrias Básicas, como sejam: Energia Elétrica, Tecnologia Nuclear, Petróleo, Telecomunicações, Siderurgia, Pesquisa Mineral, Pesquisa Espacial e se reformulará a carreira de pesquisador, para assegurar-lhe condições de trabalho satisfatórias.

VI — Política de aproveitamento dos recursos humanos do País (que em 1973 ultrapassará os 100 milhões de habitantes), como fator de produção e de consumo.

No campo da Educação, o MOBRAL realizará programa de alfabetização em massa, para reduzir a 2 milhões, em 1974, o número de analfabetos na faixa de 15 a 35 anos; implantar-se-á também o sistema de Ensino de 1.º Grau, integrando o primário e o ginásio, com universalização progressiva desses dois níveis de ensino; estabelecer-se-á o sistema de centros regionais de pós-graduação, além de continuar-se a Reforma Universitária.

Realizar-se-á programa intensivo de preparação de mão-de-obra, dentro da política de educação permanente.

Ao mesmo tempo, a expansão das oportunidades de emprego deverá efetivar-se a taxas crescentes, superiores às do crescimento da oferta de mão-de-obra, em níveis de renda e produtividade acima dos de economia de subsistência. Tais oportunidades serão abertas pelo crescimento acelerado, com adequada política tecnológica e definição de prioridades setoriais e regionais, bem como pela mobilidade social e ausência de preconceitos, raciais ou de outra ordem.

VII — Efetivação de certo número de grandes programas de investimentos, cada um deles de valor superior ao equivalente a um bilhão de dólares, em cinco anos, em consonância com o propósito de consolidar a infra-estrutura econômica e as indústrias básicas. Entre esses programas se encontram: o Programa de Expansão da Siderurgia; o Programa Petroquímico; a Implantação dos Corredores de Transportes; o Programa de Construção Naval; o Programa Básico de Energia Elétrica, nos moldes da Primeira Central Nuclear e do conjunto de usinas hidrelétricas acima de 500.000 kv cada uma; o Programa de Comunicações, com ênfase no Plano de 1.000.000 de telefones; o Programa de Mineração, abrangendo, além do minério de ferro, um conjunto de projetos de grande dimensão para lavra e industrialização.

VIII — Realização de Estratégia Regional para efetivar a Integração Nacional. Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle de poluição e construção da estrutura integrada de Indús-

tria e Tecnologia, implantar-se-ão novos pólos regionais, notadamente o agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia.

O Brasil realizará no período, um dos maiores programas de desenvolvimento regional em todo o mundo. As transferências da União para o Nordeste e a Amazônia — por intermédio do PIN, do PROTERRA, dos incentivos fiscais, do Fundo de Participação, do Fundo Especial e dos Fundos Vinculados — deverão aproximar-se da Média anual de Cr\$ 4.700 milhões (preço de 1972), correspondendo a cerca de US\$ 800 milhões, montante superior ao total da assistência financeira líquida que o conjunto das instituições financeiras internacionais proporcionou à América Latina, anualmente, no final dos anos 60.

IX — Abertura social, para assegurar a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, bem como a descentralização do poder econômico, com a formação do capitalismo do grande número e a difusão de oportunidades. São instrumentos financeiros dessa política os programas de Integração Social, como o PIS, o PASEP, o PRO-RURAL e a abertura do capital das empresas.

X — Estratégia Econômica Externa para, no tocante às exportações, assegurar o crescimento da receita acima de 10% ao ano, a criação de duas categorias capazes de competir com a posição do café (a de manufaturados e a de minério/produtos agrícolas não tradicionais) e ainda a participação ativa do País no sistema de preferências gerais, estabelecido por certas áreas desenvolvidas; e, quanto à nossa posição na comunidade internacional, armar o sistema econômico de instrumentos para evitar que as tendências neoprotecionistas de países desenvolvidos ou a situação monetária internacional possam prejudicar a realização dos objetivos nacionais no campo externo.

OBJETIVOS NACIONAIS

O modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no período de uma geração, **transformar o Brasil em nação desenvolvida**, constitui o **modelo brasileiro de desenvolvimento**.

Esse modelo nacional deve, por um lado, criar **economia moderna, competitiva e dinâmica**, e, por outro lado, realizar **democracia econômica, social, racial e política**, consoante a índole brasileira.

A modernização implica, notadamente, mudança de concepção, no Governo, na empresa privada e nos demais agentes econômicos, e não simplesmente saltos quantitativos. Mediante esse processo, a comunidade brasileira constituirá forma de organização social dotada de alta criatividade e capacidade de realização, atenta, ao mesmo

tempo, às oportunidades de desenvolvimento em todos os campos e à necessidade de consolidar um modelo de competição e integração.

Três são os grandes objetivos nacionais do desenvolvimento brasileiro:

Primeiro — colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas.

Segundo — duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969), devendo verificar-se, para isso, crescimento anual do Produto Interno Bruto equivalente ao dos últimos três anos.

Terceiro — elevar a economia, em 1974, às dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10% mediante: 1) aumento da taxa de expansão do emprego até 3,2%, em 1974, com uma taxa média de 3,1%, no período 1970/1974; 2) redução da taxa de inflação permitindo alcançar-se relativa estabilidade de preços, ou seja, taxa de inflação da ordem de 10% ao ano, até o final do mandato do atual Governo; 3) política econômica internacional que acelere o desenvolvimento do País, sem prejuízo do controle progressivo da inflação.

Para conferir auto-sustentação e caráter integrado ao processo, o desenvolvimento pressupõe:

- Ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões.
- Transformação social, para modernizar as instruções, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta.
- Estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático.
- Segurança nacional, interna e externa.

GRANDES PRIORIDADES E METAS SETORIAIS

Setorialmente, são prioridades nacionais: revolução na Educação; aceleração do Programa de Saúde e Saneamento; revolução na Agricultura-Abastecimento; e aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.

Tal esforço concentrado não deverá prejudicar a consolidação da infra-estrutura econômica de Energia, Transportes e Comunicações, nem apoio ao desenvolvimento integrado de Indústria e Agricultura. Na implementação de políticas setoriais, será dado especial apoio ao incremento do Turismo, tanto de correntes turísticas internacionais como de nacionais, dotando-se as regiões propícias de condições favoráveis.

O Quadro I indica as perspectivas de crescimento compatível com a meta de aumento do PIB, entre 8 e 10%.

O Quadro II estabelece, em visão de conjunto, as metas setoriais, em campos prioritários, notadamente para as áreas de responsabilidade do setor público, a serem continuamente revistas e atualizadas.

QUADRO I

PERSPECTIVAS DO CRESCIMENTO POR SETORES — 1970/1974

SETORES	1966/1969 - Taxa Média Anual (%)	1970/1974 - Taxa Média Anual (%)
INFRA-ESTRUTURA	9,3	9/11
1 — Transportes — Comunicações ..	9,4	9/10
2 — Energia Elétrica	9,1	11/12
PRIMÁRIO		
(Vegetal — Animal)	4,4	7/8
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO E EXTRATIVA MINERAL	8,7	10/12
CONSTRUÇÃO	10,9	8/9
OUTROS SERVIÇOS	7,5	7/9
P I B	7,4	8/10

QUADRO II

OS GRANDES NÚMEROS DO III GOVERNO DA REVOLUÇÃO

METAS ESTRATÉGICAS SETORIAIS (1)

SETORES	Situação em 1970	Meta para 1974	Aumento (%)
1) EDUCAÇÃO			
● Ensino de 1.º grau			
— N.º de matrículas (milhares)	16.300	22.000	35
— Taxa de escolarização real (*)	73%	80%	—
● Ensino de 2.º grau			
— N.º de matrículas (milhares)	1.100	2.200	100
● Ensino Superior			

SETORES	Situação em 1970	Meta para 1974	Aumento (%)
— N.º de matrículas (milhares)	430	820	90
— Docentes em regime de tempo integral e dedicação exclusiva	2.800	4.000	43
— Docentes em outros regimes	6.000	8.000	33
● Alfabetização: número de analfabetos entre 15 e 35 anos (milhares)	8.000	2.000	-75(**)
● Preparo de mão-de-obra (n.º de trabalhadores treinados por ano)	100.000	217.000	117
● Dispendios públicos no Setor (Cr\$ milhões em 1972)	5.500	10.550	92
● Dispendios federais no Setor (Cr\$ milhões em 1972)	1.800	3.060	70
2) SAÚDE E SANEAMENTO			
● Combate a endemias (malária, varíola, febre amarela) ...	Ocorrências locais ou generalizadas	Erradicadas	
● Abastecimento de água — população urbana servida (em milhares)	27.045	38.045	41
● Esgotos Sanitários — população urbana servida (em milhares)	13.523	19.323	43
3) AGRICULTURA-ABASTECIMENTO			
● Desenvolvimento Tecnológico			
— Consumo de fertilizantes (em 1.000 t de nutrientes)	900	1.400	56
— Corretivos (uso de calcário, em 1.000 t)	1.390	2.400	73
— Defensivos Agrícolas (em t)	37.000	70.000	89
— Mecanização, Tratores Agrícolas (unidades)	97.000	130.000	34
● Assistência Técnica (Extensão Rural			
— Municípios assistidos	1.548	2.200	42

SETORES	Situação em 1970	Meta para 1974	Aumento (%)
● Desenvolvimento da Infra-estrutura Agrícola			
— Programa de Irrigação do Nordeste (ha irrigados) ...	30.000	70.000	133
— Eletrificação Rural			
— linhas construídas (em km)	6.600	26.000	294
— potência instalada (em milhões de kW)	50	240	380
— propriedades beneficiadas (unidades)	117.000	420.000	259
— Consumo de energia (em milhões de kWh)	11	82	645
● Reforma Agrária e Colonização (Transamazônica)			
— Famílias assentadas	—	70.000	—
● Abastecimento			
— Centrais de Abastecimento em Operação	1	15	1.400
4) DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO			
● Dispendios em projetos prioritários (Plano Básico) (Cr\$ milhões de 1972)	236	580	146
● Dispendio com pesquisas de minerais atômicos (Cr\$ milhões de 1972)	15	40	167
5) INDÚSTRIAS BÁSICAS			
● Siderurgia e Metalurgia (Capacidade instalada) — 1.000 t			
— Aço	5.400	11.200	107
— Alumínio	65	120	85
— Zinco	18	30	62
— Estanho	13	15	15
● Química (Produção) — 1.000 t			
— Soda Cáustica e Barrilha ..	183	480	162

SETORES	Situação em 1970	Meta para 1974	Aumento (%)
— Ácido Sulfúrico	557	1.450	160
— Elastômeros	76	100	32
— Termoplásticos	101	360	255
— Fertilizantes	248	820	230
— Resinas Termoe estáveis	58	90	55
— Fibras Artificiais e Sintéticas	90	140	55
— Detergentes	22	35	59
● Mecânica e Elétrica (Produção) — 1.000 t	1.459	2.517	73
● Cimento (Capacidade Instalada) — 1.000 t	9.300	17.500	88
6) MINERAÇÃO — 1.000 t			
● Minério de ferro			
— Produção	34.000	76.000	124
— Exportação	28.000	65.000	132
● Minério de Manganês			
— Produção	1.400	2.300	64
— Exportação	1.300	2.100	62
7) ENERGIA ELÉTRICA			
● Potência Instalada (em mil kW)	11.405	16.981	49
● Consumo (em milhões de kWh)	38.422	60.658	58
8) PETRÓLEO			
● Capacidade de Refino (em mil barris)	188.450	283.050	50
● Investimentos em exploração e desenvolvimento (Cr\$ milhões de 1972)	759	1.168	54
9) RODOVIAS			
● Rede pavimentada federal (em km)	23.674	38.357	62

SETORES	Situação em 1970	Meta para 1974	Aumento (%)
10) NAVEGAÇÃO (em mil TPB)			
● Total da Frota	2.339	3.814	63
— Longo curso	1.857	3.035	67
— Cabotagem	471	701	49
— Interior	51	78	53
● Navegação Especializada			
— Petroleiros	868	1.000	15
— Graneleiros	709	926	31
— Minério-óleo	260	790	204
11) COMUNICAÇÕES			
● Sistema Internacional de Telecomunicações			
— Cabo Submarino (em km)	—	5.000	—
● Sistema Nacional de Microondas			
— Troncos em visibilidade direta (em km)	7.923	11.839	49
— Troncos em tropo-difusão (em km)	—	5.105	—
● Rede Nacional de Telex			
— Número de terminais	3.130	10.460	234
● Comunicações Interurbanas			
— Circuitos da CTB (número de circuitos)	6.976	20.000	187
● Sistema Postal			
— Rede de linhas-tronco postais (rodoviárias e áreas, em km)	27.000	90.000	233
12) HABITAÇÃO			
● Unidades Residenciais construídas no ano pelo Sistema Financeiro de Habitação (BNH)	126.000	238.000	89

SETORES	Situação em 1970	Meta para 1974	Aumento (%)
13) DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
● Incentivos Fiscais (SUDENE e SUDAM) (Cr\$ milhões de 1972)	1.704	1.602	—
● PIN e PROTERRA (Cr\$ milhões de 1972)	—	2.260	—
	1.704	3.862	127
● Região Nordeste			
— Rodovias (rede pavimentada, em km)	7.079	10.450	48
— Capacidade instalada de Energia Elétrica (mil kW) ..	960	1.560	63
● Região Amazônica			
— Rodovias (km)	5.980	13.250	122
— Capacidade instalada de Energia Elétrica nos principais centros (mil kW) ..	124	249	100
14) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA OS ESTADOS E MUNICIPIOS			
● Fundo de Participação, Fundo Especial e Fundos Vinculados (Cr\$ milhões de 1972)	3.921	6.230	59
15) INTEGRAÇÃO SOCIAL			
● PIS e PASEP (parcela federal)			
— No ano	—	2.520	—
— Acumulado	—	5.730	—

1) As metas indicam ordens de magnitude. Quanto ao setor público, são, em geral, valores mínimos a serem alcançados; para o setor privado, têm sentido meramente indicativo, como perspectiva de crescimento do setor, em face dos incentivos aprovados.

(*) Proporção de matrículas na população em idade escolar.

(**) A taxa negativa exprime a redução prevista no analfabetismo.

AÇÃO ADMINISTRATIVA

O aperfeiçoamento da ação administrativa requer:

I — Na área do Planejamento e Orçamento:

- O aperfeiçoamento do sistema de acompanhamento do Programa de Governo, mediante esquema simples, flexível e descentralizado, já instituído, operando em sentido global e setorial.

- Incorporação de nova tecnologia de Orçamento-Programa, em bases plurianuais.

II — Na área da Reforma Administrativa e da Modernização da Administração, inclusive quanto às empresas governamentais:

- Adoção das seguintes prioridades:

- 1) Reforma Administrativa que deverá constituir o instrumento para a eliminação de obstáculos institucionais, de qualquer natureza, à eficiente execução dos projetos prioritários incluídos no Plano Nacional de Desenvolvimento.

- 2) Reformulação do sistema de atendimento ao público, para colocá-lo a serviço dos que procuram as repartições.

- 3) Implantação de programa permanente de treinamento e qualificação do servidor público e dos empregados de empresas governamentais, para que o progresso do servidor na carreira se associe a esse programa de estágios e cursos.

- Execução das seguintes medidas, para a modernização das estruturas da administração direta e indireta:

- 1) Seleção dos órgãos da administração direta e indireta a serem reestruturados prioritariamente. A concentração de esforços objetivará o bom funcionamento dos órgãos existentes, a fusão dos que dupliquem tarefas, obstando-se a criação de novos órgãos.

- 2) Adoção, particularmente nas empresas governamentais, de métodos modernos de gestão e controle, institucionalizando-se o assessoramento para tomada de decisões, a análise de custos, a montagem de sistemas de informações, e o planejamento financeiro.

- 3) Incremento da profissionalização da administração das empresas e de treinamento constante de executivos, para atualizá-los no tocante a processos tecnológicos e técnicas de gestão.

- Execução, preferencialmente de forma indireta, por contrato com empresas, das atividades relacionadas com transporte, conservação, limpeza e outras semelhantes, em atendimento ao disposto na Lei n.º 5.645/70.

III — Na área da Política de Pessoal, para valorização do servidor e criação de funcionalismo eficiente e realizado na carreira:

- Gradual execução dos projetos constantes da programação global aprovada, objetivando a reformulação dos planos de classificação e retribuição de cargos e empregos do Serviço Público Civil na esfera federal (Lei n.º 5.645/70): treinamento do pessoal incumbido da execução das atividades técnicas; relacionamento, para os grupos de categorias funcionais, dos cargos que devem integrá-los; definição precisa de cada grupo e estruturação das respectivas escalas de níveis; elaboração do plano de retribuições; estabelecimento de critérios para constituição de novos Quadros; elaboração dos regulamentos relativos a provimento, ascensão e progressão funcionais.

- Orientação das Equipes Técnicas de alto nível, previstas na Lei número 5.645/70, visando a capacitá-las para o eficiente desempenho da programação geral e das atribuições que lhes forem conferidas. Ao mesmo tempo, treinamento das equipes auxiliares que, em cada Ministério e Autarquia, se incumbirão de executar as respectivas atribuições e encargos específicos.

- Avaliação do custo da nova Classificação de Cargos do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais (Lei n.º 5.645/70).

- Avaliação e cálculo dos custos da execução do plano de retribuição de cargos e empregos do Serviço Civil da União e Autarquias (Decreto número 67.561/70).

- Realização de estudos relativos à elaboração dos anteprojetos de novo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União e das Leis previstas nos artigos 103 e 106 da Constituição Federal.

- Implantação gradativa dos planos de classificação e retribuição de cargos e empregos, tendo em vista os grupos de categorias funcionais, as programações setoriais e os recursos financeiros disponíveis.

- Definição e implantação do treinamento generalizado, permanente e intensivo, dos servidores públicos federais. Formulação do plano de formação do pessoal destinado ao desempenho de atividades de direção e assessoramento superiores.

IV — Na área da articulação com os Estados e Municípios:

- Harmonização das diretrizes de planejamento dos Estados com o Plano Nacional de Desenvolvimento, para execução coordenada de um programa realmente nacional.

- Divisão de trabalho entre a União e os Estados, para atuação integrada principalmente quanto ao Desenvolvimento Regional e aos

setores de Educação, Agricultura, Saúde, Energia, Transportes e Comunicações. Far-se-á integração dos serviços governamentais de caráter local, nas áreas em que seja necessário.

● Integração da atuação do BNDE com os Bancos Estaduais de Desenvolvimento, até mediante sistema de repasses em favor destes últimos, nos principais fundos e programas.

RESSALVAS AO I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND) — 1972/74

RESSALVA N.º 1

O Plano deve incluir medidas de aperfeiçoamento e amparo da pesca, na captura, industrialização e comercialização, para transformá-la, em curto prazo, em atividade econômica expressiva.

RESSALVA N.º 2

O Plano deve determinar que se atenda, no Programa de Integração Nacional, na parte de desenvolvimento agrícola do Nordeste, a adaptação da atividade às condições ecológicas sobretudo da zona semi-árida. Deve, ainda, prever que, na elaboração dos programas de prevenção contra os efeitos da seca do Nordeste, sejam consideradas medidas tendentes à construção de açudes, exploração de água do subsolo, construção de barragens, florestamento e obras de engenharia rural.

RESSALVA N.º 3

O Plano deve incluir medidas que visem ao incremento do turismo, tanto de correntes turísticas internacionais como internas, dotando-se as regiões propícias de condições favoráveis.

RESSALVA N.º 4

O Plano deve prever a complementação das rodovias radiais de Brasília — de interligação com as regiões do Plano de Integração Nacional.

RESSALVA N.º 5

No Plano, as vias de transporte referidas no Programa de Integração Nacional devem denominar-se "Corredores de Transportes" e não "Corredores de Exportação".

RESSALVA N.º 6

O Plano deve prever a possibilidade da majoração, por meio de instrumentos financeiros adequados que forem criados, dos investimentos destinados ao desenvolvimento do sistema hidroviário de transportes.

Iniciados em 1969, os exercícios aeróbicos, preconizados por Kenneth Cooper como a forma mais rápida e fácil de conseguir "aptidão física", vêm os mesmos tendo larga difusão nas Forças Armadas do Brasil.

Esta publicação se destina, a par de algumas considerações, a transcrever o artigo publicado na Seleções do Reader's Digest de maio de 1970, onde são abordados por seu criador, algumas peculiaridades do método, bem como as tabelas revisadas dos principais exercícios.

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército vem realizando regularmente testes de aptidão física entre seu corpo de oficiais instrutores e alunos, com resultados amplamente satisfatórios.

Assim é que em maio de 1969, foram testados cerca de 450 oficiais, com a média de idade de 38 anos, sem nenhum incidente. O resultado apresentado foi o seguinte:

- Distância percorrida em 12 minutos: 2.200 m
- Gradação da aptidão física:

— Fraco	17%
— Aceitável	57%
— Bom	24%
— Excelente	2%

Em setembro do mesmo ano, foi repetido o teste, apresentando o resultado que se segue:

- Distância média percorrida em 12 minutos: 2.400 m
- Gradação da aptidão física:

— Fraco	9%
— Aceitável	56%
— Bom	32%
— Excelente	3%

Note-se que a idade média foi de 38 anos, participando do teste oficiais desde 31 até 55 anos.

O melhor resultado do 2.º teste deve-se ao esforço individual da maioria dos oficiais que procurou através do método preconizado obter um padrão de aptidão física mais elevado; e se mais não foi conseguido deve-se ao fato de a própria estrutura da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército não permitir um treinamento orientado e sistematizado a par da multiplicidade de tarefas intelectuais a que todos são submetidos.

De qualquer modo o teste serviu para uma amostragem da aptidão física dos oficiais superiores do Exército; acreditamos que os resultados foram satisfatórios no seu conjunto, estando porém ainda longe da situação ideal de todos os oficiais possuírem uma boa aptidão física.

Acreditamos que os exercícios aeróbicos possam trazer a quem se dispuser a gastar um mínimo de tempo, a saúde e a forma física necessárias para enfrentar com disposição as tarefas do cotidiano bem como as necessidades imprevistas.

Bastaria citarmos como exemplo, a conquista pela Seleção Brasileira do Tricampeonato Mundial de Futebol, lembrando que o seu preparo físico foi equacionado e executado na base dos exercícios aeróbicos e que esta seleção foi considerada pelas autoridades mundiais de saúde como a seleção melhor preparada fisicamente.

O treinamento propiciará, entre outros, os seguintes benefícios ao organismo:

1. Aumento da eficiência dos seus pulmões, condicionando-os a processar mais ar com menos esforço, melhorando pois a oxigenação de seu sangue durante o esforço e em repouso.

2. Aumento da eficiência do seu coração, tornando-o mais forte e apto a bombear mais sangue em menos tempo para irrigar convenientemente todos os tecidos de seu corpo. O coração, quando treinado, apresenta um trabalho mais econômico, pulsando em repouso cerca de 20 batimentos por minuto (o que representa uma economia de 10 mil batimentos numa noite de sono).

3. Aumento do número e tamanho dos vasos sanguíneos, oferecendo uma melhor irrigação pela maior vascularização dos tecidos.

4. Aumento do tono e força muscular, pela hipertrofia das fibras musculares.

5. Eliminação de tecido gorduroso extra, o que além de saudável é estético.

6. Aumento do consumo de oxigênio, pela melhoria dos meios de abastecimento e transporte.

7. Melhoria do estado psíquico, pelo relaxamento das tensões e favorecimento de um sono reparador e profundo.

8. Uma melhor disposição geral para o trabalho, seja ele físico ou intelectual.

Antes de iniciar seus exercícios aeróbicos é necessário levar a efeito um **aquecimento**, que visa colocar seu organismo em condições de iniciar o esforço. Na marcha a pé ele é dispensável, porém é importante nas outras modalidades de exercício.

Fornecemos abaixo um roteiro de exercícios ginásticos que poderão ser utilizados como aquecimento (duração 4-5 minutos).

1) marcha na ponta dos pés, rotação de braços para a frente e para trás.

2) com as mãos nos quadris pernas afastadas lateralmente — 5 a 8 vezes:

— flexões do tronco com as costas retas e com as costas curvas (mãos tocando o solo).

— inclinação lateral do tronco.

— rotações do tronco.

— flexões e extensões das pernas (agachamento).

3) partindo da posição deitado — 5 a 8 vezes:

- elevação das pernas sobre o tronco, em ângulo reto.
- flexão do tronco sobre as pernas, mãos tocando os pés.

4) de pé:

- polichinelos: 10 a 15 vezes.

Após concluir o exercício efetue a volta à calma (de 3 a 5 minutos). Diminua progressivamente o ritmo, até caminhar a passos largos, passando à marcha normal com exercícios respiratórios.

"Prezado Dr. Cooper:

Aproveito esta oportunidade para agradecer-lhe pelo Programa Aeróbico de condicionamento que venho praticando fielmente há mais de nove meses. Durante os últimos seis meses tenho feito uma média de pelo menos 30 pontos por semana apenas andando a pé. Durmo melhor, sinto-me melhor e passei todo o inverno sem nenhum problema médico pela primeira vez em muitos anos... e estou chegando aos 94 anos!"

UMA ESPÉCIE DE SEGURO DE VIDA

Que são os Aeróbicos? Basicamente são um sistema de exercícios que estimulam o coração, o sangue e a atividade pulmonar por um período de tempo suficientemente longo para produzir mudanças benéficas no organismo. Essas mudanças chamam-se "efeito de treinamento". Compreendem o fortalecimento dos músculos da respiração para facilitar a rapidez da corrente de ar que entra e sai dos pulmões; um coração mais forte e mais eficiente, capaz de bombear mais sangue e oxigênio em cada batida; e músculos mais vigorosos por todo o corpo.

Alguns Exercícios Aeróbicos típicos são: *andar a pé, corrida, ciclismo e natação*. Todos contribuem para a sua capacidade aeróbica, que pode ser definida como a quantidade máxima de oxigênio que o corpo pode processar em determinado tempo. É essa capacidade de fornecer efetivamente mais oxigênio a todas as partes do corpo que contribui de forma tão importante para a saúde geral.

Dessa forma, uma das razões principais da crescente popularidade dos Exercícios

Desde que lancei o Programa Aeróbico, (*) venho recebendo cartas de milhares de pessoas, homens e mulheres de todas as categorias sociais, documentando os efeitos benéficos causados pelo programa em suas vidas. Os Novos Aeróbicos foram adotados oficialmente pela Força Aérea Americana (800.000 aviadores os praticam) e vários outros países estão pensando em adotá-los para suas forças armadas. Em dois anos os Exercícios Aeróbicos saíram de uma quase obscuridade para um programa de exercícios de âmbito mundial para milhões de pessoas.

Aeróbicos, particularmente entre os grupos de pessoas mais idosas, é que eles equivalem a uma espécie de seguro de vida. Não há dúvida que, se forem praticados de acordo com as tabelas e regras, podem ter um importante efeito preventivo sobre importantes problemas de saúde.

Por exemplo, poderiam ser uma eficiente contramedida para as doenças cardíacas. O Programa Aeróbico, fortalecendo o coração e abrindo mais vasos sanguíneos nos tecidos musculares, diminui as possibilidades de prematuras doenças cardiocoronárias ou vasculares correlatas.

Os Aeróbicos são também úteis no tratamento de casos de enfisema pulmonar. Essa doença reduz progressivamente a capacidade pulmonar. Aumentando a capacidade de entrada e saída de ar dos pulmões, melhorando a distribuição do oxigênio por todo o corpo e possibilitando uma extração de oxigênio mais eficiente nos tecidos, os Exercícios Aeróbicos ajudam o paciente de enfisema a utilizar bem a sua capacidade pulmonar.

(*) Ver "Em Forma em Qualquer Idade", Seleções. Abril de 1968.

O Dr. Kenneth Cooper, tenente-coronel de aviação, é diretor de pesquisas clínicas do Laboratório de Medicina Espacial da Base Aérea de Lackland, San Antonio, Texas.

CONTAGEM DE PONTOS

O Programa Aeróbico, que pode elevar o nível geral de preparo físico de toda uma população, é a primeira tentativa científica de monta para atribuir valores específicos ao efeito dos exercícios — e para responder a estas perguntas que intrigam: que espécie de exercício se deve fazer, quando, e quantas vezes. Os resultados dos dois últimos anos de pesquisas — mais de 15.000 homens da Força Aérea Americana foram estudados num programa — trouxeram uma contribuição importante à maneira de se implementar o programa. Em consequência desse esforço de pesquisa, pudemos formular novas diretrizes para os Aeróbicos.

Nenhum dos princípios básicos foi modificado. O conceito original dos Aeróbicos, que se baseou nos dados obtidos exclusivamente com um grupo de pesquisas da Força Aérea Americana, foi até robustecido pelos novos resultados de observação. Quando o público adotou o programa ficou claro que um número elevado de civis de ocupação sedentária não estava à altura das normas de exercício estabelecidas para os jovens aviadores. Fizemos, assim, uma revisão de muitos detalhes do programa e elaboramos alguns outros novos. Eis alguns:

- Quatro novas categorias etárias para os programas de condicionamento e preparo físico: menos de 30 anos; de 30 a 39; de 40 a 49; e de 50 para cima.

- Novos testes de aptidão e sugestões de segurança.

- Novas tabelas de pontos progressivos.

O mérito excepcional do Sistema Aeróbico reside nas tabelas de pontos (ver Jogo de Tabelas em anexo). A meta para homens é de 30 pontos por semana; para mulheres, 20 a 24 pontos por semana. Esse sistema de pontos foi organizado em laboratório, com auxílio de equipamento complexo e dispendioso. Tudo o que você precisará, entretanto, é de um relógio. Na verdade, as tabelas colocam o laboratório ao seu bolso.

O valor em pontos atribuído a cada exercício indica a quantidade de oxigênio con-

sumida pelo corpo na prática de uma atividade específica em determinado tempo. Mais pontos significam mais energia despendida — isto é, mais oxigênio queimado no corpo mais rapidamente. Portanto, se você correr um quilômetro e meio em 11 minutos e 30 segundos fará três pontos; se correr um quilômetro e meio em 8:30, marcará quatro pontos.

Como as tabelas de pontos permitem que você meça a quantidade de energia gasta, você poderá agora fazer exercício em doses progressivas. Isso tem importância vital. O corpo terá de ajustar-se gradualmente às crescentes quantidades de exercício. Daí a razão por que as tabelas de condicionamento explicam passo a passo as razões exatas de exercício de semana.

Isto é particularmente importante para as pessoas dos grupos de mais idade. Sei de um homem de negócio de meia-idade que levou 31 semanas para completar o programa de condicionamento de 16 semanas. Mais força para ele! Apesar da idade e de outras dificuldades, ele não desanimou. Agora já está fazendo os 30 pontos semanais regulamentares e está muito satisfeito com o seu preparo físico recém-adquirido.

Não há jeito de contornar essa meta de 30 pontos para homens, diga-se de passagem, não importa a idade que a pessoa tenha. A marca foi estabelecida somente após testar e treinar milhares de pessoas. Os testes revelaram que 80% dos homens de todas as idades que seguirem os programas poderão chegar a atingir o padrão mínimo de preparo físico dos Aeróbicos apenas alcançando a marca dos 30 pontos.

A razão de uma marca semanal inferior para as mulheres é que as jovens são um tanto imunes às doenças cardíacas. Não partilham com os homens a necessidade que estes têm dos Aeróbicos como salvas-vidas básico. Para as mulheres mais jovens, 20 pontos por semana deveriam bastar. Entretanto, após a menopausa, quando elas começam a perder a resistência às doenças cardiovasculares, as mulheres devem procurar fazer pelo menos 24 pontos por semana para conseguirem o efeito inteiramente preventivo.

SEGREDOS DE BELEZA

Algumas das mulheres do contingente feminino da Força Aérea Americana no Projeto Aeróbico Experimental não queriam tomar parte nos exercícios diários sob minha supervisão; achavam que correr era "pouco feminino". Mas quando começaram a ver e a sentir os resultados do programa, a maioria ficou entusiasmada.

O fato é que, para as mulheres, o exercício é muito mais do que apenas profilaxia. Como o exercício modifica uma pessoa, física e mentalmente, ele afeta diretamente aqueles fatores do físico e da personalidade que são o segredo da beleza e encanto femininos. Compreende coisas como a postura, o andar, a coordenação e a graça, bem como o ardor que procede da boa disposição, vivacidade e confiança.

Essa espécie de atração pessoal não se restringe de forma alguma às mulheres jovens. Quando vemos uma mulher de 50 anos parecendo ter 30, é muito provável que ela pertença ao número cada vez maior de mulheres de meia-idade que estão prolongando sua mocidade por meio de exercício regular.

De todas as mulheres que me relataram suas experiências com os Aeróbicos, Martha W. é a minha favorita. Martha tinha 1,57m de altura e um rosto bonito mas poucos haviam notado isso. Ficavam ocupados olhando fixamente para a sua excessiva obesidade. Martha leu então alguma coisa sobre os Aeróbicos e obteve aprovação do seu médico de família para começar a fazer exercício.

Submeteu-se a um regime moderado e começou a andar a pé. A princípio, mal

podia mover-se — suas coxas eram tão grossas que tinha dificuldade em movimentar as pernas para trás e para a frente. Gradativamente, porém, pôde aumentar a distância caminhada.

O esforço valeu a pena. Em um ano ela emagreceu 23 quilos. Em vez de manequim 48, o seu número agora é 42. Seu marido voltou a ver a graciosa garota com quem se casou.

Gordos ou esbeltos, jovens ou idosos, há certas precauções que devem ser tomadas por todos os que praticam os Exercícios Aeróbicos. A primeira coisa a fazer é um completo exame de saúde. Antes de iniciar os Aeróbicos ou qualquer outro programa de exercícios vigorosos, você tem de obter permissão do seu médico. A finalidade principal do exame é descobrir problemas cardíacos, pulmonares e vasculares que poderiam tornar os exercícios potencialmente perigosos.

Andar a pé pode ser recomendado para quase todo o mundo, mas os exercícios mais vigorosos — notadamente correr — são rigorosamente proibidos aos que sofrem de certas doenças cardíacas, diabetes ou obesidade excessiva. O exercício é o medicamento por excelência que conserva a vida de um sem-número de pessoas; mas, como todo medicamento, deve ser usado com receita médica.

Antes de começar o Programa Aeróbico, você deve também classificar-se numa das duas categorias seguintes: ou você está em bom estado físico e deseja continuar assim, ou seu estado não é bom e você deseja fazer algo para modificá-lo. As regras são diferentes para as duas situações.

APTO?

Se você vem fazendo exercício regularmente — pelo menos três vezes por semana durante um período de seis semanas — e recebeu a necessária permissão médica para a sua idade, você poderá determinar o seu nível de aptidão fazendo um simples teste de campo de 12 minutos (ver Jogo de Tabelas). Não se submeta à prova de campo a menos que você satisfaça a essas exigências.

No teste, você corre e anda a pé o quanto puder em 12 minutos. Se ficar com falta de ar, reduza a marcha até recuperar o fôlego; caminhe por algum tempo. Depois corra um pouco de novo. Se você não

dispuser de um trecho medido para correr, marque o ponto que alcançar em 12 minutos e confira a distância com o odômetro do seu carro. Em seguida, para determinar a sua categoria de aptidão, basta procurar essa distância no quadro do Teste de 12 Minutos, na coluna relativa à sua idade e sexo.

Se você "passar" no teste alcançando a Categoria IV ou V, passe diretamente às páginas seguintes do Jogo de Tabelas e siga um dos programas de exercícios que aí aparecem, usando a tabela para a Categoria de Aptidão IV ou V.

INAPTO?

Se você não vem fazendo exercício regularmente — isto é, pelo menos três vezes por semana durante seis semanas no mínimo — ou se alcançou somente as Categorias de Aptidão I, II ou III no Teste de 12 Minutos, escolha o exercício que deseja praticar e comece o Programa Para Principiantes, de acordo com a sua idade, no Jogo de Tabelas. Após seguir um dos Programas Para Principiantes durante seis semanas, você poderá continuar com o pro-

grama de condicionamento da Categoria de Aptidão I por 16 semanas completas.

Se você desejar acelerar o seu condicionamento, faça o Teste de 12 Minutos após seis semanas do Programa Para Principiantes apropriado e verifique a categoria que alcançou. Em seguida, siga as tabelas elaboradas para a sua Categoria de Aptidão e idade. Ao alcançar a marca dos 24 ou 30 pontos por semana, considere-se em boa forma e procure conservá-la.

SUGESTÕES

Ao estabelecer o seu programa de exercícios, mais algumas sugestões e regras poderão ser úteis. Mais importante de tudo: nunca passe à frente de você mesmo... nem das tabelas. Você deve alcançar as metas de tempo relacionadas para cada semana do programa de condicionamento no fim dessa semana. Se tentar exceder-se, muito cedo poderá ultrapassar a sua capacidade de resistência.

O aquecimento adequado é também essencial. Qualquer atleta sabe que o corpo não passa subitamente do estado de repouso para a alta velocidade. Os suaves exercícios calistênicos (excelentes para coordenação e formação muscular, mas que pouco adiantam para aumentar a capacidade de oxigênio do corpo e fortalecer o coração) são um excelente meio de aquecimento.

Poucos compreendem perfeitamente que o corpo também precisa de um período de arrefecimento depois de cada exercício. Uma caminhada a pé ou uma corrida muito lenta de cinco minutos facilita a passagem de um para outro. Além disso, espere até refrescar-se e parar de suar antes de tomar um banho de chuveiro.

Evite esforçar-se a ponto de ficar excessivamente fatigado. Um esforço muito grande no início de um programa de exercícios não só é perigoso, mas também contraproducente. Em vez de sentir-se bem e com forças, é provável que você simplesmente fique cansado.

Suponhamos que um resfriado ou qualquer outra coisa interrompa a sua rotina de exercício. Como recuperar o tempo perdido? O que você tem de fazer será retroceder nas tabelas. Depende de quanto você perdeu da sua capacidade aeróbica para saber até que ponto você deve retro-

ceder. Você mesmo terá de avaliar isso. O ponto capital é: não se esforce demasiadamente ao recomençar o programa.

Os quadros constantes do jogo de Tabelas contêm programas de condicionamento completos para três dos Exercícios Aeróbicos mais práticos: andar a pé, corrida e corrida estacionária. O programa de corrida é fácil, barato e, sem dúvida alguma, o mais produtivo em termos de benefícios aeróbicos. Mas os "incondicionados" têm de andar a pé antes de correr, e as tabelas que começam na página (100) incluem esse excelente programa inicial.

Muitos homens e mulheres estão presos ao escritório ou ao lar e têm pouca oportunidade para exercícios ao ar livre. Outros hesitam em correr pelas ruas. ("As pessoas olham para a gente com espanto!", queixa-se uma dona de casa que tentou correr pelas ruas da vizinhança). Além disso, a maioria das grandes cidades sofre de uma escassez muito grande de parques com segurança e comodidade. E, naturalmente, o tempo às vezes impede os exercícios ao ar livre. Por isso incluímos um exercício para recinto coberto — a corrida estacionária. Alguns gostam de praticá-la diante do aparelho de TV, outros em compasso musical.

Isso não quer dizer que alguns dos outros exercícios como ciclismo e natação não possam ser usados eficazmente num Programa Aeróbico. Mas exigem instalações ou equipamento. Há também alguns aparelhos excelentes para exercício em casa. Mas freqüentemente, parece-me, eles são usados por pouco tempo e depois abandonados. Para praticar os Exercícios Aeróbicos você não precisa de equipamento de espécie alguma.

43.200 PULSAÇÕES MAIS

Assim, escolha um dos três exercícios indicados nas tabelas, comece... e, em seguida, apegue-se a ele. Considere que você pode ter levado 5, 10, até 20 anos para ficar *fora* de forma. Portanto, não desanime se precisar de algumas semanas para voltar a ficar *em forma*. Esse tempo vale a pena.

Um dos resultados de alcançar a meta de pontos e aí permanecer é uma redução no ritmo cardíaco. Minha mulher passou a praticar os Exercícios Aeróbicos comigo por essa razão, bem como para emagrecer e ficar em forma. "Não quero

esgotar-me tão mais rapidamente do que você", disse ela quando lhe fiz ver que o seu coração pulsava mais rápido do que o meu 30 batidas por minuto — 43.200 por dia.

Não há evidência médica de que uma pessoa tenha um número fixo de batimentos cardíacos por tempo de vida. Entretanto, um ritmo mais lento representa certamente menos trabalho para o coração. Vale a pena pensar sobre isso. Aos exercícios, portanto... e boa sorte.

(Tradução de Walmir Moreto)

TESTE DE 12 MINUTOS

Distâncias em metros percorridos em 12 minutos

(Correndo e andando a pé)

Categoria de Aptidão	Idade (Anos)			
	Menos de 30	30-39	40-49	De 50 Para Cima
I. Muito Fraca	<1610	<1530	<1370	<1290
	(*) <1530	<1370	<1200	<1130
II. Fraca	1610-2000	1530-1840	1370-1670	1290-1590
	(*) 1530-1840	1370-1670	1200-1510	1130-1350
III. Aceitável	2010-2400	1850-2240	1690-2080	1610-2080
	(*) 1850-2160	1690-2000	1530-1840	1370-1670
IV. Boa	2410-2800	2250-2640	2090-2480	2010-2400
	(*) 2170-2640	2010-2480	1850-2320	1690-2160
V. Excelente	2820 +	2650 +	2490 +	2410 +
	(*) 2650 +	2490 +	2330 +	2170 +

(As distâncias com asterisco são para mulheres) < Significa menos que

NOTA — O Programa Aeróbico foi formulado em milhas; as conversões acima são os equivalentes métricos exatos. + Significa ou mais

A. ANDAR A PÉ

1 — PROGRAMA PARA PRINCÍPIANTES

a. MENOS DE 30 ANOS DE IDADE

CATEGORIA DE APTIDÃO II

					CATEGORIA DE APTIDÃO II				
Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Veze/sem.	Pontos/sem.	Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Veze/sem.	Pontos/sem.
1	1.600	15	5	5	7	3.200	27:30	5	20
2	1.600	14	5	10	8	3.200	27:30	3	22
3	1.600	13:45	5	10	e	4.000	33:45	2	
4	2.400	21:30	5	15					
5	2.400	21	5	15					
6	2.400	20:30	5	15					

CATEGORIA DE APTIDÃO I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
7	3.200	28	5	20
8	3.200	27:45	5	20
9	3.200	27:30	5	20
10	3.200	27:30	3	22
	e	4.000	33:45	
11	3.200	27:30	3	22
	e	4.000	33:30	
12	4.000	33:15	4	26
	e	4.800	41:30	
13	4.000	33:15	3	27
	e	4.800	41:15	
14	4.000	33	3	27
	e	4.800	40	
15	4.800	41	5	30
16	6.400	55	4	32

CATEGORIA DE APTIDÃO III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Veze/s sem.	Pontos/ sem.
7	4.000	33:15	4	26
	e 4.800	41:30	1	
8	4.000	33	3	27
	e 4.800	40	2	
9	4.800	41	5	30
10	6.400	55	4	32

b. 30 — 39 ANOS DE IDADE

CATEGORIA DE APTIDÃO II

					CATEGORIA DE APTIDÃO II				
Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Veze/sem.	Pontos/sem.	Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Veze/sem.	Pontos/sem.
1	1.600	17:30	5	5	7	3.200	28:30	5	20
2	1.600	15:30	5	5	8	3.200	28	5	20
3	1.600	14:15	5	10	9	3.200	28	3	22
4	1.600	14	5	10		e			
5	2.400	21:45	5	15					
6	2.400	21:15	5	15					

CATEGORIA DE APTIDÃO I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
7	2.400	21	5	15
8	3.200	28:45	5	20
9	3.200	28:30	5	20
10	3.200	28	5	20
11	3.200	28	3	22
	e	4.000	35:30	
12	4.000	35	3	27
	e	4.800	43:15	
13	4.000	34:45	3	27
	e	4.800	43	
14	4.000	34:30	3	27
	e	4.800	42:30	
15	4.800	42:30	5	30
16	6.400	56:30	4	32

CATEGORIA DE APTIDÃO III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Veze/s sem.	Pontos/ sem.
7	4.000	35	3	27
	e 4.800	43:15	2	
8	4.000	34:30	3	27
	e 4.800	42:30	2	
9	4.800	42:30	5	30
10	6.400	56:30	4	32

c. 40 — 49 ANOS DE IDADE

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
1	1.600	18	5	5
2	1.600	16	5	5
3	2.400	24	5	7½
4	2.400	22:30	5	7½
5	3.200	31	5	10
6	3.200	30	5	10

CATEGORIA DE APTIDÃO I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	4.000	37:45	5	12½
8	4.000	36:30	5	12½
9	3.200	29:30	3	16
	e	36	2	
10	2.400	21:30	3	19
	e	35:30	2	
11	3.200	28	3	22
	e	36	2	
12	4.000	35:30	4	23
	e	43:45	1	
13	3.200	28	2	26
	e	43	3	
14	4.000	34:45	3	27
	e	42:45	2	
15	4.800	42:45	5	30
16	6.400	56:45	4	32

CATEGORIA DE APTIDÃO II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	3.200	29:30	3	16
	e	36	2	
8	2.400	21:30	3	19
	e	35:30	2	
9	3.200	28	3	22
	e	36	2	
10	3.200	28	2	26
	e	43	3	
11	4.000	34:45	3	27
	e	42:45	2	
12	4.800	42:45	5	30
13	6.400	56:45	4	32

CATEGORIA DE APTIDÃO III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	4.000	35:30	4	23
	e	43:45	1	
8	4.000	34:45	3	27
	e	42:45	2	
9	4.800	42:45	5	30
10	6.400	56:45	4	32

d. DE 50 ANOS PARA CIMA

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
1	1.600	18:30	5	5
2	1.600	16:30	5	5
3	1.600	15	5	5
4	2.400	24:30	5	7½
5	2.400	23	5	7½
6	2.400	22:30	5	7½

CATEGORIA DE APTIDÃO I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	3.200	32	5	10
8	3.200	31	5	10
9	4.000	38:30	5	12½
10	3.200	28:45	2	15½
	e	37:30	3	
11	3.200	28:30	3	17
	e	37	2	
12	4.000	36	3	21
	e	44:30	2	
13	3.200	28	2	26
	e	43:15	3	
14	4.000	35	3	27
	e	43	2	
15	4.800	43	5	30
16	6.400	57	4	32

CATEGORIA DE APTIDÃO II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	4.000	38:30	5	12½
8	3.200	28:45	2	15½
	e	37:30	3	
9	3.200	28:30	3	17
	e	37	2	
10	3.200	28	2	26
	e	43:15	3	
11	4.000	35	3	27
	e	43	2	
12	4.800	43	5	30
13	6.400	57	4	32

CATEGORIA DE APTIDÃO III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	4.000	36	3	21
	e	44:30	2	
8	4.000	35	3	27
	e	43	2	
9	4.800	43	5	30
10	6.400	57	4	32

2 — PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA FORMA

Se você se classificou nas Categorias de Aptidão IV ou V no Teste de 12 Minutos, ou se você conseguiu a marca de 30 pontos por semana nas outras Categorias de Aptidão, o seu nível de preparo físico é agora "satisfatório".

Para manter um preparo físico satisfatório, o único requisito é continuar com um dos seguintes programas de exercícios.

ANDAR A PÉ TODAS AS IDADES
PROGRAMAS PARA AS CATEGORIAS IV E V

Distância (metros)	Tempo (min) Necessário	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
3.200	24 — 29	8	32
ou 4.800	36 — 43:30	5	30
ou 6.400	48 — 58	4	32
ou 8.000	60 — 72:30	3	30

B. CORRIDAS

1 — PROGRAMA PARA PRINCIPIANTES

a. MENOS DE 30 ANOS DE IDADE

CATEGORIA DE APTIDÃO I					CATEGORIA DE APTIDÃO II				
Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.	Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
1	1.600	13:30	5	10	7	1.600	9:15	5	20
2	1.600	13	5	10	8	1.600	9	3	21
3	1.600	12:45	5	10	e	2.400	16	2	21
4	1.600	11:45	5	15	9	1.600	8:45	3	21
5	1.600	11	5	15	e	2.400	15	2	24
6	1.600	10:30	5	15	10	1.600	9:15	3	24
					e	2.400	13:30	2	27
7	1.600	9:45	5	20	11	1.600	8	3	27
8	1.600	9:30	5	20	e	2.400	13	2	30
9	1.600	9:15	5	20	12	1.600	7:45	2	30
10	1.600	9	3	21	e	2.400	12:30	2	31
e	2.400	16	2	21	13	1.600	18	1	
11	1.600	8:45	3	21	e	2.400	12	2	
e	2.400	15	2	24	3.200	17	2		
12	1.600	8:30	3	24	CATEGORIA DE APTIDÃO III				
e	2.400	14	2	24	Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
13	1.600	8:15	3	24	7	1.600	8:30	3	24
e	2.400	13:30	2	2	e	2.400	14	2	27
14	1.600	8	3	2	8	1.600	8	3	27
e	2.400	13	2	30	e	2.400	13	2	30
15	1.600	7:45	2	30	9	1.600	7:45	2	30
e	2.400	12:30	2	31	e	2.400	12:30	2	
16	3.200	18	1		10	3.200	18	1	
e	2.400	12	2		e	2.400	12	2	
3.200	17	2			3.200	17	2		

b. 30 — 39 ANOS DE IDADE

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
1	1.600	17:30	5	5
2	1.600	15:30	5	5
3	1.600	14:15	5	10
4	1.600	11:30	5	10
5	1.600	11:45	5	15
6	1.600	11:15	5	15

CATEGORIA DE APTIDÃO I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
7	1.600	10:30	5	15
8	1.600	10	5	20
9	1.600	9:45	3	21
	e			
	2.400	16	2	
10	1.600	9:30	3	21
	e			
	2.400	15:30	2	
11	1.600	9	3	24
	e			
	2.400	14:30	2	
12	1.600	8:45	3	24
	e			
	2.400	14	2	
13	1.600	8:30	2	28
	e 2.400	13:30	2	
	e 3.200	19	1	
14	1.600	8:15	3	28
	e			
	3.200	18	2	
15	1.600	8	2	30
	e 2.400	13	2	
	e 4.000	22:30	1	
16	2.400	12:30	2	32
	e			
	4.000	22	2	

CATEGORIA DE APTIDÃO II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
7	1.600	9:45	3	21
	e			
	2.400	16	2	
8	1.600	9:30	3	21
	e			
	2.400	13:30	2	
9	1.600	9	3	24
	e			
	2.400	14:30	2	
10	1.600	8:30	2	28
	e 2.400	13:30	2	
	e 3.200	19	1	
11	1.600	8:15	3	28
	e			
	3.200	18	2	
12	1.600	8	2	30
	e 2.400	13	2	
	e 4.000	22:30	1	
13	2.400	12:30	2	32
	e			
	4.000	22	2	

CATEGORIA DE APTIDÃO III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
7	1.600	8:45	3	24
	e			
	2.400	14	2	
8	1.600	8:15	3	28
	e			
	3.200	18	2	
9	1.600	8	2	30
	e 2.400	13	2	
	e 4.000	22:30	1	
10	2.400	12:30	2	32
	e			
	4.000	22	2	

c. 40 — 49 ANOS DE IDADE

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
1	1.600	18:30	5	5
2	1.600	16	5	5
3	1.600	15	5	5
4	1.600	14:15	5	10
5	1.600	13:45	5	10
6	1.600	12:45	5	10

CATEGORIA DE APTIDÃO I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
7	1.600	11:15	5	15
8	1.600	11:15	5	15
9	1.600	10:45	3	18
	e			
	2.400	17:45	2	
10	1.600	10:15	3	18
	e			
	2.400	17	2	
11	1.600	9:45	3	21
	e			
	2.400	16	2	
12	2.400	15:30	3	25½
	e			
	3.200	21	2	
13	1.600	9:30	2	28
	e 2.400	14:45	2	
	e 3.200	19:45	1	
14	1.600	9:15	3	28
	e			
	3.200	19	2	
15	1.600	9	2	30
	e 2.400	14	2	
	e 4.000	24:30	1	
16	2.400	13:30	2	32
	e			
	4.000	23:45	2	

CATEGORIA DE APTIDÃO II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
7	1.600	10:45	3	18
	e			
	2.400	17:45	2	
8	1.600	10:15	3	18
	e			
	2.400	17	2	
9	1.600	9:45	3	21
	e			
	2.400	16	2	
10	1.600	9:30	2	28
	e 2.400	14:45	2	
	e 3.200	19:45	1	
11	1.600	9:15	3	28
	e			
	3.200	19	2	
12	1.600	9	2	30
	e 2.400	14	2	
	e 4.000	24:30	1	
13	2.400	13:30	2	32
	e			
	4.000	23:45	2	

CATEGORIA DE APTIDÃO III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
7	2.400	15:30	3	25½
	e			
	3.200	21	2	
8	1.600	9:15	3	28
	e			
	3.200	19	2	
9	1.600	9	2	30
	e 2.400	14	2	
	e 4.000	24:30	1	
10	2.400	13:30	2	32
	e			
	4.000	23:45	2	

d. DE 50 ANOS PARA CIMA

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
1	1.600	19	5	5
2	1.600	17	5	5
3	1.600	16	5	5
4	1.600	15	5	5
5	1.600	14:15	5	10
6	1.600	13:45	5	10

CATEGORIA DE APTIDÃO I

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	1.600	13	5	10
8	1.600	12:30	5	10
9	1.600	12:15	3	12
	e			
	2.400	19	2	
10	1.600	12	3	15
	e			
	2.400	18:15	2	
11	1.600	11:30	3	18
	e			
	2.400	17:30	2	
12	2.400	16:30	4	24
	e			
	2.400	15:30	2	
	e			
	3.200	22	1	
13	1.600	10:30	1	24
	e			
	3.200	21	2	
14	2.400	15:15	3	25½
	e			
	3.200	20:15	2	
15	1.600	9:30	3	27
	e			
	4.000	25:30	2	
16	2.400	14:30	2	30
	e			
	4.800	31	2	

CATEGORIA DE APTIDÃO II

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	1.600	12:15	3	12
	e			
	2.400	19	2	
8	1.600	12	3	15
	e			
	2.400	18:15	2	
9	1.600	11:30	3	18
	e			
	2.400	17:30	2	
10	1.600	10:30	1	24
	e			
	2.400	15:30	2	
	e			
	3.200	21	2	
11	2.400	15:15	3	25½
	e			
	3.200	20:15	2	
12	1.600	9:30	3	27
	e			
	4.000	25:30	2	
13	2.400	14:30	2	30
	e			
	4.800	31	2	

CATEGORIA DE APTIDÃO III

Semana	Distância (metros)	Tempo (min)	Vezez/sem.	Pontos/sem.
7	2.400	16:30	4	24
	e			
	3.200	22	1	
8	2.400	15:15	3	25½
	e			
	3.200	20:15	2	
9	1.600	9:30	3	27
	e			
	4.000	25:30	2	
10	2.400	14:30	2	30
	e			
	4.800	31	2	

2 — PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA FORMA

Se você se classificou nas Categorias de Aptidão IV ou V no Teste de 12 Minutos, ou se você conseguiu a marca de 30 pontos por semana nas outras Categorias de Aptidão, o seu nível de preparo físico é agora "satisfatório".

Para manter um preparo físico satisfatório, o único requisito é continuar com um dos seguintes programas de exercícios.

CORRIDA — TODAS AS IDADES PROGRAMADAS
PARA AS CATEGORIAS IV E V

Distância (metros)	Tempo (min) Necessário	Vezez/sem.	Pontos/sem.
1.600	6:30 — 8	6	30
ou 2.400	12 — 15	5	30
ou 2.400	9:45 — 12	4	30
ou 3.200	16 — 20	4	32
ou 3.200	13 — 16	3	30

C. CORRIDA ESTACIONÁRIA

1 — PROGRAMA PARA PRINCIPIANTES

a. MENOS DE 30 ANOS DE IDADE

					CATEGORIA DE APTIDÃO II					
Semana	Duração	Passa- das(+)	Veze- s/	Pontos/	Semana	Duração	Passa- das(+)	Veze- s/	Pontos/	
	(min)	(min)	sem.	sem.		(min)	(min)	sem.	sem.	
1	2:30	70—80	5	4						
2	5	70—80	5	7½	7	12:30	70—80	5	18¾	
3	5	70—80	5	7½	8	15	70—80	5	22½	
4	7:30	70—80	5	11¼	9	15	70—80	5	22½	
5	7:30	70—80	5	11¼						
6	10	70—80	5	15	10	12:30	80—90	3	27	
						e				
						15	80—90	2		
CATEGORIA DE APTIDÃO I										
Semana	Duração	Passa- das(+)	Veze- s/	Pontos/	Semana	Duração	Passa- das(+)	Veze- s/	Pontos/	
	(min)	(min)	sem.	sem.		(min)	(min)	sem.	sem.	
7	10	70—80	5	15						
8	12:30	70—80	5	18¾	11	12:30	80—90	2	28	
9	12:30	70—80	5	18¾		e				
10	15	70—80	5	22½		15	80—90	3		
11	15	70—80	5	22½	12	15	80—80	5	30	
					13	15	90—100	4	30	
CATEGORIA DE APTIDÃO III										
	Duração	Passa- das(+)	Veze- s/	Pontos/	Semana	Duração	Passa- das(+)	Veze- s/	Pontos/	
	(min)	(min)	sem.	sem.		(min)	(min)	sem.	sem.	
12	10	80—90	1	25						
	e									
	17:30	70—80	4							
13	12:30	80—90	3	27	7	10	80—90	1	25	
	e					e				
	15	80—90	2				17:30	70—80		4
14	12:30	80—90	3	28	8	12:30	80—90	2	28	
	e					e				
	15	80—90	3				15	80—90		3
15	15	80—90	5	30	9	15	80—90	5	30	
16	15	90—100	4	30	10	15	90—100	4	30	

(*) Conte apenas quando o pé esquerdo tocar o chão.

Deve-se levantar o pé pelo menos 20 cm acima do chão.

b. 30 — 39 ANOS DE IDADE

					CATEGORIA DE APTIDÃO II				
Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.	Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
1	2:30	70-80	5	4	7	12:30	70-80	5	18½
2	2:30	70-80	5	4	8	12:30	70-80	5	18½
3	5	70-80	5	7½	9	15	70-80	5	22½
4	5	70-80	5	7½	10	10	80-90	1	25
5	7:30	70-80	5	11½	e	17:30	70-80	4	
6	7:30	70-80	5	11½	11	12:30	80-90	2	28
CATEGORIA DE APTIDÃO I					e	15	80-90	3	
Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.	12	15	80-90	5	30
7	10	70-80	5	15	13	15	90-100	4	30
8	10	70-80	5	15	CATEGORIA DE APTIDÃO III				
9	12:30	70-80	5	18½	Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
10	12:30	70-80	5	18½	7	10	80-90	1	25
11	15	70-80	5	22½	e	17:30	70-80	4	
12	15	80-90	1	25	8	12:30	80-90	2	28
e	17:30	70-80	4		e	15	80-90	3	
13	10	80-90	1	25	9	15	80-90	5	9
e	17:30	70-80	4		10	15	90-100	4	30
14	12:30	80-90	2	28					
e	15	80-90	3						
15	15	80-90	5	30					
16	15	90-100	4	30					

c. 40 — 49 ANOS DE IDADE

					CATEGORIA DE APTIDÃO II				
Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.	Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
1	2:30	70-80	5	4	7	10	70-80	5	15
2	2:30	70-80	5	4	8	12:30	70-80	5	18½
3	5	70-80	5	7½	9	12:30	70-80	5	18½
4	5	70-80	5	7½	10	10	80-90	1	25
5	5	70-80	5	7½	e	17:30	70-80	4	
6	7:30	70-80	5	11½	11	12:30	80-90	2	28
CATEGORIA DE APTIDÃO I					e	15	80-90	3	
Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.	12	20	70-80	5	30
7	7:30	70-80	5	11½	13	20	80-90	4	32
8	10	70-80	5	15	CATEGORIA DE APTIDÃO III				
9	10	70-80	5	15	Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
10	12:30	70-80	5	18½	7	15	70-80	5	22½
11	12:30	70-80	5	18½	8	12:30	80-90	2	28
12	15	70-80	5	22½	e	15	80-90	3	
13	10	80-90	1	25	9	20	70-80	5	30
e	17:30	70-80	4		10	20	80-90	4	32
14	12:30	80-90	2	28					
e	15	80-90	3						
15	20	70-80	5	30					
16	20	80-90	4	32					

(*) Conte apenas quando o pé esquerdo tocar o chão.
Deve-se levantar o pé pelo menos 20 cm acima do chão.

d. DE 50 ANOS PARA CIMA

Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
1	1:30	70-80	5	
2	2:30	70-80	5	4
3	2:30	70-80	5	4
4	5	70-80	5	7½
5	5	70-80	5	7½
6	5	70-80	5	7½

CATEGORIA DE APTIDÃO I

Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
7	7:30	70-80	5	11¼
8	7:30	70-80	5	11¼
9	10	70-80	5	15
10	10	70-80	5	15
11	10	70-80	5	15
12	12:30	70-80	5	18¾
13	10 (M) 70-80		2	23¼
	** e			
	10 (T) 70-80			
	*** e			
	12:30	70-80	3	
14	10 (M) 70-80		2	25½
	** e			
	10 (T) 70-80			
	*** e			
	15	70-80	3	
15	12:30(M) 70-80		2	28½
	** e			
	12:30(T) 70-80			
	*** e			
	15	70-80	3	
16	20	70-80	5	30

CATEGORIA DE APTIDÃO II

Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
7	10	70-80	5	15
8	10	70-80	5	15
9	10	70-80	5	15
10	10 (M) 70-80		2	23¼
	** e			
	10 (T) 70-80			
	*** e			
	12:30	70-80	3	
11	10 (M) 70-80		2	25½
	** e			
	10 (T) 70-80			
	*** e			
	15	70-80	3	
12	12:30(M) 70-80		2	28½
	** e			
	12:30(T) 70-80			
	*** e			
	15	70-80	3	
13	20	70-80	5	30

CATEGORIA DE APTIDÃO III

Semana	Duração (min)	Passa- das(*) (min)	Veze/ sem.	Pontos/ sem.
7	12:30	70-80	5	18¾
8	10 (M) 70-80		2	25½
	** e			
	10 (T) 70-80			
	*** e			
	15	70-80	3	
9	12:30(M) 70-80		2	28½
	** e			
	12:30(T) 70-80			
	*** e			
	15	70-80	3	
10	20	70-80	5	30

M = manhã T = tarde.

(*) Conte apenas quando o pé esquerdo tocar o chão.

Deve-se levantar o pé pelo menos 20cm do chão.

(**) Os grupos manhã-tarde têm de ser corridos no mesmo dia.

(***) Pode ser feito a qualquer hora.

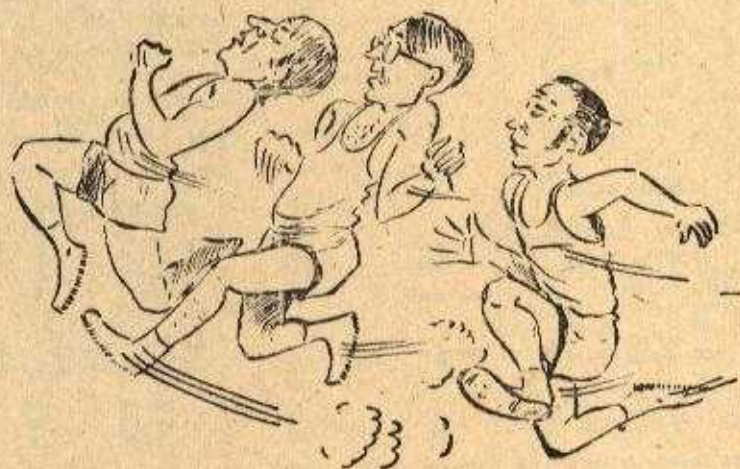
2 — PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DA FORMA

Se você se classificou nas Categorias de Aptidão IV ou V no Teste de 12 minutos, ou se você conseguiu a marca de 30 pontos por semana nas outras Categorias de Aptidão, o seu nível de preparo físico é agora "satisfatório".

Para manter um preparo físico satisfatório, o único requisito é continuar com um dos seguintes programas de exercícios.

CORRIDA ESTACIONÁRIA TODAS AS IDADES PROGRAMAS PARA AS CATEGORIAS IV E V

Duração (min)	Passadas (min)	Vezez/ sem.	Pontos/ sem.
10 (M)	70—80	5	30
e 10 (T)	70—80		
ou 15	70—80	7	30
ou 15	80—90	5	30
ou 20	80—90	4	32



TABELAS DE PONTOS POR ATIVIDADE

I - C O R R I D A

1,6 km		2,4 km	
T E M P O	PONTOS	T E M P O	PONTOS
19:59 - 14:30 min	1	29:59 - 21:45 min	1 1/2
14:29 - 12:00 min	2	21:44 - 18:00 min	3
11:59 - 10:00 min	3	17:59 - 15:00 min	4 1/2
09:59 - 08:00 min	4	14:59 - 12:00 min	6
07:59 - 06:30 min	5	11:59 - 09:45 min	7 1/2
abaixo 06:30 mins	6	abaixo 09:45 min	9

3,2 km		4,0 km	
T E M P O	PONTOS	T E M P O	PONTOS
40,00 min ou mais	1	50:00 min ou mais	1
39:59 - 29:00 min	2	49:59 - 36:15 min	2 1/2
28:59 - 24:00 min	4	36:14 - 30:00 min	5
23:59 - 20:00 min	6	29:59 - 25:00 min	7 1/2
19:59 - 16:00 min	8	24:59 - 20:00 min	10
15:59 - 13:00 min	10	19:59 - 16:15 min	12 1/2
abaixo 13:00 min	12	abaixo 16:15 min	15

2 - M A R C H A

1,6 km		2,4 km	
T E M P O	PONTOS	T E M P O	PONTOS
19:59 - 14:30 min	1	29:59 - 21:45 min	1 1/2
14:29 - 12:00 min	2	21:44 - 18:00 min	3
3,2 km		4,0 km	
40:00 min ou mais	1	50:00 min ou mais	1
39:59 - 29:00 min	2	49:59 - 36:15 min	2 1/2
28:59 - 24:00 min	4	36:14 - 30:00 min	5

3 - CORRIDA ESTACIONÁRIA

TEMPO	60/70 * Passo/min	PONTO	70/80 * Passo/min	PONTOS	80/90 * Passo/min	PONTOS
02:30	-	-	175/200	8/4	200-225	1
05:00	300-350	1 1/4	350/400	1 1/2	400-450	2
07:30	-	-	525/600	2 1/4	600-675	3
10:00	600-700	2 1/2	700/800	3	800-900	4
12:30	-	-	875/1000	3 3/4	1000-1125	5
15:00	900-1050	3 3/4	1000/1200	4 1/2	1200-1350	6
17:30	-	-	1225/1400	5 1/4	1400-1575	7
20:00	1200-1400	5	1400/1600	6	1600-1800	8

(*) Conte somente quando o pé esquerdo bater no chão. Os pés devem ser elevados pelo menos 20 cm do chão.

4 — OUTRAS ATIVIDADES

TÊNIS (simples)	—	1 "Set"	—	1 ponto
VOLIBOL	—	15 minutos	—	1 ponto
	—	30 minutos	—	3 pontos
FUTEBOL	—	60 minutos	—	6 pontos
	—	90 minutos	—	9 pontos
GÓLFE	—	18 buracos	—	3 pontos
PULAR CORDA	—	5 minutos	—	1,5 ponto

NR — Publicado novamente em atenção aos inúmeros pedidos e por ter se esgotado o exemplar n.º 635, Jan/Fev 71 da Revista.

MENS SANA

IN

CORPORE SANO

VIATURAS MILITARES NACIONAIS

O EE 9 (Cascavel) e o EE 11 (Urutu) são membros da nova família de blindados projetados e construídos especialmente para as condições brasileiras, pelas OM do Exército, em particular o IME e a ENGESA. São viaturas de alto desempenho em qualquer tipo de terreno e nas mais adversas condições climáticas, atendendo às especificações das Forças Terrestres do Brasil.

Os dois veículos possuem os mesmos componentes mecânicos básicos. Todas as peças de desgaste são as mesmas já utilizadas nos caminhões equipados com Tração Total Engesa, disponíveis em qualquer parte do País.

O sistema exclusivo de suspensão independente e "boomerang", permite um extraordinário conforto da tripulação quando através campo, ou nas elevadas velocidades em estradas, possibilitando assim longos deslocamentos sem fadiga para os tripulantes e sem desgaste para a viatura.

CASCABEL

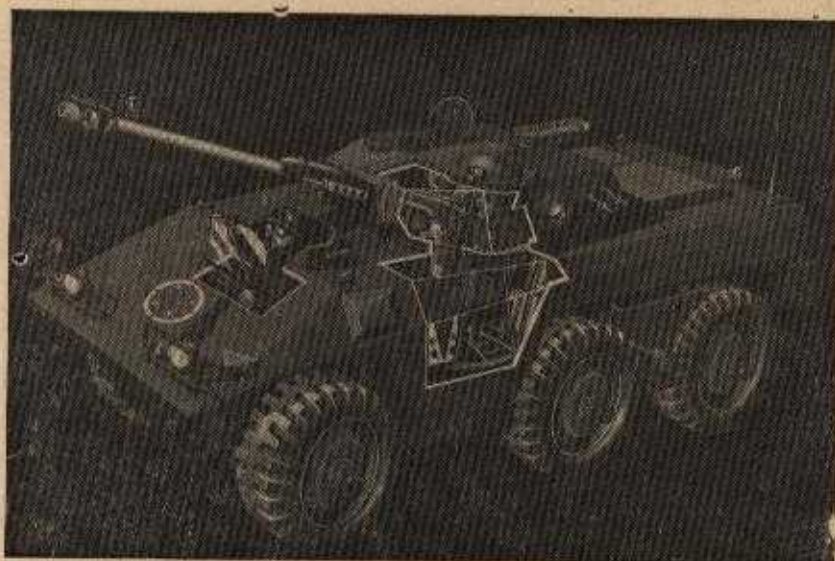


A baixa pressão específica sobre o solo confere ao veículo excepcionais características de movimentação em areia e lama.

O Cascavel é uma viatura totalmente blindada, com tração nas 6 rodas e alto desempenho. Seu projeto é extremamente simples, possibilitando baixos custos de produção e manutenção além de grande robustez.

Sua excepcional mobilidade em qualquer tipo de terreno e sua baixa silhueta conferem-lhe ótimas características militares.

Veloz, silencioso, robusto e fácil de manejar, o Cascavel é capaz de atender às necessidades de guerra externa e também as de segurança interna. Sua direção servo-assistida permite ao motorista longas viagens sem cansaço.



EE9

CARACTERÍSTICAS MILITARES

FUNÇÕES

O Cascavel foi projetado para desempenhar as seguintes funções:

- 1) Reconhecimento, contato avançado e observação.
- 2) Patrulha de fronteiras.
- 3) Operações anti-pára-quedistas e anti-helicópteros.
- 4) Penetrações profundas independentes.
- 5) Acompanhamento de colunas.
- 6) Operações antiguerrilhas.

POTÊNCIA DE FOGO

Desde canhão de 37 mm. com metralhadora .30" até canhões de maior calibre e metralhadora .50".

PROTEÇÃO

Blindagem em todo carro com chapa especial resistente a balas 7.62 perfurantes a "queima-roupa" e zero graus.

Pneus à prova de balas.

Proteção contra "Cocktail Molotov" e qualquer tipo de bomba incendiária.

Proteção apropriada contra minas e estilhaços de artilharia.

Na parte dianteira, proteção contra balas .50" perfurantes atiradas horizontalmente.

GUARNIÇÃO

Três homens (motorista, comandante e artilheiro).

DIMENSÕES

Largura máxima: 2.260 mm.

Comprimento máximo: 5.000 mm.

Altura máxima sem torres: 1.600 mm.

Vão livre: 505 mm.

Ângulo de entrada: 72°

Ângulo de saída: 75°

Peso em operação: 9 tons.

MOBILIDADE

— Velocidade máxima: 95 km/h.

— Rampa máxima: 70%

— Ralo mínimo de manobra: 7.700 mm.

— Autonomia: 700 km.

— Máximo degrau vertical: 0,65 m.

— Largura máxima de trincheira transponível: 1,5 m.

— Passagem a vau: 1 metro.

— Curso das rodas traseiras: 90 cms.

— Curso das rodas dianteiras: 200 mm.

MANUTENÇÃO

Simple e possível de ser feita por mecânicos não especializados, em qualquer revendedor autorizado de caminhões das grandes marcas.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

MOTOR — OPÇÃO A

- Perkins, tipo 6357, 6 cilindros em linha
- Diesel, taxa de compressão 18:1
- Capacidade 357 pol³
- Potência Máxima: 142 HP a 3000 rpm
- Torque Máximo: 40,8 kgm a 1350 rpm

MOTOR — OPÇÃO B

- Chrysler, tipo 318 HD, 8 cilindros em V
- Gasolina, taxa de compressão 6,85:1
- Capacidade 318 pol³
- Pot. Máxima: 196 HP a 4000 rpm
- Torque Máximo: 42 kgm a 2400 rpm

O veículo opcionalmente pode também ser entregue com motor MWM, Caterpillar, GM ou Ford.

TRANSMISSÃO

Caixa de velocidades com 5 marchas sincronizadas a frente e 1 ré.

Caixa de transferência Engesa com 2 velocidades.

Diferencial dianteiro com simples redução, coroa e pinhão hipoidais.

Diferencial traseiro com dupla redução, coroa e pinhão hipoidais e engrenagens helicoidais.

Reduções finais — Caixa de velocidades, caixa Engesa de transferências, diferenciais.

1ª Reduzida 122,21	1ª Normal 50,93
2ª Reduzida 71,51	2ª Normal 29,82
3ª Reduzida 39,18	3ª Normal 16,34
4ª Reduzida 24,16	4ª Normal 10,08
5ª Reduzida 16,33	5ª Normal 6,81
Ré Reduzida 102,86	Ré Normal 42,89

SUSPENSÃO

Dianteira: Independente com molas helicoidais, amortecedores telescópicos, aletados, de dupla ação.

Traseira: Independente do tipo Boomerang Engesa, com molas semi-elípticas e amortecedores de dupla ação.

SISTEMA ELÉTRICO

12 Volts, alternador para 60 Ampères-hora.

DIREÇÃO

Integral, servo assistido hidraulicamente.

RODAS

Bipartidas: 20" x 8".

PNEUS

1100 x 20 — à prova de balas.

OUTRAS CARACTERÍSTICAS

Freios hidropneumáticos, estrutura autoportante, lubrificação convencional.

URUTU

O Urutu é uma viatura anfíbia, totalmente blindada, com tração nas 6 rodas, desenvolvida para transporte de tropas ou reconhecimento.

Seu projeto básico pode ser adaptado a várias outras utilidades, como ambulância blindada, carro-comando, carro-oficina, etc.

O conforto para a tripulação é excepcional, tendo o projeto levado em conta todas as condições impostas pela engenharia humana, como espaço para pernas, ventilação, facilidade de entrada e saída do carro por 3 amplas portas e escotilhas superiores, nível de ruído, vibrações, etc.

Sua direção servo assistida hidraulicamente permite ao motorista um manejo fácil e nada cansativo.

Veloz e silencioso na água e na terra tem desempenho através campo excelente e velocidade máxima elevada, além de grande mobilidade. Não requer motorista especialmente treinado pois pode ser dirigido como um caminhão comum tanto em terra como na água.

CARACTERÍSTICAS MILITARES**FUNÇÕES**

O Urutu foi projetado para desempenhar as seguintes funções:

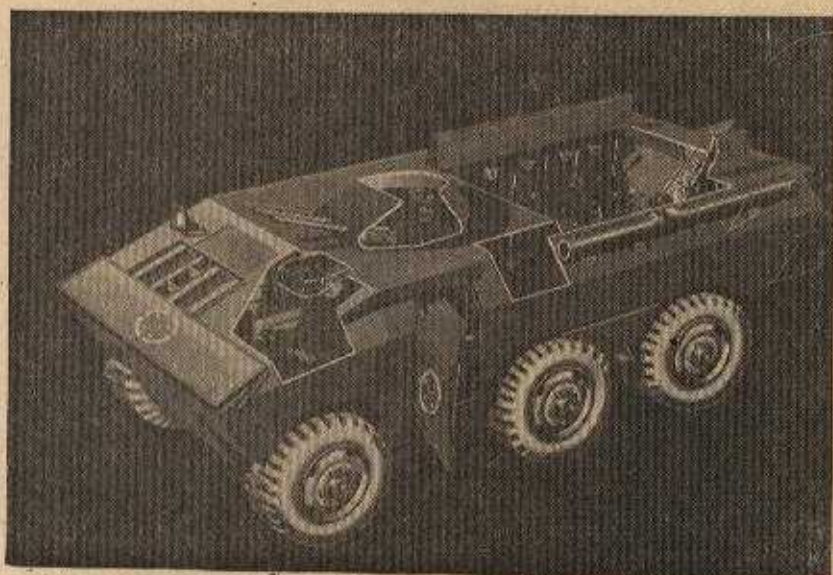
- 1) Transporte de tropas.
- 2) Desembarque de tropas.

- 3) Controle de distúrbio de ruas.
- 4) Reconhecimento, contato avançado e observação.
- 5) Ambulância blindada, carro-comando e carro oficina.
- 6) Patrulha de fronteiras.
- 7) Penetrações profundas independentes.
- 8) Operações antiguerrilhas.

POTÊNCIA DE FOGO

Versão transporte anfíbio de tropas quando equipado com metralhadora pesada 7.62 mm (.30") ou com dois canhões de 20 mm.

Versão reconhecimento anfíbio quando equipado com canhão 80 mm.



EE 11

PROTEÇÃO

Blindagem em todo carro com chapa especial resistente a balas 7.62 perfurantes a "quelma roupa" e zero graus.

Pneus à prova de balas.

Proteção contra "Cocktail Molotov" e qualquer tipo de bomba incendiária.

Proteção apropriada contra minas e estilhaço de artilharia. Na parte dianteira, proteção contra balas .50" perfurantes.

GUARNIÇÃO

Quinze homens equipados, quando armado com metralhadora pesada 7.62 mm.

Dez homens equipados, quando armado com canhões 20 mm.

Três homens equipados, quando armado com canhão 90 mm.

DIMENSÕES

Largura máxima: 2.440 mm.

Comprimento máximo: 5.760 mm.

Altura máxima sem torre: 2.000 mm.

Vão livre: 500 mm.

Ângulo de entrada: 60°.

Ângulo de saída: 60°.

Peso em operação: 10,5 ton.

MOBILIDADE

— Velocidade máxima em terra: 95 km/h.

— Rampa máxima: 70%.

— Ralo mínimo de manobra: 7.700 mm.

— Autonomia em terra: 600 km.

— Autonomia na água: 70 km.

— Máximo degrau vertical: 0,60 m.

— Largura máxima de trincheira transponível: 1,5 m.

— Curso das rodas traseiras: 90 cms.

— Curso das rodas dianteiras: 200 mm.

— Velocidade máxima em água: 12 km/h.

— Capacidade de vencer ondas arrebentadas de até 3 metros.

MANUTENÇÃO

Simple e possível de ser feita por mecânicos não especializados, em qualquer revendedor autorizado de caminhões das grandes marcas.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

MOTOR — OPÇÃO A

— Perkins, tipo 6357, 6 cilindros em linha

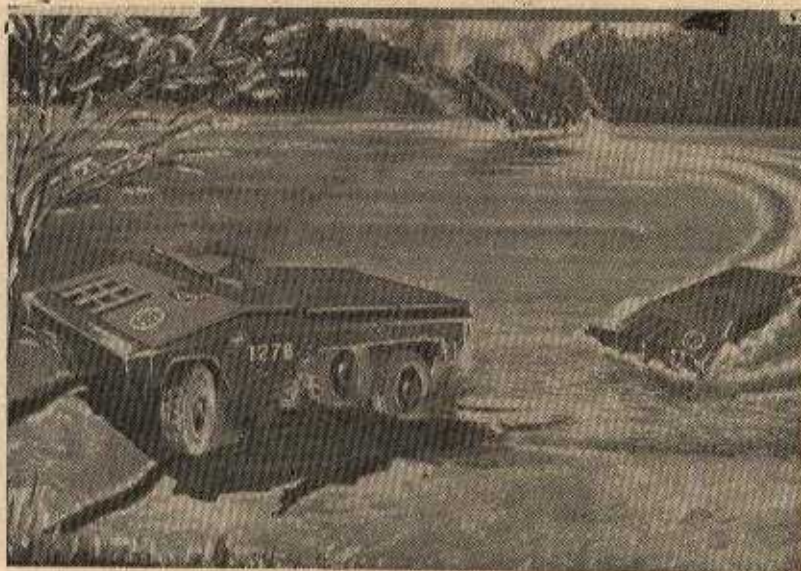
— Diesel, taxa de compressão 18:1

- Capacidade 357 pol³
- Potência Máxima: 142 HP a 3000 rpm
- Torque Máximo: 40,8 kg/m a 1.350 rpm

MOTOR — OPÇÃO B

- Chrysler, tipo 318 HD, 8 cilindros em V
- Gasolina, taxa de compressão 6,85:1
- Capacidade 318 pol³
- Potência Máxima: 196 HP a 4.000 rpm
- Torque Máximo: 42 kg/m a 2.400 rpm

O veículo opcionalmente pode também ser entregue com motor MWM, Caterpillar, GM ou Ford.



E E 11

TRANSMISSÃO

Caixa de velocidade com 5 marchas sincronizadas a frente e 1 a ré.

Caixa de transferência Engesa com 2 velocidades.

Diferencial dianteiro com simples redução, coroa e pinhão hipoidais.

Diferencial traseiro com dupla redução, coroa e pinhão hipoidais e engrenagens helicoidais.

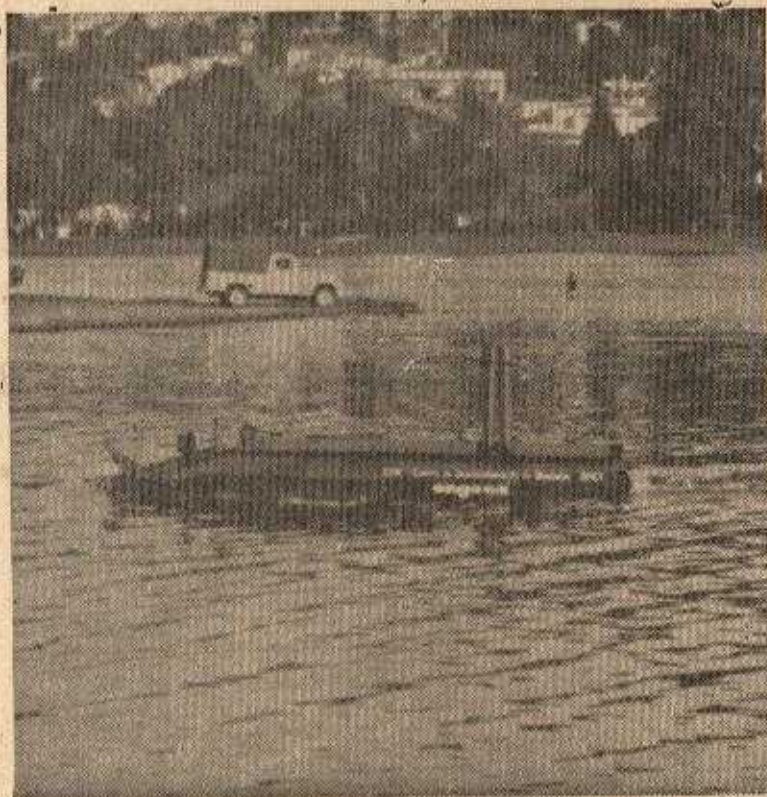
Reduções finais — Caixa de velocidades, caixa Engesa de transferência, diferenciais:

1ª Reduzida 122,21	1ª Normal 50,93
2ª Reduzida 71,51	2ª Normal 29,82
3ª Reduzida 39,18	3ª Normal 16,34
4ª Reduzida 24,16	4ª Normal 10,08
5ª Reduzida 16,33	5ª Normal 6,81
Ré Reduzida 102,86	Ré Normal 42,89

SUSPENSÃO

Dianteira: Independente com molas helicoidais, amortecedores telescópicos, aletados, de dupla ação.

Traseira: Independente do tipo Boomerang Engesa, com molas semi-elípticas e amortecedores de dupla ação.



EE11 — VERSÃO AQUÁTICA

SISTEMA ELÉTRICO

12 Volts, alternador para 60 Ampères-hora.

DIREÇÃO

Integral, servo assistido hidráulicamente.

RODAS

Bipartidas: 20" x 8".

PNEUS

1100 x 20 — à prova de balas.

OUTRAS CARACTERÍSTICAS

Freios hidropneumáticos, estruturas autoportante, lubrificação convencional.

A versão opcional para alto mar do *Urutu* leva os seguintes equipamentos:

2 hélices e lemes.

2 Bombas de porão automáticas com capacidade de 800 litros por minuto cada.

2 Tomadas de ar automáticas retráteis para uso em mar revolto.

1 Guincho para 10 toneladas.

1 Caixa de transferência com engates eletropneumáticos e controle remoto no painel, com 2 marchas, reversão, tomadas de força para diferenciais, guincho, bombas de porão e hélices direita e esquerda.

Sistema mecânico submerso pressurizado.

PROVAS DO EXAME DE ESCOLARIDADE AO CAS/72

NOTA DA REDAÇÃO: Iniciamos, com este número, a publicação das questões do Exame de Escolaridade ao CAS/72, com propósito de fornecer orientação aos nossos leitores que, na graduação de Sargento, buscam aperfeiçoar-se para melhor servir ao Exército.

Neste número são publicadas as questões das provas de MATEMÁTICA e de HISTÓRIA. Nos números seguintes serão publicadas as demais.

Aos candidatos ao CAS, nossos votos de sucesso no Exame.

EXAME DE ESCOLARIDADE — MATEMÁTICA

1.ª PARTE: ARITIMÉTICA E ALGEBRA

1ª QUESTAO

Responda às perguntas abaixo, nos lugares a isto destinados:

- Quando dizemos que um número é divisível por 5;
- Quanto vale um número diferente de zero, elevado a zero?
- Qual é o m. m. c. entre os números 6 e 48?
- Como se chama a fração cujo numerador é maior que o denominador?
- Como denominamos as frações cujos denominadores são múltiplos de 10?
- Qual é a unidade legal brasileira de medida de comprimento?

2ª QUESTAO

Calcular o valor da expressão:

$$\left\{ 72 : 9 + [32 \times 4 + 8 (15 + 16 - 27)] - 15 \right\} - 13 =$$

3ª QUESTAO

Determinar todos os divisores do número 72.

4ª QUESTAO

O m. d. c. de dois números é 6 e os quocientes encontrados na pesquisa por divisões sucessivas são: 1, 2 e 1. Determinar esses números.

5ª QUESTÃO

No exame de admissão um aluno fez 96 pontos em Matemática e Português. A nota de Português foi igual a $\frac{5}{7}$ da nota de Matemática. Quanto tirou em cada matéria?

6ª QUESTÃO

Um salão mede 25 m de comprimento e 12 m de largura. Quantos tacos de 20 cm de comprimento por 10 cm de largura, serão necessários para o revestimento do piso.

7ª QUESTÃO

Calcule o valor numérico de:

$$\frac{2a + b}{b} + \frac{a + 2b}{a} \quad \text{para } a = -2 \text{ e } b = 2$$

8ª QUESTÃO

Efetue a seguinte subtração de polinômios:

$$\left(\frac{1}{3}a + \frac{2}{2}a - \frac{1}{5} \right) - \left(-\frac{1}{5}a - \frac{2}{3}a + \frac{1}{3} \right) =$$

9ª QUESTÃO

Efetue a divisão entre os polinômios abaixo:

$$(6x^5 + 4x^4 - 8x^3 + 8x^2 + 10x - 4) : (x + 1)$$

10ª QUESTÃO

Decomponha o seguinte trinômio de 2º grau:

$$x^2 + 12x + 36 =$$

11ª QUESTÃO

Determine o valor de "x" na equação:

$$-\frac{x}{6} + \frac{3}{4}x + 8 - \frac{1}{2}x = 20 + \frac{1}{12}x + \frac{2}{3}x$$

12ª QUESTÃO

Determine o valor de "x" na equação:

$$2ax - 4a^2 = x - 2a$$

13ª QUESTÃO

Calcule o valor de "x" e de "y", no sistema de equações:

$$\begin{cases} x + y = m + n \\ nx + my = 2m n \end{cases}$$

14ª QUESTÃO

A metade do triplo de um número, menos o dobro de sua terça parte, é uma unidade a menos que o número dado. Qual é este número?

15ª QUESTÃO

Um pai tem 42 anos e o filho 10 anos. Quantos anos deverão decorrer para que a idade do pai seja o triplo da idade do filho?

16ª QUESTÃO

As idades de A e B somam 45 anos. Há 5 anos atrás, a idade de A era 4 vezes a de B. Qual a idade deles?

17ª QUESTÃO

Determine o valor de "x" na proporção:

$$\frac{\begin{array}{r} 2 \\ \hline 3 \\ \hline x \end{array}}{\begin{array}{r} 5 \\ \hline 7 \\ \hline 4 \\ \hline 5 \end{array}} =$$

18ª QUESTÃO

Divida o número 1.937 em partes proporcionais a 48, 45 e 56.

19ª QUESTÃO

Um avião percorre 1.710 km em 6 horas. Com a mesma velocidade que distância poderá percorrer em 9 horas?

2.ª PARTE: GEOMETRIA

1ª QUESTÃO

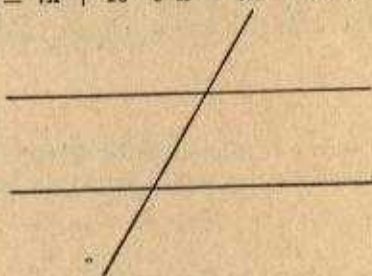
Responda as perguntas abaixo, nos lugares a isto destinados:

- Quanto mede cada ângulo externo de um triângulo equilátero?
- Qual é a característica principal da altura, da bissetriz e da mediana de um triângulo equilátero?

- c. Como se denomina um polígono de 8 lados?
 d. Quantos lados possui um icosaágono?

2ª QUESTÃO

Duas paralelas são cortadas por uma transversal, formando dois ângulos colaterais internos \hat{m} e \hat{n} . Calcule os demais ângulos, sabendo-se que: $\hat{m} = 7x + 15^\circ$ e $\hat{n} = 3x - 35^\circ$.



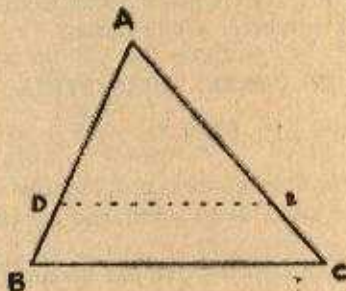
3ª QUESTÃO

O perímetro de um paralelogramo é igual a 18 cm e um dos lados 3 cm. Calcule os outros lados.



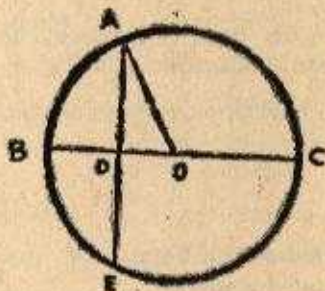
4ª QUESTÃO

Os lados AB e AC de um triângulo medem, respectivamente, 12 m e 20 m. A partir de A e sobre AB, toma-se um segmento AD de 3 m. Determine o segmento AE que se deve tomar sobre o lado AC, para que a reta DE seja paralela ao lado BC.



5ª QUESTÃO

No círculo da figura abaixo, a corda AE mede 6 cm e é perpendicular ao diâmetro BC , estando o ponto de interseção a 4 cm do centro. Calcular o raio.



6ª QUESTÃO

Calcule a área de um retângulo, sabendo-se que seu semiperímetro é igual a 18 m e a base é o triplo da altura.



EXAME DE ESCOLARIDADE — HISTÓRIA

1.ª QUESTÃO

Responda as perguntas abaixo, nos espaços que lhe são destinados, na Ficha-Resposta.

- 1) Qual foi a mais civilizada das Cidades gregas?
- 2) Que rei macedônio foi considerado "O Maior Conquistador da Antiguidade"?
- 3) Quais os povos que se bateram nas Guerras Púnicas?
- 4) Como foram chamados os "Césares" que através de bons governos, contribuíram para que o Império romano atingisse seu apogeu?
- 5) Qual o navegador português que descobriu o caminho marítimo para as Índias?

- 6) Quais as capitanias hereditárias que mais prosperaram?
- 7) Qual o governador-geral do Brasil que expulsou os franceses do Rio de Janeiro?
- 8) Qual o Tratado de Limites que estabeleceu, aproximadamente, o atual formato do Brasil?
- 9) Qual foi o nome dado à cobrança de impostos em Minas Gerais, por ocasião da Conjuração Mineira?
- 10) Qual o vulto brasileiro que ficou conhecido como "O Patriarca da Independência"?

2.ª QUESTÃO

Coloque, nos parênteses da Coluna "A", o(s) número(s) da Coluna "B" que lhe(s) corresponde(m).

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

ITEM I

Movimentos nativistas, econômicos, emancipacionistas e lutas internas.

COLUNA "A"	COLUNA "B"
a () Bahia	1. Guerra dos Emboabas
	2. Guerra dos Mascates
b () Pernambuco	3. Revolta de Beckman
	4. Guerra dos Farrapos
c () Rio Grande do Sul	5. A "Cabanagem"
	6. A "Sabinada"
	7. A "Balaiada"
d () Maranhão	8. Revolta de Felipe dos Santos
	9. Revolução dos Alfaiates
e () Minas Gerais	10. Revolta da Armada
	11. Revolução Liberal de 1842
	12. A "Praieira"
f () São Paulo	13. A "Confederação do Equador"

ITEM II

Evolução científica e tecnológica

COLUNA "A"	COLUNA "B"
a () Santos Dumont	1. Iniciou a navegação a vapor
	2. Inventou o motor a explosão
b () Morse	3. Inventou o aeroplano
c () Marconi	4. Descobriu a vacina contra a raiva
d () George Stephenson	5. Criou o selo postal
	6. Descobriu os raios X
	7. Aperfeiçoou o telégrafo elétrico
e () Rowland Hill	8. Inventou o fonógrafo
	9. Aperfeiçoou a locomotiva
f () Fulton	10. Inventou a lâmpada incandescente
g () Rodolf Diesel	11. Descobriu a vacina contra o carbúnculo
h () Edson	12. Isolou o bacilo da tuberculose
	13. Inventou a telegrafia sem fio
i () Pasteur	14. Inventou a direção dos balões

3.ª QUESTÃO

Assinale com um "X", a única alternativa que completa corretamente cada item abaixo:

DEIXE EM BRANCO QUANDO NÃO SOUBER

- 1) Os povos helenos que deram origem aos espartanos e atenienses, foram:
 - a) Dórios e Jônios
 - b) Aqueus e Dórios
 - c) Jônios e Eólios
 - d) Aqueus e Eólios
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 2) As mais importantes Cidades-Estados gregas, foram:
- a) Tebas e Esparta
 - b) Atenas e Corinto
 - c) Tebas e Corinto
 - d) Atenas e Esparta
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 3) O Herói grego que à frente de 300 espartanos se notabilizou no desfiladeiro das Termópilas, por ocasião da 2.ª Guerra Médica foi:
- a) Péricles
 - b) Leónidas
 - c) Milcíades
 - d) Temístocles
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 4) Os grandes centros da civilização helênica, foram:
- a) Alexandria e Persépolis
 - b) Pérgamo e Pela
 - c) Alexandria e Pérgamo
 - d) Pela e Persépolis
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 5) Os magistrados encarregados de administrar o tesouro e efetuar a cobrança dos impostos, no começo da República em Roma, eram chamados:
- a) Edis
 - b) Questores
 - c) Censores
 - d) Pretores
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 6) O general romano que derrotou Aníbal na batalha de Zama, foi:
- a) Sertório
 - b) Cipião Emiliano
 - c) Atilio Régulo
 - d) Públio Cornélio Cipião
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 7) O "Século de Augusto" ficou sendo o mais brilhante da civilização romana, em virtude do (da):
- a) Caráter permanente dado ao Exército
 - b) Abertura de novas estradas
 - c) Proteção às letras e às artes
 - d) Recenseamento da população
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 8) O maior legado deixado pelos romanos à civilização humana, foi:
- a) O estabelecimento de princípios da Ciência
 - b) A criação de sistemas de Filosofia
 - c) A criação do Estado e do Direito
 - d) A organização do regime representativo
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 9) A época da História que se iniciou em 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos Otomanos, foi:
- a) Tempos Contemporâneos
 - b) Tempos Modernos
 - c) Antiguidade Clássica
 - d) Idade-Média
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 10) Napoleão Bonaparte foi definitivamente batido, na batalha de:
- a) Austerlitz
 - b) Ligny
 - c) Moskowa
 - d) Waterloo
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 11) O primeiro nome dado à terra descoberta por Cabral, foi:
- a) Brasil
 - b) Terra de Santa Cruz
 - c) Terra dos Papagaios
 - d) Ilha de Vera Cruz
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 12) O principal objetivo do sistema de capitanias hereditárias, foi:
- a) Evitar a ocupação do território pelos franceses
 - b) Expulsar os holandeses do litoral
 - c) Explorar comercialmente o Pau-Brasil
 - d) Estimular o povoamento da Terra
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 13) A fundação da França Antártica foi obra de:
- a) Jean François Duclerc
 - b) Daniel de La Touche
 - c) Duguay-Trouin
 - d) Jacques Riffault
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 14) O mais célebre dos Bandeirantes, também cognominado "O Caçador de Esmeraldas", foi:
- a) Borba Gato
 - b) Raposo Tavares
 - c) Fernão Dias Pais
 - d) Bartolomeu Bueno
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 15) A primeira invasão holandesa no Brasil, foi dirigida contra:
- a) Pernambuco
 - b) Maranhão
 - c) Sergipe
 - d) Bahia
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 16) Em 28 de janeiro de 1808, D. João abriu os portos do Brasil às nações amigas, por influência de:
- a) Visconde de Cairu
 - b) Conde da Cunha
 - c) Coronel João Severiano Maciel da Costa
 - d) Marques de Queluz
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 17) O primeiro grande movimento precursor da Independência do Brasil, foi:
- a) Revolução Pernambucana
 - b) Conjuração Mineira
 - c) Revolta dos Alfaiates
 - d) Guerra dos Emboabas
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 18) O governador de Pernambuco por ocasião da Revolução Pernambucana de 1817, foi:
- a) Manoel Barboza de Castro
 - b) Caetano de Pinto Montenegro
 - c) José Barros de Lima
 - d) Domingos José Martins
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 19) A primeira nação do mundo a reconhecer a Independência do Brasil, foi:
- a) Espanha
 - b) Estados Unidos da América
 - c) Inglaterra
 - d) França
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 20) O Ato Adicional de 1834 estabeleceu a:
- a) Regência una
 - b) Regência trina permanente
 - c) Maioridade de D. Pedro II
 - d) Regência trina provisória
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 21) A mais longa luta civil de nossa história, foi:
- a) Balaiada
 - b) Cabanagem
 - c) Guerra dos Farrapos
 - d) Sabinada
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 22) A principal batalha da Guerra contra Oribe e Rosas, onde se destacou o bravo Osório, foi:
- a) Paissandu
 - b) Ituzaingó
 - c) Pirajá
 - d) Monte Caseros
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 23) O grande chefe do Exército Brasileiro, que conquistou Humaitá, pacificou diversos Estados brasileiros e empreendeu a famosa "Marcha de Flanco através do Chaco", foi:
- a) Caxias
 - b) Conde d'Eu
 - c) Osório
 - d) Sampaio
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 24) A maior batalha naval da Guerra do Paraguai, foi:
- a) Curupaiti
 - b) Riachuelo
 - c) Curuzu
 - d) Humaitá
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 25) O "Bill Aberdeen", visava:
- a) Extinguir gradualmente o cativoiro
 - b) Estabelecer normas para o comércio do café
 - c) Abolir o tráfico negreiro
 - d) Abolir a escravidão
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 26) O primeiro "Regente Único" do Brasil, foi:
- a) João Bráullo Muniz
 - b) Diogo Antônio Feijó
 - c) Carneiro de Campos
 - d) Araújo Lima
 - e) Nenhuma das alternativas acima

- 27) Os filhos de mulher escrava, que nascessem no Brasil, seriam declarados livres pela Lei:
- a) Rio Branco
 - b) Nabuco de Araújo
 - c) Saraiva — Cotegipe
 - d) Eusébio de Queirós
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 28) Os dois partidos existentes desde a época da Regência e que tiveram grande influência na vida política do segundo reinado, foram:
- a) Liberal e Republicano
 - b) Conservador e Republicano
 - c) Liberal e Restaurador
 - d) Liberal e Conservador
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 29) A iniciativa da construção da primeira grande fundição e da primeira estrada de ferro no Brasil, coube a (ao):
- a) Mariano Procópio
 - b) Visconde de Mauá
 - c) Teófilo Otoni
 - d) Marquês de Barbacena
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 30) Proclamou a República dos Estados Unidos do Brasil:
- a) Floriano Peixoto
 - b) Hermes da Fonseca
 - c) Benjamin Constant
 - d) Prudente de Moraes
 - e) Nenhuma das alternativas acima
- 31) Brasileiro que teve grande destaque na Conferência de Haia:
- a) Olavo Bilac
 - b) Coelho Neto
 - c) Oswaldo Cruz
 - d) Rui Barbosa
 - e) Nenhuma das alternativas acima

32) O Presidente Washington Luis foi deposto pela:

- a) Revolução de 1930
- b) Revolta Integralista
- c) Campanha de Canudos
- d) Revolução de 1924
- e) Nenhuma das alternativas acima



*"Um Exército pode passar um século sem ser usado,
mas não pode estar um só dia despreparado".*

INTEGRAÇÃO UNIAO ESTADOS

Pronunciamento do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO, na abertura do "Encontro Nacional de Secretários de Planejamento" — Brasília, 15-12-71.

Tivemos a oportunidade de verificar, na semana passada, com a viagem do Presidente, que, em verdade, o único tipo de nacionalismo possível, na prática, é o dos países que, com eficiência, racionalidade e determinação, demonstram cuidar bem dos seus próprios assuntos e com isso adquirem flexibilidade e autoridade para entendimentos internacionais consentâneos com o interesse e a dignidade nacionais.

O esforço do Brasil, nos últimos anos, tem sido no sentido de realizar um processo bem sucedido de desenvolvimento, sem preocupação de hegemonias, mas consciente de que podemos fazer bem o que deve ser feito, para construir uma sociedade desenvolvida.

Com relação à estratégia para 1972, vale a pena destacar quatro pontos:

1) *Inflação* — será possível, no próximo ano, dar um avanço maior no sentido da contenção progressiva da inflação, que este ano foi prejudicada, em certa medida, pelo comportamento insatisfatório das safras de alguns produtos agrícolas.

2) *Tecnologia* — o ano de 1972 poderá ser o da tecnologia industrial no Brasil, assim como 1971 foi o da expansão de capacidade no setor industrial. O Brasil deverá aplicar, nos próximos 3 anos, com recursos do Governo Federal, cerca de Cr\$ 2 bilhões no desenvolvimento científico-tecnológico.

3) *Uma ofensiva no desenvolvimento regional*, pois estarão em plena carga programas como o PIN, PROTERRA e PRODOESTE, que já dispõem de recursos para a execução dos seus projetos. A programação detalhada desses novos planos será em breve aprovada pelo Presidente da República.

4) *Uma ofensiva econômica externa*, principalmente para efeito de expansão de exportações. O Brasil deverá fazer funcionar novos mecanismos de cooperação com os Estados Unidos, Mercado Comum Europeu, Japão, América Latina, Ultramar português e outras áreas de particular interesse para o nosso país.

É importante que, nessa estratégia geral, haja uma boa inter-relação entre a União e os Estados, continuando o trabalho que vem sendo desenvolvido nos últimos anos.

No tocante ao Sistema Nacional de Planejamento, os objetivos a atingir são essencialmente:

1) A idéia de que realmente venha a prevalecer o interesse nacional em relação a interesses regionais e estaduais, através, principalmente, da compatibilização de prioridades do planejamento dos Estados com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O objetivo deste encontro é permitir que o Ministério do Planejamento forme juízo sobre o tipo de apoio que a União poderá dar aos Estados, em termos de recursos internos e externos, com base na programação dos Estados.

2) O objetivo de eficiência do setor público, através de uma divisão de trabalho adequado entre a União e os Estados, em que se evite a superposição, e através da qual sejam transferidas para os Estados tarefas executivas de sentido mais local.

3) O acompanhamento dos desequilíbrios de renda, de modo que a União possa realmente exercer uma ação moderadora e de fomento, com o objetivo, principalmente, de proporcionar aos Estados de renda mais baixa a oportunidade de desenvolvimento e a integração no mercado nacional em crescimento acelerado.

Para que tudo isso funcione, há pressupostos importantes. Inicialmente, que a ação da União se exerça através de instrumentos econômicos — legislação específica e políticas instrumentais —, de modo a preservar a autonomia dos Estados. Segundo, não inibir iniciativas, pois o que se deseja é um sistema em que a ação dinâmica dos Estados esteja consistente com os objetivos nacionais de desenvolvimento. Terceiro, que os Estados se preparem para proporcionar apoio técnico e financeiro aos municípios.

É importante destacar os pontos básicos para a atuação do Sistema Nacional de Planejamento:

1) *Atuação dos Estados na política fiscal:*

a) Os Estados devem operar sem *deficit* orçamentário. É a idéia de que o "deficit" deve ser "privilégio" da União, já que ela é que dispõe dos instrumentos para que o *deficit* residual seja financiado de maneira a não produzir efeitos inflacionários.

b) O controle da dívida interna e externa, através do dispositivo constitucional e da regulamentação que vem sendo baixada pelo Senado, principalmente a Resolução 92.

c) Que as contratações de obras e serviços somente se realizem mediante a prévia disponibilidade de recursos. É dispositivo expresso do

Decreto-lei 200 (art. 18): "Tôda atividade deverá ajustar-se à programação governamental e ao orçamento-programa e os compromissos financeiros só poderão ser assumidos em consonância com a programação financeira de desembolso". Ou seja, a contratação — não a realização da obra — deve ser precedida da disponibilidade de recursos, não apenas no orçamento, mas na programação de caixa.

2) *Prioridade para o fortalecimento dos mecanismos de planejamento, orçamento e reforma administrativa*, e para a adoção do sistema de planos e orçamentos plurianuais, já consagrado na legislação federal, evidentemente dentro da realidade de cada Estado.

3) *Novas realidades no desenvolvimento urbano brasileiro*, em termos das grandes regiões metropolitanas, principalmente o Grande Rio e o Grande São Paulo, consoante o dispositivo constitucional pelo qual delas devem fazer parte a União, os Estados e os municípios; e, também, da idéia da formação de áreas metropolitanas, informalmente, com o sentido de permitir o planejamento micro-regional de caráter urbanístico, — de modo a coordenar a atuação, principalmente, dos municípios numa determinada área.

4) *O apoio da União*, ou seja, a contrapartida daquele esforço próprio que se está solicitando dos Estados, sob diferentes formas. Primeiro, caracterizando uma filosofia de que apoio da União deve ser orgânico, e sem caráter assistencial. Orgânico, no sentido de derivado do exame dos planos, da avaliação do esforço próprio de fortalecer o sistema de planejamento, de conter despesas burocrático-administrativas, de se engajarem nas grandes prioridades nacionais. E sem caráter assistencial, significando — salvo situações de emergência — o propósito de a União colaborar para o equilíbrio financeiro e para o fortalecimento da economia do Estado.

Segundo, a particular atenção da União quanto à evolução do crescimento relativo dos Estados e das regiões, especialmente para exame dos efeitos das políticas federais, no tocante ao desenvolvimento relativo daqueles Estados e das regiões: o acompanhamento dos efeitos do ICM e de outros tributos, das transferências da União, do sistema financeiro — seja dos bancos privados, seja dos bancos oficiais —, para que todos esses instrumentos sejam compatíveis com o objetivo de correção das desigualdades regionais.

Terceiro, a idéia consubstanciada no Plano Nacional de Desenvolvimento: "Os Estados mais desenvolvidos no Centro-Sul, notadamente São Paulo, deverão colaborar com o Governo Federal na política de integração nacional, apoiando o esforço aplicado no Nordeste e na Amazônia, até mediante cooperação financeira por intermédio dos bancos oficiais daqueles Estados". Já houve entendimentos, nos Estados do Centro-Sul — particularmente em São Paulo — entre o Governo Federal e as classes

produtoras, no sentido de que estas se articulassem com esse grande esforço nacional para a aceleração do desenvolvimento do Nordeste e ocupação econômica da Amazônia.

Valeria a pena dar uma idéia do valor das transferências da União para os Estados e Municípios:

Cr\$ milhões de 1972

FONTES DE RECURSOS	1972/1974 TOTAL
Fundo de Participação dos Estados	2.928,4
Fundo de Participação dos Municípios	2.928,4
Fundo Especial	1.171,4
Subtotal	7.028,2
Receitas vinculadas	8.742,0
Total	15.770,2

Deste modo, as transferências da União para os Estados e Municípios, no período, alcançarão a ordem de Cr\$ 16 bilhões, sem levar-se em conta, evidentemente, os incentivos fiscais, a ação de investimentos diretos do Governo Federal, e sem considerar-se os financiamentos concedidos pelo sistema financeiro federal.

Para o ano de 1972, as principais medidas que o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral adotará para fortalecer o sistema de planejamento são:

1) Criação da Subsecretaria de Coordenação com os Estados, com o objetivo de elevar o status da unidade que cuida do assunto dentro do Ministério, e institucionalizar um mecanismo especialmente para essa colaboração permanente com os Estados.

2) Recursos do Fundo de Participação e do Fundo Especial: já foi publicado o decreto que regulamentou o Fundo de Participação para 1972/73, pela primeira vez dentro de um esquema bienal, estabelecendo as seguintes prioridades: um mínimo de 20 por cento para Educação e de 10 por cento para Saúde e Saneamento, sendo que os Estados e o Distrito Federal destinarão, ainda, 10 por cento ao apoio à Agricultura-Abastecimento, inclusive, pelo menos 5 por cento para apoio à expansão rural, e 10 por cento aos fundos de desenvolvimento constituídos nos respectivos bancos e companhias de desenvolvimento.

3) Institucionalização das reuniões quadrimestrais com os Secretários de Planejamento e realização de encontros regionais. A idéia é que, nas reuniões nacionais, as Secretarias em geral devem receber mais do que

dar, ou seja, elas receberão informações, pedidos de colaboração, e assim por diante. Mas, no mesmo tempo, o Ministério do Planejamento irá às regiões, e, *in loco*, realizará contatos com os Governadores e com os Secretários de Planejamentos para conhecer o funcionamento do mecanismo de planejamento e orçamento, examinar as prioridades do Estado, seus problemas regionais, etc. O primeiro desses encontros regionais deverá ter lugar no Nordeste, em março de 1972. É nossa idéia, se possível, visitar na ocasião todos os Estados da região, para contatos diretos com os órgãos estaduais de planejamento.

4) Treinamento: montagem de programa especial para treinamento de técnicos dos Estados no tocante a planejamento, orçamento, reforma administrativa e estatística. Espera o Ministério do Planejamento estar em condições de brevemente anunciar esse novo programa, que vai muito além da atual capacidade de execução e da atual dimensão do CENDEC. Preve-se, inclusive, convênios com Universidades e com outros órgãos que possam permitir a existência de um sistema nacional realmente de treinamento para o sistema de planejamento e orçamento dos Estados.

A cada nova guerra surgem outras dimensões nos campos da tática e do armamento. Assim sendo, as atitudes rígidas ou inflexíveis para com a arte de combater certamente são perniciosas à eficiência em combate. O comportamento humano irá determinar grandemente o curso da batalha. Desta forma, nunca será demais acentuar a necessidade de uma judiciosa seleção dos homens, principalmente dos líderes.

Um ermitão, na época mais conhecido como O Solitário do Corcovado, foi o homem que, segundo pesquisas recentes, livrou D. Pedro I do aperto e constrangimento que lhe haviam imposto as tropas portuguesas no Rio dando-lhe uma saída estratégica que permitiu o afastamento e o embarque do Tenente-General Jorge de Avilez para Lisboa com a sua Divisão Auxiliadora.

O Príncipe Regente estava, naquela altura, com uma espinha atravessada na garganta: ao episódio do Fico, seguiu-se uma violenta reação militar liderada pelo comandante das Armas, Jorge de Avilez, que salu às ruas com 2 mil homens para forçar D. Pedro I a recuar em sua decisão e retornar a Lisboa. Ele pode contornar a crise militar e conservar-se no cargo graças aos conselhos do ermitão.

O Solitário do Corcovado

Mas quem era este homem misterioso, que está sendo desenterrado do abandono e esquecimento pelas pesquisas históricas (somente em 1961 especialistas do Exército conseguiram descobrir a sua sepultura — uma cova rasa — no Cemitério dos Ingleses, na Gamboa) e permitindo conhecer a sua verdadeira projeção nos acontecimentos que precederam e culminaram com a nossa Independência?

O nome: General Conde Dirk van Hogendorp, holandês de nascimento, que chegou ao Brasil em 1817, aos 56 anos de idade, deprimido e resolvido a viver "na solidão alpestre", depois de aban-

donar a França, ao se ver perdido juntamente com seu chefe e mais leal amigo, quando ambos foram derrotados na Batalha de Waterloo: o General Napoleão Bonaparte.

General de Napoleão, mas antes soldado aventureiro sob o comando de Frederico I, da Prússia, o Conde van Hogendorp foi Ministro da Guerra da Holanda, Embaixador do seu país na corte do Tzar da Rússia, em 1802, e na corte de Viena, e, depois Governador de Java, uma das ilhas das Índias Holandesas. Anexada a Holanda à França, por Napoleão, van Hogendorp ficou ao lado da última, tornando-se "um holandês a serviço da França". Pouco tempo depois, era designado ajudantede-campo de Napoleão, posto em que combateu com este último nas três batalhas em que se constituiu a epopéia de Waterloo.

Devotado à sua amizade e lealdade, Napoleão lhe deixou 100 mil francos consignados no testamento ditado a Las Cases, que lhe acompanhou até os últimos momentos.

A Amizade

O ano de sua chegada ao Brasil — desembarcou no Rio em 10 de fevereiro de 1817 — trazendo uma carta de apresentação do Duque de Richelieu ao Embaixador francês aqui, coincidiu com a revolução de Pernambuco.

Refugiou-se nas matas do Corcovado, onde comprou uma pequena fazenda do inglês William Young e passou a viver modesta-

mente das exíguas rendas que lhe davam uma incipiente plantação de café e os vinhos de laranja que fabricava com o auxílio de alguns escravos e de um criado prussiano, que o acompanhou no exílio voluntário.

Somente quatro anos depois de um completo isolamento, a Imperatriz D. Leopoldina, em 1821, descobrira que o Conde Hogendorp vivia no Rio. E foi por acaso; um dia D. Leopoldina estava caçando insetos pelas matas do Corcovado, quando bateu-lhe à porta da cabana da fazenda, a que dera o nome de Nova Sion.

Ele conhecera D. Leopoldina em sua breve permanência em Viena, como diplomata de Luís Bonaparte, quando então ela era ainda a Arquiduquesa Leopoldina.

D. Leopoldina falou da presença de van Hogendorp a D. Pedro I, e este passou a visitar o Solitário, com quem palestrava longamente — a ponto de isso causar ciúmes à Rainha Carlota Joaquina, que, por várias vezes, manifestou a sua contrariedade, pois "não gostava nada dessas confabulações do filho com o holandês."

"... O Príncipe Regente veio ver-me em meu ermitério, sozinho, diversas vezes, para conversar confidencialmente sobre sua situação, para ouvir meu conselho e minha opinião sobre esse assunto."

A Estratégia

Para alguns pesquisadores da História Militar do Brasil, como o Marechal Odílio Denys, "se não há provas mais concretas, pelo menos, existem fortes e inegáveis

indícios" de que o antigo General de Napoleão aconselhou e forneceu a D. Pedro I a estratégia militar para contornar a crise e a pressão exercida pelo General Avilez.

A sua experiência militar aperfeiçoada nas guerras napoleônicas e a vivência diplomática nos vários postos nas cortes européas davam a Hogendorp credenciais respeitáveis para que fosse ouvido por D. Pedro I. Além disso assinalam alguns historiadores, o militar holandês possuía uma forte e cativante personalidade, temperada com uma energia espartana.

O plano aconselhado a D. Pedro I era o de "afastar Avilez do Rio, para então resolver o problema." Antes, era necessário colocar em segurança a família imperial. Agindo desta maneira, mandou D. Leopoldina seguir, levando seus dois filhos menores, para Santa Cruz (D. João Carlos, o menor, então com um ano de idade, morreu em consequência das agruras da viagem), e adotou a política da intimidação, enfrentando a rebeldia das tropas de Avilez, e querendo evitar, ao mesmo tempo, derramamento de sangue.

Apesar de sua superioridade numérica (as tropas brasileiras contavam com cerca de 10 mil homens, contra os 2 mil de Avilez), D. Pedro temia o enfrentamento com Avilez, pois sabia que os portugueses estavam mais bem preparados e dispunham de maior poder de fogo.

Porém, temendo a audácia de D. Pedro I e frente a superiori-

dade numérica dos brasileiros, concordou Avilez com a retirada de seus homens para a Vila Real da Praia Grande (hoje, Niterói).

A Manobra

Afastado Avilez, D. Pedro I completou o seu plano estratégico, fornecido possivelmente pelo General van Hogendorp que, posteriormente, se recusou a aceitar o cargo de Ministro do Exterior, oferecido pelo Regente.

Consistiu em isolar o comandante da guarnição portuguesa. Para tanto, bloqueou a baía da Guanabara com vários barcos e cortou o fornecimento de gêneros alimentícios à tropa. Esta última medida foi possível com a ordem imposta aos habitantes de Vila Real da Praia Grande de afastar "todos os bois, galinhas e porcos" da proximidade das tropas da Divisão Auxiliadora, proibindo-lhes a sua venda, sob pena de severas sanções.

Sem outra alternativa, e já agora sob a ameaça de "um ataque imediato caso insistissem em protelar a partida", só restou a Avilez embarcar as suas tropas, o que se iniciou a 10 de fevereiro, e a partida, no dia 15.

A Influência

A influência de van Hogendorp em D. Pedro I parece ter-se consolidado, depois que ele também se tornara amigo do Conde dos Arcos, do Conde da Barca, do Visconde de São Lourenço, do Ministro da Holanda, Barão Mollérus e, especialmente, de D. Leopoldo

dina, que o visitavam constantemente na Fazenda Nova Sion. Esta se localizava ao lado do morro do Ingles, nos contrafortes do Corcovado (hoje, Ladeira do Ascurra, n.º 186, onde funciona a Escola Feminina de Artes e Ofícios da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor).

O historiador Donatello Grieco afirma sobre a participação de van Hogendorp no processo da nossa Independência que "das pesquisas que realizamos, não nos parece forçado concluir que o General Hogendorp contribuiu, por algum modo, para esse acontecimento da nossa história política.

Amigo de Pedro I e seu conselheiro, o antigo Governador de Java deve ter proporcionado ao ardoroso Imperador as lições de energia e entusiasmo que, amoldadas ao ritmo dos acontecimentos e reagindo às provocações metropolitanas, bem poderão ter dado como fruto a jornada de 7 de setembro de 1822".

Pedro Calmon pretende ver Hogendorp como tendo incutido em Pedro I "uma influência napoleônica, de caráter monarquista absolutista" e, outros, o entusiasmo por uma espécie de "liturgia do poder". O certo, porém, é que alguns de seus compatriotas vêem no General holandês "o promotor dos princípios de liberdade em assunto colonial."

O Testemunho

Entre os visitantes estrangeiros que estiveram com van Hogendorp — Jacques Arago, von Leithold, Almirante Jurien de la Gravière

— se acha uma dama inglesa, Maria Graham, mulher de um oficial do Almirante Cochrane, que acompanhou o marido na missão do comandante naval inglês ao Brasil.

Maria Graham, num diário da viagem, dá um importante testemunho da vida e situação do General Hogendorp, com quem esteve duas vezes, visitando-o na sua fazenda. Através do esboço que fez da propriedade e da paisagem do Corcovado, foi que os pesquisadores conseguiram localizar a casa de Hogendorp.

Em 1937, o Governo da Holanda mandou gravar um mármore em sua homenagem, inaugurado no local numa solenidade pública. Posteriormente, a sua casa — hoje totalmente transformada e desfigurada por várias adaptações que sofreu e construções novas feitas ao seu redor para abrigar a Escola Feminina de Artes e Ofícios — serviu durante muitos anos como residência de verão do então Ministro Osvaldo Aranha.

Da casa restou apenas a fachada: a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor construiu ao seu lado um novo pavilhão de alojamento para as meninas internadas e, na frente, uma espécie de capela — um barracão de madeira. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional até agora não se preocupou com a propriedade que não é tombada e pertence oficialmente ao Ministério da Justiça.

Em 1961, quando Ministro da Guerra, o Marechal Odilo Denys, depois de vários estudos, conse-

gulu localizar a sepultura de Dirk van Hogendorp, no Cemitério dos Ingleses, na Gamboa.

O Homem

Lady Maria Graham, na primeira visita que fizera ao General van Hogendorp, descreve a sua impressão em seu diário:

“...O Conde é uma ruína de um outrora belo homem; mas não perdeu o ar marcial. É alto, mas não magro demais; os olhos cinzentos brilham de inteligência e a linguagem pura e enérgica é ainda transmitida em voz clara e bem timbrada, ainda um pouco gasta pela idade.”

“... Teve sempre as preferências de Napoleão” — continua Maria Graham — “a quem sua honestidade e desinteresse em matéria de dinheiro pareceram preciosas à medida que estas qualidades escasseavam entre os seus seguidores. A devoção do Conde a Napoleão é excessiva, eu diria mesmo inexplicável, se ele não tivesse mostrado uma carta do próprio punho do Imperador, sobre a morte de seu filho, na qual, além de uma amabilidade rotineira, há realmente uma nota de carinho que eu não esperava encontrar.”

A Casa

“... Ele mostrou-me a casa. É de fato pequena, consistindo apenas de três peças, além da varanda; seu escritório com poucos livros, em que dois ou três modelos de antigos baixos-relevos e alguns mapas e gravuras indica-

vam o retiro de um cavalheiro; seu quarto de dormir, cujas paredes, de gosto caprichoso, eram pintadas de preto e exibiam, sobre este fundo escuro, esqueletos de tamanho natural, em todas as atitudes alegres, lembrando a **Dança da Morte**, de Holbein; e um terceiro quarto ocupado com barris de vinho de laranja e potes de licor de grumixama."

Ele morreu no dia 17 de outubro de 1822, um mês e 10 dias depois de Pedro I ter proclamado a Independência. Ao "aproximar-se o seu fim, D. Pedro deu-lhe

a assistência e a atenção que sua posição exigia ou permitia, e tinha dado ordens relativas ao enterro."

Verificou-se porém, ao morrer, que o General Hogendorp era protestante, e um dos pastores protestantes incumbiu-se então de promover o seu conveniente enterro no cemitério dos ingleses.

Ao despi-lo, após a morte, viu-se uma colsa estranha: o seu corpo estava todo tatuado como os dos nativos das ilhas javanesas.



Do "Jornal do Brasil"

O PAPEL DA ESCOLA

A expansão do ensino médio nos últimos anos, tendo sido bem mais acelerada do que a do ensino superior, veio propiciar com maior ênfase o chamado engarrafamento na entrada da universidade. Faz-se mister reconhecer que parcela considerável de culpa deve ser imputada ao próprio ensino médio brasileiro, que, afastando-se de suas missões precípua, transformou-se exclusivamente em uma máquina de fabrico de candidatos à universidade.

Esqueceu-se assim de uma de suas funções mais importantes: formar indivíduos capazes de ingressar de pronto na sociedade, prepará-los para a vida dando-lhes, inclusive, uma habilitação profissional que permitisse o ingresso imediato no mercado de trabalho. Óbvio, está, porém, que o ensino médio, ao assumir esta missão, não deixaria de lado o aspecto de formar indivíduos com destino aos estudos superiores. Mas, infelizmente, cingiu-se tão-somente à função de escola preparatória à Universidade.

Abandonou a característica de formação global do indivíduo, que aliada a um trabalho de habilitação do mesmo que o preparasse para uma atuação profissional de

razoável qualidade na sociedade, poderia diminuir esta imensa pressão aos portões das universidades. Aos que dizem que havia no ensino médio os ramos comercial, industrial e agrícola, que procuramos dar esta habilitação profissional aos estudantes secundários, respondem as estatísticas que apenas 20% se utilizavam dessas ramificações.

Com exceção do ensino médio industrial, que procurou sempre cumprir dentro das limitações existentes, o seu alto papel social, as demais ramificações caíram no conceito dos empregadores, vendo-se os egressos dos ramos comerciais e agrícolas sem possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho. Cabe esclarecer aqui que a culpa do insucesso dos ensinos comercial e agrícola, não se pode atribuir tão-somente à maneira de sua execução, que se revelou totalmente desvinculada da realidade nacional.

Os responsáveis por estes ramos dispunham de poucos recursos materiais e humanos que lhes permitissem levar avanti, com sucesso, a missão de formar técnicos comerciais e agrícolas de nível médio, tão necessários ao processo de desenvolvimento do país. Os próprios setores comer-

cial e agrícola da sociedade, funcionando empiricamente, talvez até sem sentir, contribuíram para o fracasso da iniciativa, ora por não se integrarem com os estabelecimentos de ensino, ora por recusar os formados neste grau. Esta recusa não se revelou como simples negativas às solicitações, mas, principalmente, pelo oferecimento de salários que não motivaram de longe aqueles que durante longos anos se prepararam para integrar a força de trabalho.

Como resultado, o ensino superior revelou-se a única possibilidade de aquisição de *status* social, sinônimo, no Brasil, de salário mais compensador, compatível com as mínimas necessidades de um cidadão e sua família. Acredita-se que dos 20% egressos do ensino médio, que não o ensino secundário tradicional, 80% tentam entrar no ensino superior. Não se critica aqui a ânsia e a procura de maior saber, mas sim o fato de que, de ano para ano, vem aumentando o número de postulantes ao ensino superior, recém-formados dos ensinos comercial e agrícola.

Tal não ocorre, com tanta intensidade, com os recém-formados pelo ensino industrial. Na Guanabara, a Escola Técnica Celso Suckow da Fonseca, que ministra cursos técnicos de boa qualidade, emprega com facilidade a maioria de seus alunos. É verdade que muitos desses técnicos dirigem-se ao ensino superior, notadamente os cursos de Engenharia de Operação, mas já integrados à força de trabalho da nação, ao passo que os demais

egressos do ensino técnico o fazem desorientados e marginalizados do processo de formação da renda nacional.

Os esforços governamentais para levar o ensino médio a uma faixa cada vez maior da população, aliados ao processo de desenvolvimento do país, que fez crescer a legítima aspiração de aumento do poder aquisitivo da população, a fim de gozar dos benefícios da industrialização, fizeram engrossar as fileiras dos que encontram no título *doutor* a única fórmula de atingir aumento do poder de participar do consumo dos bens de produção e, conseqüentemente, de elevação do seu *status* social.

Paralelamente, a Lei de Diretrizes e Bases, intencionalmente boa, veio a redundar na disparidade total dos programas de ensino médio. Com isto, o ensino universitário, em vez de procurar se entrosar com o ensino médio, e salvá-lo do caos em que se encontrava, veio a assumir uma posição de proteção do nível dos seus cursos, erigindo uma formidável barreira entre a universidade e os candidatos — o vestibular feito para reprovar.

Não se culpe aí também a universidade por tal feito, como a responsável pela situação grave do acesso ao ensino superior. Com poucos recursos materiais e humanos, se adotasse o ensino de massa, a qualidade de seus cursos, que já vinha decrescendo, reduzir-se-ia a zero. Eis o dilema: de um lado estudantes clamando por vagas, de outro a impossibilidade real das universidades de atendê-los. Adiantaria uma es-

cola de Medicina, que com 200 vagas conseguia a muito custo manter um nível razoável de seus cursos, receber, demagogicamente, mil ou 1.500 postulantes? Que tipo de médicos estaria formando? E o que diria a sociedade depois? E os próprios *médicos* formados em situação tão precária?

A solução encontrada foi um vestibular difícil, desvinculado do nível de complexidade dos ensinamentos adquiridos no ensino médio. Esta desnivelção consentida veio ocasionar o golpe mortal na estrutura já deturpada do ensino médio: a institucionalização de convênios com entidades não reconhecidas — os cursos pré-vestibulares. Cliente de suas deficiências, o ensino médio transferia a única atribuição que ainda possuía aos cursos. Estes, por sua vez, viram-se obrigados a se tornarem superorganizações, pois teriam como missão fazer em um ano aquilo que o ensino médio não havia feito em vários. Para tal, arremataram os melhores professores da região, utilizaram os meios mais modernos de comunicação audiovisual e se especializaram em tanques de guerra capazes de destruir a barreira erguida pelas universidades — o vestibular eliminatório.

Que não se interprete esta fria análise da situação reinante até 1971 como uma crítica destrutiva aos cursos. Não fora o trabalho destas organizações, os candidatos dificilmente passariam nos exames. Os cursos são, como se habituou dizer, "um mal necessário" ou então, como disse recentemente o Ministro Jarbas

Passarinho "ao mesmo tempo causa e efeito." Mas, a consequência deste estado de coisas era óbvia: a desmoralização do certificado de conclusão do segundo ciclo fornecido pelo colégio.

Outro aspecto que deve ser abordado é que a tão propalada democratização do ensino em termos sócio-econômicos não passava de uma balela. Embora, justiça seja feita, os cursos sempre deram a alunos carentes de recursos, na medida de suas possibilidades, bolsas de estudo. Aqueles que não passavam por eles não tinham chance alguma. Eletizava-se assim a universidade em termos sócio-econômicos. Só os mais ricos teriam acesso a ela.

A seleção

O Brasil se enquadra entre aqueles países onde há uma redução gradual a partir mesmo da escola primária do número dos candidatos eventuais ao ensino superior. Verificou-se que, de cada 100 crianças que ingressaram no curso primário em 1955, apenas 18 chegaram à 4ª série primária em 1958, das quais 10 ingressaram no ginásio em 1959. Destas, apenas metade concluiu (5,4%) e, tendo ingressado no ciclo colegial, somente 3,9 obtiveram o certificado de conclusão do 2.º ciclo. A universidade, porém, só acolheu 0,9.

Não sendo o ensino primário e médio nem gratuitos, nem universais, a seleção se vai fazendo em termos econômicos; por outro lado, o elevado número de reprovações no ensino primário e secundário efetua também uma seleção que se origina na rigidez do

sistema, pouco preparo do corpo docente e inadequados métodos e técnicas de ensino. Entretanto, ao se atingir o limiar do ensino superior, o número de candidatos ainda é sempre maior que o número de vagas oferecido, particularmente em determinados cursos de maior prestígio social.

O vestibular no Brasil

O Brasil é um país em que o ensino superior descreve da escola média. Para acesso ao ensino superior, opera-se uma seleção através de exames. A comprovação de aprendizagem de nível médio, atestada pelo diploma de que são portadores os candidatos, não é levada em conta; o diploma é considerado um simples documento que dá ao candidato apenas condições legais para submeter-se a provas que, estas sim, atestarão suas condições intelectuais. E não se pode criticar o ensino superior por agir assim. Realmente, no Brasil, os estabelecimentos de nível médio não apresentam um padrão comum. Não se pode dar o mesmo crédito a todas as escolas, não se pode confiar no sistema de notas, porque há uma enorme variação nos critérios de avaliação. Esta situação não é apenas brasileira, é quase de toda a América Latina. Assim sendo, não se pode abrir mão, no Brasil, de um processo de seleção através de exames e provas.

Entretanto, este processo vem tendo no Brasil conseqüências lamentáveis sobre o ensino médio. E isso talvez porque o ensino superior val além de simplesmente

não dar crédito ao diploma da escola média; ele organiza seus exames de acesso, os vestibulares, em bases alheias às características e finalidades da escola média. Coloca-se assim o primeiro problema: as escolas médias estão destorcidas em seus programas e objetivos pelos exames vestibulares e ainda assim não preparam adequadamente para esses exames.

Esses problemas nos levam a considerações sobre a qualidade dos exames vestibulares. Devido aos problemas já anteriormente colocados — descompasso entre número de candidatos e número de vagas, particularmente em determinados cursos — os exames são de caráter altamente seletivo, destinados quase que exclusivamente a reduzir o número de candidatos ao número de vagas disponíveis. São exames que pretendem mais eliminar do que selecionar.

Como escolher

Em outubro de 1967, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras publicou excelente trabalho sob o título *Estabelecimento de uma Política para a Admissão de Alunos no Ensino Superior*, encomendado a uma equipe de especialistas, entre eles os professores Aluisio Pimenta, Oder José dos Santos, Magda Soares Guimarães e Lúcia Mercês de Avelar. Este grupo executivo contou com o inestimável apoio de consultores de alto nível. O documento veio a coincidir com as idéias de outro grupo de professoras PUC/RJ, que havia chegado em suas pesquisas a con-

clusões semelhantes embora não tão ricas em detalhes estatísticos.

Principais fatores que justificam, teoricamente, a necessidade de um critério de seleção ao curso superior: em primeiro lugar, é um imperativo social, na medida em que se torna necessário um relacionamento da formação de profissionais com o mercado de ocupações e as exigências do desenvolvimento do país. Em segundo lugar, o critério de seleção obedece ao que se convencionou chamar direito de talento, deve beneficiar aqueles e apenas aqueles que para ele manifestam vocação legítima, aptidões e condições intelectuais para estudos especializados de alto nível.

Para se atender ao imperativo social, torna-se necessária uma análise sócio-econômica da realidade nacional, de que resultem modificações quantitativas, isto é, nova política de ingresso ao ensino superior, distribuição de vagas mais racional e seleção mais adequada às exigências do país. Em síntese, torna-se necessário o planejamento do ensino que acompanhe o planejamento do desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, para se atender ao direito do talento, torna-se necessária uma modificação qualitativa do vestibular, de modo que este se torne realmente capaz de selecionar os verdadeiramente qualificados e aptos para os estudos de nível superior.

Natureza dos critérios

Os critérios de seleção podem assumir, em linhas gerais, duas formas que, em última análise,

correspondem a dois modelos educacionais que se opõem. No *World Survey of Higher Education*, UNESCO, 1966, afirma-se que, do ponto-de-vista da igualdade e de oportunidades educacionais, durante o período de ensino médio e superior, os países podem ser divididos em dois grupos:

O primeiro grupo inclui países que apresentam um certo complexo de fatores: a preparação para o ensino baseia-se quase que exclusivamente nas escolas secundárias do tipo tradicional em que se dá ênfase à Matemática, Ciência, História e Língua; a admissão ao ensino superior é baseada no exame final administrado por autoridades não pertencentes à escola; a assistência financeira para os estudantes do ensino superior é muito restrita para ser efetiva; o número de professores de tempo parcial no ensino superior é elevado e os estudos de pós-graduação são pouco desenvolvidos.

As características do segundo grupo são contrárias às do primeiro: a educação secundária é geralmente especial e não especificamente orientada para a preparação universitária; a admissão ao ensino superior depende da supervisão secundária; a assistência financeira para os estudantes é grande e importa o pagamento de um bom salário; professores de tempo integral formam uma pequena maioria do pessoal que leciona e há um grande desenvolvimento de cursos de pós-graduação.

A esses dois grupos correspondem os dois tipos de processo de

seleção determinados por Bowles. O primeiro tipo que corresponde ao segundo grupo de países é o processo que procura encorajar estudantes a prosseguir os estudos; o ensino primário e o ensino de segundo grau são gratuitos e universais, programações de orientação ajudam os alunos a, durante a educação de segundo grau, escolher uma especialização. Não há um critério rígido para conferir o diploma de ensino médio, e o acesso ao ensino superior se faz através de critérios fixados e aplicados pelos próprios estabelecimentos de ensino superior.

Nestes países por exemplo — Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia, URSS — cerca de 15% dos jovens do grupo etário correspondente têm acesso ao ensino superior. Exemplo característico deste tipo de modelo educacional e do processo de admissão ao ensino superior é a escola compreensiva norte-americana. O segundo tipo de processo de admissão apresenta como característica a tendência a reduzir gradualmente, por meio de exames e sistemas de aprovações e reprovações, o número de candidatos eventuais ao ensino superior.

Nestes países, entre eles o Brasil, África do Sul, Chile, França, China, Índia, Israel, República Árabe Unida — o ensino primário e o médio não são universais, o programa de preparação ao ensino superior é rigidamente delimitado e controlado pelas universidades. No fim do ensino médio, os alunos devem submeter-se a um *exame* para obter o diploma que lhes dará acesso ao ensino superior. Nestes países, o grupo

de candidatos eventuais ao ensino superior representa apenas 5% do grupo etário correspondente. No primeiro caso, há colaboração e harmonia entre os dois níveis do ensino: o ensino médio, sem fugir às suas finalidades precipuas, procura atender às exigências do ensino superior e preocupa-se com a solução e preparação adequadas dos candidatos a ele. No segundo caso, há verdadeiro divórcio entre ensino médio e ensino superior: este se organiza em seus próprios ermos, enquanto aquele não encontra condições para satisfazer às exigências que o ensino superior apresenta a seus candidatos eventuais.

Em outras palavras, pode-se dizer que, no primeiro caso, o ensino superior deposita um crédito de confiança no ensino médio; confia em que o diploma por este expedido representa realmente um nível razoável de aprendizagem e seleciona — quando a seleção é necessária — os portadores desse diploma em termos de outras exigências, que em geral se prendem ao rendimento ou à atuação do candidato na escola média. É o caso dos Estados Unidos em que, além de outros critérios, a seleção é feita em geral em termos dos critérios obtidos pelo candidato no *high school*, crédito que representa os cursos feitos e as notas obtidas, bem como as atividades desempenhadas na vida escolar.

No segundo caso pode-se dizer que o ensino superior descreve da escola média. Não leva em conta a aprendizagem que teoricamente estaria atestada pelo término do curso médio e submete os candi-

dados à sua própria medida e a seu próprio julgamento. É o que acontece no Brasil. Observe-se que, em última análise o determinante fundamental dessas diferenças é o relacionamento ensino médio ensino superior. Enquanto não houve grande necessidade de seleção, por não haver descompasso entre número de candidatos e de vagas, a admissão ao ensino superior se fazia geralmente em função do diploma do estudo do segundo grau.

Surgindo o descompasso e, como decorrência, a necessidade

de critérios de seleção, estes foram fixados em função das seguintes alternativas: ou se toma por base o diploma expedido pela escola média, acrescentando-lhe algumas exigências (nota mínima por exemplo), ou não se considera o término da escola média como uma comprovação de aprendizagem e submetem-se os candidatos a um exame exterior ao ensino médio e às vezes inteiramente dissociado dele. Dentro deste contexto não se pode deixar de defender o processo de seleção através de exames e provas.

A boa disciplina está intimamente aliada à lealdade. Pode ser definida como a condição mental que leva indivíduos ou grupos a aceitarem espontaneamente a autoridade e a supervisão do chefe.

Do "Jornal do Brasil"

A ESTRATÉGIA E O PODER DA URSS

MARC ULLMANN

Numa confrontação entre vários países pode haver, simultaneamente, dois conflitos-chave. A oposição russo-americana existe sempre, mas não constitui mais o maior antagonismo de onde pode surgir a guerra mundial. O fenómeno dominante, de agora em diante, é a rivalidade sino-soviética.

Nesta nova guerra fria, infinitamente mais odienta e feroz do que a precedente, é a Ásia, e não mais a Europa, que constitui o teatro principal, enquanto a linha de frente traça sobre o mapa-múndi uma gigantesca curva ligando o mar do Japão ao Báltico.

A estratégia revolucionária chinesa, visando solapar os próprios fundamentos do império moscovita, a URSS responde com uma manobra clássica de cerco da China. Assim é que Moscou, após haver tentado assegurar-se a passagem através do canal de Suez e de se ter implantado no subcontinente indiano, esforça-se em compor uma aliança exclusiva com Hanói e em renovar a amizade com a Coreia do Norte.

De seu lado, a China procura fazer frente às iniciativas soviéticas na Coreia e no Vietnã, semear os fermentos da revolução na Índia e embaraçar o jogo do Kremlin no Oriente Médio. Presente na Europa, graças à Albânia e mesmo à Romênia, visa, de outro lado, perturbar a ordem existente na Europa Oriental.

Os americanos assistem de camarote. Não são mais os policiais do mundo. Talvez venham a se transformar nos conciliadores.

A revista americana *Time* consagrou Richard Nixon como o homem do ano de 1971. Nove franceses entre 10, de acordo com uma pesquisa, acreditam que 1972 verá aumentar o poder da China. Edward Heath saúda o anúncio de uma nova ordem internacional, onde a Europa Ocidental se

tornará um poder inteiramente à parte. Tudo isto é sedutor. Mas, se fosse falso?

Será que a agitação diplomática do Presidente Nixon não constitui senão uma cortina de fumaça publicitária por trás da qual se esconderia um refluxo histórico da influência america-

na? Não será a China, a curto prazo, apenas um dragão de papel? Não será a Europa senão um sonho?

O poder soviético

O que é certo é que, em 1972, 10 anos após a crise de Cuba, em que Krushev teve de ceder perante Kennedy, a União Soviética se tornou a principal potência militar do mundo. Em 1962, ela tinha à sua disposição 70 mísseis nucleares de longo alcance.

Nenhum deles era subterrâneo. Todos eram vulneráveis. Hoje, mais de 1.500 mísseis estão escondidos em silos de concreto sob o solo da URSS. Ou seja um terço mais que nos Estados Unidos.

A Rússia dispõe igualmente de 20 submarinos nucleares. Seus navios percorrem todos os mares do mundo. Ela tem mais de 3 milhões de homens armados. Mantém guarnições na Polónia, Hungria, Alemanha Oriental e Tcheco-Eslováquia; 16 mil de seus conselheiros estão acampados no Egito, e acaba, graças a uma ajuda militar maciça, de tomar pé na Índia de Indira Gandhi.

Os Estados Unidos, por sua vez, não estão desarmados. Seu potencial é suficiente para dissuadir os soviéticos de qualquer ação agressiva contra eles. Mas os Estados Unidos estão cada vez mais absorvidos com seus próprios problemas, com seus jovens, com seus negros, com suas cidades.

Arthur Goldberg, ex-Emissário americano nas Nações Unidas, declara: "Nossa maior tarefa

consiste em colocar em ordem nossa casa." E Henry Kissinger, o muito influente assessor especial do Presidente Nixon, acrescenta: "Ninguém pode exigir ao Governo americano que assuma, em toda parte e o tempo todo, a responsabilidade primordial pelas decisões mundiais."

Kissinger deseja o estabelecimento de um "concerto das principais potências", onde os Estados Unidos desempenhariam um papel essencial, mas não predominante. Esta atitude, avalizada pelo Presidente Nixon, deixa uma grande margem de manobra à União Soviética.

Liberdade de movimentos

Apesar de seu regime policial ou por causa dele, a URSS tem mais liberdade de movimentos no domínio da política externa do que os países democráticos. Uma distribuição arbitrária da receita nacional permite também dar maior prioridade às armas do que à manutenção. François Duchene, diretor dos Estudos Estratégicos de Londres, afirma: "A URSS reage aos acontecimentos mundiais com os reflexos de um Estado, muito mais do que com os de uma sociedade, enquanto os Estados Unidos fazem o contrário.

Esta força soviética singular, entretanto, não parece quase inquietar os franceses, nem, de resto, os ingleses ou os alemães. A grande maioria da opinião pública ocidental se tranqüiliza com a idéia de que nem o Vietnã nem no Oriente Médio, nem em Biafra, nem mais recente-

mente, na Índia, as grandes potências se confrontaram diretamente. Tudo se passa como se a guerra, daqui por diante, fosse um negócio de pobres e que os detentores das armas nucleares tivessem aprendido até onde podiam se permitir ir.

É assim que a sabedoria popular no Ocidente tem como certo que os russos se mostrarão razoáveis, não se lançando numa guerra contra a China. Considera igualmente como evidente que a rivalidade sino-soviética é suficiente para ocupar a URSS, e a constrange, por conseguinte, a se acomodar com o Ocidente. Infelizmente, o primeiro destes dois postulados não é forçosamente verdadeiro. E o segundo é quase forçosamente falso.

O fato de a guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética não ter degenerado em guerra quente não prova que as potências atômicas sejam, por definição, prudentes. Os Estados Unidos e a União Soviética não possuem fronteiras comuns nem ódios herdados do passado. Seria preciso, por conseguinte, uma singular aberração ideológica para que estes dois países viessem a lutar.

Mas, com a União Soviética e a China, é o contrário. Seu conflito mergulha as raízes nas próprias fontes da História e da raça. E se apóia na maior fronteira do mundo. Nada demonstra que ela se poderá resolver com simples ameaças verbais. O Governador de Tóquio, Ryokichi Minobe, regressou na semana passada de Pequim. "Mostraram-me", disse ele, "abrigos subterrâ-

neos e me disseram que estes abrigos tinham capacidade suficiente para toda a população da cidade".

A ameaça e a tentação

Sabe-se, hoje, em todo caso, que em 1969, os dirigentes soviéticos estiveram a ponto de se lançar numa guerra preventiva contra a China. Piotr Chelest, o poderoso secretário do Partido Comunista da Ucrânia, apoiado por cerca de um terço dos membros do Politburo, era partidário da eliminação de uma só vez do potencial nuclear chinês antes que este se tornasse uma verdadeira ameaça.

Leonid Brejnev se pronunciou contra esta aventura. A seus olhos, como aos da maioria do Politburo, a União Soviética se arriscava, apesar de sua superioridade militar, a envolver-se numa verdadeira guerra de Cem Anos. Nada indica que Brejnev tenha mudado de opinião. Mas a verdade é que o problema foi apresentado uma vez e que ninguém pode jurar que não será suscitado novamente.

A probabilidade, entretanto — os peritos americanos, europeus e japoneses concordam quase unanimemente neste ponto — é de que a União Soviética saberá resistir à tentação. Mas, não será para cruzar os braços. A política aplicada pela URSS consiste, como o demonstra o mapa acima, elaborado pelo coronel Michel Garder, em tentar cercar a China numa rede de pactos e alianças firmados com todos os seus vizinhos.

A ironia da situação é que esta política aplicada por Brejnev em relação à China é rigorosamente idêntica àquela aplicada pelos Estados Unidos em relação à União Soviética, ao tempo da cruzada anticomunista do Secretário de Estado John Foster Dulles.

O Primeiro-Ministro chinês, Chou En-lai, acaba de conceder uma entrevista ao semanário inglês, *The Sunday Times*. Ele salienta ali que os Estados Unidos, nos anos 50, se aproveitaram de sua guerra fria com a URSS para se tornar donos de todas as "zonas intermediárias" da Europa Ocidental e do Sudeste da Ásia. Os americanos aplicavam uma política tanto mais ativa porquanto desejavam aproveitar-se do lapso de tempo em que sua superioridade militar parecia incontestada.

A lógica e a estratégia

Esta análise é sutil. Ela vale também, ou melhor ainda, para a União Soviética de hoje. Supondo-se, com efeito, que a URSS tenha realmente renunciado a empreender uma guerra preventiva contra a China, ela tem diante de si 10 a 15 anos antes que seu adversário se torne uma potência nuclear importante.

A lógica e a estratégia lhe impõem utilizar-se deste prazo para assegurar sua influência sobre as "zonas intermediárias". O que quer dizer que, longe de ter uma política passiva na Europa, a URSS vai ali realizar uma política das mais ativas.

Brejnev é um personagem complexo. Ele evidenciou, em sua juventude, uma brutalidade integral contra os pequenos proprietários de terra, os *kulaks*, de sua Ucrânia natal. Ele não apresenta, contudo, nenhum dos caracteres neuróticos dos grandes conquistadores ou ditadores. Gostando de comer e beber bem, amando o chiste, os carros e a dança, é um homem que compreende que a melhor utilização da força pode consistir mais em sua exibição do que em sua aplicação. Assim, seu objetivo não parece ser a conquista militar da Europa Ocidental.

Basta-lhe assegurar-se de que a Alemanha, a Grã-Bretanha e a França não têm outra escolha senão empreender uma política de acordo com seus desejos. De resto, mesmo imaginando-se — o que não seria o caso — que os Estados Unidos assistiram como espectadores à conquista da Europa Ocidental pela União Soviética, duas considerações importantes bastariam para deter Brejnev.

De uma parte, os russos já mal podem atuar como a polícia nos países-satélites, e não desejarão policiá-los mais 200 milhões de europeus recalcitrantes. De outra parte, se a Europa inteira passasse a seu controle, os soviéticos não teriam mais razão de se oporem à reunificação de uma Alemanha, daí em diante, comunista. Ora, não mais hoje do que ontem, desejam eles enfrentar um país tão forte e tão dinâmico que, dentro em pouco, apareceria como um rival.

A dúvida e a "détente"

O jogo soviético no Ocidente é, pura e simplesmente, a aplicação da velha máxima que aconselha dividir para reinar. Um professor soviético, especialista em matéria de estratégia, explicou ao *L'Express* a política seguida por seu país. "O objetivo", diz ele, "é evitar que se forje uma união política da Europa Ocidental que, um dia, pudesse criar uma força nuclear."

Segundo ele, a manutenção de uma presença militar americana no velho continente é, para a União Soviética, um mal menor. Sobretudo se esta presença aparece incerta, aleatória e sujeita a dúvidas.

"Imaginemos", prossegue o professor, "uma situação na qual haja dúvida quanto à vontade americana de bater-se na Europa em caso de conflito. Esta dúvida seria suficiente para fazer a União Soviética refletir. Mas, isto não a incomoda, pois ela não visa a conquista. Em compensação, os países da Europa Ocidental enfrentarão esta mesma dúvida de maneira diferente e, para se prevenir contra a possibilidade de inação americana, procurariam apaziguar Moscou."

É uma tal situação que Brejnev considera como a mais propícia à forma de *détente* que procura: todos os dirigentes da Europa Ocidental o cortejariam; e a Europa, contrariamente a uma fórmula célebre, passaria a ser dos Urais ao Atlântico.

No espírito dos dirigentes soviéticos, a Conferência de Segu-

rança e Cooperação Européia, que poderia realizar-se este ano, ou, o mais tardar, no próximo ano, deveria criar instituições permanentes, que permitissem à União Soviética exercer um certo direito de vigilância sobre a política adotada pelos ocidentais.

Se o Mercado Comum, por exemplo, quisesse negociar um acordo de associação com Portugal, o delegado soviético no seio do Comitê Económico Pan-Europeu poderia exigir uma discussão prévia da questão. Um procedimento idêntico, com maior razão, se aplicaria, se a Europa Ocidental alimentasse o projeto de estabelecer uma comunidade de defesa.

Mísseis e caçarolas

Neste jogo de astúcia entre o Ocidente e o Leste, a única força dos países europeus é económica. Cinquenta e cinco anos após a Revolução de Outubro, a URSS não conseguiu, com efeito, fazer decolar as indústrias mais banais. As explorações dos Sputnik coexistem, na União Soviética, com uma penúria de caçarolas. E o conjunto da política soviética é afetado pela necessidade de investir na Sibéria mais de 50 bilhões de francos por ano durante pelo menos 10 anos.

Pompidou sabe que o comércio é arma de paz e vê nele uma promessa. Mas, não ignora que, na competição das nações, os mísseis pesam mais que as caçarolas. Também o Presidente

da República volta as costas decididamente à política degaullista sobre um ponto essencial: declara abertamente desejar a manutenção das forças americanas na Europa.

O Chanceler Willy Brandt, Prêmio Nobel da Paz em 1971, não é suspeito de objetivos agressivos em relação aos países do Leste, com os quais procura reconciliar-se. Entretanto, de regresso da Criméia, onde se encontrara com Brejnev, em setembro, escreveu a Pompidou para lhe confirmar quanto, a seus olhos, lhe parecia urgente avançar no caminho da união, não só econômica, mas também política da Europa Ocidental.

No momento — e este instante pode durar — a URSS tem os trunfos. O único que lhe falta é o político. Pois os Estados Unidos tiram certo proveito de seu relativo apagamento. Quando eram os policiais do mundo, eram universalmente detestados. Ao invectivar contra eles, De Gaulle tinha certeza de que suas palavras seriam ouvidas com júbilo nos quatro cantos do mundo. Fazia o papel de um Davi corajoso enfrentando um Goliás onipresente. Hoje, Goliás volta

à casa. Seria ridículo lançar-lhe pedras.

Certos países do Terceiro Mundo já se inquietam mais com as ambições soviéticas e chinesas do que com o imperialismo americano. Em 1971, uma revolta maoísta eclodiu no Ceilão contra um Governo pró-soviético. A rebelião foi, pelo menos provisoriamente, dominada, teoricamente em benefício dos soviéticos. Mas é para os ocidentais que o Governo de Colombo apela na maioria de suas iniciativas exteriores.

Assim, os soviéticos, no exato momento em que acabam de conseguir um sucesso incontestável na Índia, podem julgar quanto é difícil controlar as "zonas intermediárias." Os americanos aprenderam a lição por ocasião de sua passada supremacia. Tentam abandonar a primeira linha e assegurar sua substituição por seus ricos aliados da Europa Ocidental e do Japão. Um tal mundo *multipolar* virá certamente no futuro. Mas não pode ser construído nem num dia, nem num ano. Enquanto aguardamos, é preciso viver perigosamente. A Rússia dispõe de um força sem igual.

Do "Jornal do Brasil"

OS CAMINHOS ATÉ A BOA VIZINHANÇA

O reconhecimento da Independência da Argentina foi uma das heranças que o Brasil recebeu de Portugal. Mas nesse espólio vieram também quase 300 anos de divergências entre portugueses e espanhóis, por questões de fronteiras, que levaram a duas guerras e a século e meio entremeado de períodos cordiais e animosos.

Os homens habilidosos que manejavam a diplomacia portuguesa, especialmente depois que a Corte se transferiu para o Rio, pouco fizeram para aplinar as áreas de atrito com as províncias do Prata. Essas questões se refletiram em 60 anos de relações brasileiro-argentinas, até o General Roca buscar uma aproximação definitiva, baseado no princípio de que "nada nos divide e tudo nos aproxima".

Causas primeiras

Os atritos da primeira fase foram todos na disputa da Província Cisplatina ou Banda Oriental do Uruguai. A questão era antiga. Em 1680, violando o disposto na bula Inter Caetera, do Papa Alexandre VI, que dividia terras não descobertas entre Portugal e Espanha, os portugueses se estabele-

ceram na Colônia do Sacramento. Tropas espanholas, deslocadas de Buenos Aires, não tardaram a expulsá-los.

Um ano depois desse episódio os dois países firmam o tratado de Lisboa e Portugal adquire o direito de ocupar a colônia, decisão confirmada pelo Tratado de Utrecht, em 1715. Entretanto, um novo acordo, firmado pelos dois reis em Madri, em 1750, fixa que é espanhola a ribeira Norte do rio da Prata e adjacências.

Quando as tropas de Napoleão invadiram a península, destronaram na Espanha Fernando VII e obrigaram a mudança da família imperial portuguesa para o Brasil, a província Cisplatina voltou à ordem do dia. O Conde de Linhares, chefe do Gabinete de Dom João VI, dirigiu a política portuguesa para a conquista de todos os rios do Prata, baseado no fato histórico de que Dona Carlota Joaquina, mulher de Dom João, era herdeira direta de Carlos IV e aspirante legítima ao Vice-Reinado do Prata.

Política dúbia

O Conde de Linhares começou então a desenvolver uma política ambígua em relação aos revoltos-

sos argentinos. Se por um lado fomentava a revolta pela Independência, por outro concentrava tropas na região das Missões e na Província Cisplatina.

Temerosos de uma intervenção portuguesa, os revoltosos argentinos fizeram uma sondagem junto à Corte do Rio. A 30 de janeiro de 1811 o Conde de Linhares informa à junta que governava as províncias argentinas que Portugal não se meteria em assuntos de Espanha, mas evitaria que a guerra civil cruzasse suas fronteiras.

A resposta não correspondeu aos fatos. Os portugueses intensificaram a concentração de tropas na área de Jaguarão, dispostos a invadir a Cisplatina onde José Gervásio Artigas, aliado aos argentinos, combatia aos espanhóis. A junta argentina mandou então ao Brasil Manuel de Sarateá que, com a ajuda do Embaixador inglês Lorde Strangford, tentou encontrar uma fórmula que evitasse a invasão.

O Conde de Linhares propôs um acordo com base em quatro pontos: a) — pacificar a Cisplatina sob o governo de Francisco Javier Elío, então Vice-Rei das províncias do Prata; b) — fazer com que os revoltosos levantassem o bloqueio de Montevideu; c) — suspender as hostilidades contra o Paraguai que se negava a aderir às Províncias Unidas do Rio da Prata e d) — nomear delegados para discutir com a Espanha os problemas da região.

A junta tardou a responder à proposta transmitida por Sarateá e o Conde de Linhares determi-

nou a invasão do Uruguai. Um exército sob o comando do General Candido Xavier de Almeida e Souza tomou Montevideu e exigiu o banimento de Artigas, no prazo máximo de três dias. O triunvirato uruguaio se recusou a aceitar o ultimato e o general português decidiu acampar no Uruguai por tempo indeterminado.

A invasão e ocupação da Cisplatina provocou imediatos protestos no Rio. Os representantes de Espanha e Inglaterra, Marquês de Casa Irujo e Lorde Strangford, pressionaram Dom João VI. O Governo português resolveu então mandar a Buenos Aires o tenente-coronel João Rademaker, que foi recebido como hóspede oficial.

A 26 de maio de 1812, João Rademaker firmou com o Ministro interino das Relações Exteriores, Nicolás Herrera uma convenção de armistício que recebeu de imediato a tutela da Inglaterra. A convenção foi o reconhecimento tácito, pelo Governo português, da Junta argentina. O acordo estabeleceu uma paz que, embora precária, se prolongou até 1816.

Segunda invasão

Com a continuação do movimento liderado por Artigas no Uruguai, as tropas portuguesas, comandadas pelo General Carlos Frederico Lecor, voltam a penetrar no país. Juan Marín de Pueyrredón, diretor-supremo do Congresso de Tucumã, mandou dois emissários, Florencio Terrada e Miguel Irigoyen, pedir explicações ao General português, pois

considerava a entrada de tropas em solo cisplatino uma violação do tratado de 1821.

A resposta de Lecor foi incisiva. Vinha em nome de seu Rei, "recobrar o que em outros tempos ele possuía". Assegurava que não estava violando o armistício, pois Artigas se recusara a aderir às Províncias Unidas do Rio da Prata e se dispunha a manter o Uruguai independente. Pueyrredón quis enviar tropas em auxílio de Artigas, mas as vitórias de Lecor em Maldonado e a tomada de Montevideu não permitiram a intervenção argentina.

Havia outra razão para a Argentina não intervir. O representante argentino no Rio, Manuel José García, informava a seu Governo, a partir de 1815, que a incursão do Exército português no Prata não tinha objetivo de anexação, mas pretendia evitar que o movimento de Artigas adquirisse adeptos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde já se esboçavam desejos separatistas.

Delgado de Carvalho reconhece que a penetração do General Carlos Frederico Lecor tinha, de início, objetivos expansionistas. O argentino Vicente Quesada é da mesma opinião e adianta que a verdadeira missão do General invasor era organizar uma capitania portuguesa na Província Cisplatina. Os fatos posteriores confirmaram os propósitos da Coroa portuguesa, fortalecidos depois que em 1815, os Bourbon foram restaurados na Espanha. Lisboa temia que um poderoso bloco político espanhol, apoiado pela França, se formasse no Sul do

continente. Por isso manteve a ocupação até que o Congresso, reunido por Lecor em Montevideu, decidiu pela incorporação da Cisplatina ao império português.

Relações regulares

A 16 de abril de 1821 Portugal reconheceu oficialmente a Independência da Argentina. Dom João VI designou João Manuel de Figueiredo representante da Coroa em Buenos Aires. A 23 de julho o diplomata apresentou credenciais, comunicando que os habitantes das províncias platinas seriam tratados, no Brasil e Portugal, "com toda a consideração que aí gozam as outras nacionalidades". Mas suas gestões se restringiram à captura dos desertores do bergantim Real Pedro e a providência de ordem burocrática, pois morreu cinco dias após assumir o cargo.

A Independência do Brasil foi aplaudida no Prata. Bernardino Rivadavia, então Ministro das Relações Exteriores das Províncias, despachou para o Rio, em 24 de julho de 1832, o presbítero Valentin Gomez com a missão de tentar a evacuação das tropas brasileiras do Uruguai. Deveria também gestionar para que o Governo de Dom Pedro I reconhecesse a Província Cisplatina como parte integrante do território das Províncias Unidas do Rio da Prata. Antecipando-se ao emissário argentino, José Bonifácio mandara ao Prata Antônio Manuel Correia da Câmara. Esse gaúcho, que pertencera ao Exército português e ao de Napoleão, que viajara a Eu-

ropa e a Índia, que conhecia Buenos Aires, que em Lisboa tomara parte em motins contra a Coroa e que no Rio era panfletário da facção andradina, levava uma missão das mais difíceis. Deveria gestionar um tratado ofensivo e defensivo com as províncias do Prata, mas recebera ordem expressa de não falar sobre a situação da Província Cisplatina.

As gestões de Correia da Camara foram inteiramente infrutíferas; resultaram também inúteis as que Valentin Gomes desenvolveu no Rio. O fracasso das negociações levou a um rompimento de relações e tornou iminente uma guerra entre Brasil e Argentina em disputa do Uruguai.

Primeiro confronto

Em abril de 1825 a expedição dos 33 Orientales, chefiada por Jan Antonio Lavalleja, desembarcava na praia de Agraciada, em Colônia, iniciando uma campanha contra as tropas de ocupação que ganhou rápida e ampla adesão. O Governo provisório uruguaio, eleito na assembléia de Pedra Alta, designou Javier Gómenzoro deputado ao Congresso Constituinte reunido em Buenos Aires. A Constituinte proclamou a incorporação da Província Oriental "à República das Províncias Unidas do Rio da Prata, a quem por direito pertencera e quer pertencer, obrigando-se à sua defesa e segurança".

O reconhecimento implicava declaração formal de guerra. O Governo de Buenos Aires buscou uma aliança militar com o Peru para um confronto com o Brasil,

"levando, se for preciso, a guerra e a insurreição ao centro mesmo do Império, para aniquilar em seu berço a política ignominiosa que ameaça as liberdades de todas as Américas".

A Argentina deu total apoio às tropas de Lavalleja. A 10 de dezembro de 1825 um decreto imperial reconhecia o estado de belligerância com a Argentina. O insucesso das armas imperiais, em Sarandí e Passo do Rosário, que terminaram com a invasão das Missões, contrastaram com êxitos sucessivos da diplomacia imperial.

A Inglaterra aceitara, desde o começo das hostilidades, por solicitação do Ministro das Relações Exteriores argentino, Manuel Gárela, funcionar como mediadora da questão. Lorde Ponsonby, que negociava o acordo, não o fazia gratuitamente: tinha temores fundados de que o Brasil se aliasse à França, garantisse o domínio na Província Cisplatina e prejudicasse com isso os interesses da Inglaterra no Prata. Apesar da inicial intransigência dos dois Governos, Tomás Guido, enviado argentino, e o Marquês de Queluz, representante do Brasil, acertaram um acordo que punha fim à guerra e concedia independência ao Uruguai.

— Pusemos um algodão entre dois cristais — afirmou Lorde Ponsonby no ato da assinatura do tratado. E Vicente Quesada, examinando a situação do ponto de vista argentino, garante que a neutralização do Uruguai foi uma medida "prudente e necessária então e uma garantia de paz agora".

A era de Rosas

Os 20 anos do Governo de Juan Manuel Rosas, na Argentina, foram de difíceis relações com o Brasil, com choques e atritos que culminaram na intervenção brasileira em apoio a José Justo Urquiza e a deposição do ditador.

Delgado de Carvalho aponta os três pontos fundamentais da política exterior de Rosas: a) — incorporar a Banda Oriental pela conquista e pela anulação da Convenção de 1828; b) — neutralizar a política imperial no Prata, por meio de intrigas diplomáticas, de suborno e de espionagem, fomentando a rebeldia nas províncias sulinas e c) — manter fechado o acesso do Paraná à navegação internacional através da ocupação da ilha de Martín García.

Ramón Cárcano, citado por Ruiz Moreno, afirma que o Império, por seu turno, aplicava um critério oportunista e utilitário em sua conduta. "Prudente e cauteloso, escorregadio, variava de atitudes e procedimentos segundo as circunstâncias, mas conservava inalterável sua orientação política e agia com plena segurança." Revela que o Governo brasileiro instruiu seu Embaixador no Uruguai: "Se Rosas continuar seus preparativos bélicos, manifeste ao Governo que o Brasil se declara seu aliado."

Já Vicente Quesada, citado na mesma fonte assegura que Rosas promoveu a tempestade no momento em que cessava a intervenção anglo-francesa no Uruguai. Acrescenta que "a preocupação do Governo brasileiro era

impedir a formação de um Estado poderoso por sua extensão territorial que pudesse desequilibrar o poder do Império. Para impedi-lo, necessitava manter a independência do Paraguai e a República Oriental e, quanto à intervenção na política interna de seus vizinhos não o fazia senão para preservar o Império de eventualidades futuras."

E Delgado de Carvalho, citando Heltor Lira, expressa a mesma opinião: "Jamais interviemos no Prata que não fôssemos levados, ou pela necessidade de defender nossas fronteiras contra os excessos dos revolucionários que constantemente as ameaçavam, ou por um firme e sincero desejo de pacificar aqueles países, restituindo-lhes a liberdade e a segurança de que tanto necessitavam."

Fim das dúvidas

Até 1949 o Brasil manteve uma política vacilante em relação ao Prata, embora intransigente nos princípios básicos. Foi quando Paulino José Soares de Sousa assumiu a Pasta dos Negócios Estrangeiros que a posição se modificou. O General Justo José Urquiza, Governador de Entre Rios, começou a organizar o levante para depor Rosas e obteve imediato apoio dos Governos brasileiro e uruguaio. A 21 de novembro de 1851 foi firmada uma convenção tripartite estabelecendo que a guerra seria contra Rosas e não contra a Confederação. As forças brasileiras e uruguaias, pelo tratado, funcionariam como auxiliares das argentinas e o Brasil se comprometia a emprestar a

Entre Rios e Corrientes 100 mil patações mensais, durante quatro meses, que o Governo que sucedesse Rosas deveria reconhecer como dívida da Confederação Argentina.

A 23 de dezembro um Exército de três nacionalidades, com 28 mil homens, comandado por Urquiza, atravessou o rio Paraná e marchou sobre Buenos Aires. A 3 de fevereiro, em Caseros, além do arroio Morón, deu-se o choque decisivo. Rosas derrotado asilou-se na Embaixada inglesa e seguiu para a Inglaterra onde morreu pouco depois.

Da derrota de Rosas resultaram atendidas todas as pretensões do Brasil. Uruguai e Paraguai foram reconhecidas como nações independentes e, segundo Ruiz moreno, em todos os tratados a Argentina foi totalmente prescindida. "E, o que é mais grave, foi firmada uma aliança para assegurar a independência dos dois Estados contra qualquer dominação estrangeira, que não podia ser outra que a de nosso país", queixava-se Moreno.

Guerra a López

Mas a Argentina continuava revolta. Buenos Aires e a Confederação não se entendiam e Urquiza pediu a mediação do Brasil, que falhou na intransigência dos dois lados. O Império, nas questões posteriores, guardou prudente neutralidade.

A 7 de março de 1866, Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, e o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Juan María Gutiérrez, firmaram

o Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países. Ratificava os acordos anteriormente assinados entre Argentina e Brasil e, por inspiração brasileira, dedicava vários artigos à sacramentoção do direito de navegação nos rios do Prata.

Quando Francisco Solano López iniciou, a 16 de outubro de 1865, atividades bélicas contra o Brasil com a apreensão do navio **Marquês de Olinda**, a Argentina procurou manter-se neutra. Em janeiro de 1865 o Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, foi a Buenos Aires conferenciar com o Ministro do Exterior argentino Rufino de Elizalde e obteve a resposta de que a Argentina não se intrometeria na guerra.

Mas a situação durou pouco. Quase imediatamente o Paraguai pediu permissão à Argentina para cruzar a Província de Corrientes e atacar o Brasil no Rio Grande do Sul. O Governo de Buenos Aires negou-se a atender a solicitação. A 18 de março as tropas de Solano López invadiam o território argentino e apreenderam os navios que subiam o Paraná.

A 1.º de maio de 1865 Brasil, Argentina e Uruguai firmaram o Tratado da Triplice Aliança, talvez o documento mais importante na História da diplomacia do Prata. O tratado era secreto — por inspiração da diplomacia brasileira, segundo Estanislao Zeballos — e estabelecia que os três signatários só deporiam armas quando "fosse derrotada a autoridade atual do Governo paraguai."

O acordo foi cumprido à risca, até a morte de Solano López, mas os interesses brasileiros nem sempre coincidiram com os argentinos durante e depois da guerra. As divergências foram porém solucionadas, é claro que nem sempre contentando a ambos os lados, e os historiadores argentinos manifestam, não raro ressentimentos por terem seus diplomatas se deixado envolver pelos homens habilidosos que dirigiram a diplomacia do Império.

As fronteiras

Brasil e Argentina demandaram até 1941 sobre questões de fronteira, demarcando áreas que ambos os países reivindicavam como suas. As discrepâncias receberam sempre tratamento pacífico e os Governos acabaram acatando as decisões das diversas comissões mistas que, durante quase um século, esmiuçaram os problemas fronteiriços.



O culto à tradição, a lembrança das virtudes e feitos gloriosos de um povo forjam e estruturam a força viva de uma nação.

FAO PREVÊ UM MUNDO SEM ÁGUA EM 30 ANOS

Um trabalho realizado pela Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) revelou que grande parte do mundo ficará sem água em 30 anos. O órgão da ONU diz em seu estudo que grande parte dos Estados Unidos, Europa Oriental e Ocidental, Antilha Maior, parte do planalto do México, a área central da Região Oeste da Argentina e o Nordeste do Brasil correm perigo de escassez total.

O relatório adverte que a falta de água "é o fator mais importante na limitação do desenvolvimento da sociedade humana". Para evitá-la, a FAO anuncia uma série de propostas, incluindo um plano para a redistribuição da vida na face da Terra. O plano do técnico grego Constantinos Doxiadis dividiria o mundo em três regiões: a Natural, a Agrícola e a Urbana.

SOLUÇÃO

Segundo Doxiadis, a região Natural compreenderia cerca de 50 por cento da Terra e incluiria bosques, desertos, montanhas e planícies. Esta região produziria água para as outras duas. A área Agrícola cobriria 45 por cento da superfície terrestre. Seria uma região mecanizada e autorizada para fornecer comestíveis à terceira região. O grego acredita que a zona Agrícola teria uma população de 2 bilhões de habitantes dentro de um século.

A região Urbana ou Ecumenópolis, a Cidade Universal, concentraria 19 bilhões de pessoas em apenas 5 por cento da superfície habitada, e receberia água da região Natural e ali-

mentos da região Agrícola. Doxiadis prevê a localização da Ecumenópolis às margens dos mares, rios e lagos.

O estudioso considera que, desta maneira, seria solucionado o problema da escassez de água e com'da tendo em vista a explosão demográfica. Acredita-se que a população mundial será seis vezes maior que a atual até a metade do século XXI.

A FAO adverte que a carência de água será sentida bem antes disso já que "a exploração excessiva da Terra, a urbanização e a população agravam ainda mais o problema."

O relatório critica o uso abusivo de herbicidas e inseticidas, mencionando especialmente a utilização de produtos químicos em grande escala no Sudeste dos Estados Unidos.

O órgão calcula que a população urbana aumentará numa proporção de 2,9 por cento ao ano enquanto as necessidades de água aumentam em 4,1 por cento para o mesmo período. "A urbanização, acrescenta o relatório, exige grandes quantidades de água, que é contaminada, precisamente, por este mesmo processo." O estudo diz ainda que no fim deste século "a vida urbana será a forma de vida geral da humanidade em todas as partes do mundo."

O trabalho da FAO considera antieconômica a dessalinização da água do mar. Observa, entretanto, que o custo de um metro cúbico de água obtido por este processo baixou de um dólar (Cr\$ 5,8) em 1952 para 33 centavos de dólar (Cr\$ 1,90) atualmente.

PALESTINOS: UM POVO CONDENADO À MORTE

Hussein, de pequena estatura, mas grande coragem pessoal, quando agiu contra as guerrilhas não foi a primeira vez que desafiou o mundo árabe. Antes da Guerra dos Seis Dias, ele estava em oposição ao então todo-poderoso Nasser. Recentemente, apesar de todas as pressões do Cairo, de Damasco, da Líbia e do Kuwait, recusou-se a despedir o seu Primeiro-Ministro, Wasfi Tell.

As últimas informações indicam que o Rei reassumiu realmente o total controle da Jordânia. Os guerrilheiros que existiam estão mortos, detidos ou escaparam para os países vizinhos, Israel inclusive. Ele agora tem as mãos livres para tentar a reconstrução do país ou para o que seria um próximo passo lógico, o de tentar entender-se com Israel.

Não se considera provável, porém, que o monarca pense na paz com Israel antes que haja maior progresso nos contatos entre o Cairo e Jerusalém. Ele não quer ser o primeiro a aceitar como normal a existência do Estado judeu. Sendo o mais realista dentre todos os líderes árabes, ainda não o é o suficiente para acreditar que o Estado judeu está aqui para ficar, simplesmente porque ainda terão de se passar muitos anos e o mundo árabe terá de vencer inúmeras etapas em seu desenvolvimento político e econômico até poder enfrentar com possibilidades de sucesso as forças israelenses.

A vitória de Hussein sobre as guerrilhas não surpreendeu os meios militares. A Legião Árabe de Amã é o mais disciplinado Exército árabe, o que dispõe do melhor comando e de uma tradição ininterrupta de espírito de coesão e eficiência. Os exércitos dos demais países árabes têm passado por inúmeros expurgos entre sua oficialidade, que na sua maioria é inexperiente e pouco preparada.

A tragédia das guerrilhas palestinas resultou de um mútuo e duplo erro de apreciação. Hussein concordou que elas se instalassem em seu território e que os *jeddáyin*, ou homens do sacrifício, partissem da Jordânia contra Israel, tanto para evitar que a geografia resultante de 67 se eternizasse, como por acreditar que a guerrilha jamais agiria contra Amã. A liderança guerrilheira pensou que a boa vontade do Rei fosse sinal de fraqueza e viu a possibilidade de tentar a conquista do poder. Os choques que ocorreram no passado, inclu-

sive a guerra civil de setembro de 1970, só poderiam ter culminado num confronto decisivo. Não se esperava, porém, que ele tivesse lugar tão cedo. É provável, porém, que a ordem de agir, dada aos beduínos, tivesse sido apressada pelo atentado contra o Rei Hassan, do Marrocos.

Uma vez iniciada a batalha, jamais se duvidou de seus resultados. Os exércitos de Hussein somam 70 mil homens excepcionalmente bem armados; as guerrilhas ativas totalizavam 3 mil homens. Os palestinos, em virtude dos chamados acordos de Amã e do Cairo, assinados no ano passado e em vigor, depois que os choques entre os beduínos e guerrilheiros se tornaram freqüentes, estavam concentrados numa só região, dentro e ao redor da velha cidade romana de Jeresh.

As guerrilhas, na verdade, jamais se constituíram numa força militar. Agiram contra Israel mais como terroristas e nunca passaram para a etapa seguinte, prevista e recomendada nos manuais dos guerrilheiros: o confronto com forças militares do inimigo; nas vezes em que se deparavam com tropas locais, de modo geral, pequenas patrulhas emboscadas à espera de infiltradores, levaram a pior. Haveria em Israel cerca de 4 mil guerrilheiros presos, número igual ou superior ao daqueles em liberdade em todos os países árabes.

Os terroristas tiveram alguns êxitos dentro de Israel, principalmente contra objetivos civis. Só fizeram, com isso, fortalecer a decisão da população local de exigir que as futuras e primeiras fronteiras reconhecidas do país sejam naturalmente seguras. As massas árabes, até o momento em que Jerusalém abriu as suas fronteiras às visitas de árabes de todos os países, tenderam a acreditar nas incríveis mentiras propagadas sobre as ações guerrilheiras contra o inimigo sionista. Há muito, porém, que não mais se deixam impressionar, pois acabaram ouvindo ou vendo a verdade.

A guerrilha, porém, vestindo a roupagem de herói, concebida pelo espírito teatral de Iassir Arafat, seu líder mais conhecido, passou a agir também nos territórios árabes onde vivia. Ninguém estava seguro em Amã, onde a guerrilha invadia lojas, indústrias ou residências sempre que queria ou julgava necessitar de algo: dinheiro, comida ou mulheres. Nas proximidades das fronteiras israelenses, onde a penetração das guerrilhas resultou em violentas reações dos habitantes locais, a população também passou a lhe negar ajuda. Ninguém confia nos derrotados. Na Jordânia, Hussein teve rápido sucesso contra as guerrilhas, porque faltava ao movimento aquilo que Mao Tsé-tung chamou de "água para nadar".

Mas não se pode dizer que o movimento palestino esteja extinto. Poderá ser reativado a qualquer momento, tudo dependendo dos interesses dos países árabes que o criaram e utilizaram. Há uma grande concentração de guerrilhas na Síria, onde a Saika, por exemplo, é

comandada por oficiais de Damasco. Entre as que se aquartelaram no país se inclui a Al-Fatah e membros de organizações esquerdistas, como a Frente Popular de Libertação e a Frente Democrática Popular de Libertação. Existem ainda os 3 mil homens da Brigada de Yarmuk para os quais a Argélia recentemente enviou grande quantidade de armas, mas que o governo sirio apreendeu. E há o Exército de Libertação da Palestina sob o comando do General Yahia, que não aceita as ordens de Arafat. Há guerrilhas no Líbano e no Egito, no Iraque e na Líbia, e um certo número delas em treino na Argélia. Não faltam reservas.

É provável que a guerrilha palestina, numa tentativa de recuperação, se volte para os atentados urbanos dentro de Israel. Não é possível evitar-se isso. Já neste país há liberdade de movimento até mesmo para os árabes vindos de outras regiões. Mas nada conseguirão de efetivo. O palestino não é o vietcong, o Oriente Médio não é a Indochina. A guerrilha árabe não luta contra tropas estrangeiras em terras que lhe são estranhas: enfrenta os nacionais da terra que quer conquistar. Está condenada ao fracasso e no máximo a continuar servindo de instrumento de propaganda árabe.

A lição da Jordânia, porém, poderá servir para que as guerrilhas compreendam que nada são sem o apoio direto dos governos árabes, que nada representam sozinhos. Poderão, então, buscar outra vez o acordo com um só protetor, como fizeram nos dias de Nasser, mas desta forma perderão o pouco de liberdade de que gozam e passarão a ser menos ainda do que são. Amã provou que a guerrilha não tem futuro no terreno; apenas nas manchetes de jornais, ela ainda pode ter algum sucesso. Foi o seu fim como força política efetiva. O mundo de hoje já não é o mesmo dos românticos e sim daqueles que fazem a guerra científica. Hussein acabou com os últimos sonhadores.

